



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMÍA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA
LATINA (PPGICAL)**

A influência hegemônica dos Estados Unidos no Haiti: resistência, dinâmicas de poder e a perpetuação da colonialidade como legado histórico

Emmanuel Samuel

Foz do Iguaçu, Brasil

2023



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMÍA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA
AMÉRICA LATINA (PPGICAL)**

A influência hegemônica dos Estados Unidos no Haiti: resistência, dinâmicas de poder e a perpetuação da colonialidade como legado histórico

Emmanuel Samuel

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América-Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Integração Latino-Americana.

Orientador: Prof. Dr. Félix Pablo Friggeri

Foz do Iguaçu

2023

Emmanuel Samuel

A influência hegemônica dos Estados Unidos no Haiti: resistência, dinâmicas de poder e a perpetuação da colonialidade como legado histórico

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América-Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Integração Latino-Americana.

Banca examinadora

Orientador: Prof. Dr. Félix Pablo Friggeri

UNILA

Prof. Dr. André Luís André

Universidade Federal de Sergipe

(ILAE)

Prof. Dr. Carlos Francisco Bauer

UNILA

Prof. Dr. Maurício José Ávirez Álvarez

UNILA

Foz do Iguaçu, -----, Brasil, 2023

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - CENTRAL

S193

Samuel, Emmanuel.

A influência hegemônica dos Estados Unidos no Haiti: resistência, dinâmicas de poder e a perpetuação da colonialidade como legado histórico / Emmanuel Samuel. - Foz do Iguaçu, 2023.
110 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina. Foz do Iguaçu - PR, 2025.

Orientador: Félix Pablo Friggeri.

1. Hegemonia (Estados Unidos - Haiti). 2. Camponeses - Revoltas. 3. Movimentos antiimperialistas. I. Friggeri, Félix Pablo. II. Título.

CDU 327.2(73:729.4)

Dedicatória

Dedico

À minha mãe por todos esses anos de saudade (2010-2023).

Agradecimentos

A Eliseu Santana pela revisão deste trabalho.

Ao meu orientador, Félix Pablo, pelos valiosos comentários.

Esta tese foi desenvolvida com o suporte de bolsa do Programa de Bolsa Institucional da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Probiu) ao qual agradecemos o apoio, assim como ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila).

RESUMO

Este trabalho propõe uma reflexão crítica sobre as relações de poder, a reprodução da colonialidade como legado histórico Haiti e a resistência promovida por movimentos sociais e intelectuais haitianos. A partir da invasão de 1915, os Estados Unidos passaram a influenciar diretamente as estruturas político-administrativas e econômicas do país, transformando-o em um espaço de dominação e disseminação de valores estadunidenses. Adotando a perspectiva descolonial como referencial teórico, a pesquisa analisa como a racionalidade moderna sustenta um discurso de tutela e supremacia, legitimando intervenções externas sob os pretextos de crise, instabilidade e subdesenvolvimento. Com base em metodologia qualitativa e na análise crítica de fontes primária e secundárias, o estudo busca compreender de que maneira tais discursos reforçam uma hierarquia global que marginaliza o sujeito negro/haitiano e impõe modelos culturais e políticos apresentados como universais. A hipótese central é que as crises contemporâneas no Haiti são articuladas de forma a manter o país como zona de influência dos Estados Unidos, o que se expressa por meio de sucessivas intervenções militares, golpes de Estado e do uso estratégico do medo como mecanismo de controle social e político. Nosso trabalho, assim, contribui para a compreensão das heranças coloniais e da persistência da colonialidade do poder nas dinâmicas contemporâneas sobre o Haiti.

Palavras-chave: Haiti; Influência estadunidense; Colonialidade do poder; Modernidade; Teoria Decolonial

RESUMEN

Este trabajo propone una reflexión crítica sobre las relaciones de poder, la reproducción de la colonialidad como legado histórico en Haití y la resistencia promovida por movimientos sociales e intelectuales haitianos. A partir de la invasión de 1915, Estados Unidos pasó a influir directamente en las estructuras político-administrativas y económicas del país, transformándolo en un espacio de dominación y de difusión de valores estadounidenses. Adoptando la perspectiva decolonial como marco teórico, la investigación analiza cómo la racionalidad moderna sostiene un discurso de tutela y supremacía, legitimando intervenciones externas bajo los pretextos de crisis, inestabilidad y subdesarrollo. Con base en una metodología cualitativa y en el análisis crítico de fuentes primarias y secundarias, el estudio busca comprender de qué manera dichos discursos refuerzan una jerarquía global que marginaliza al sujeto negro/haitiano e impone modelos culturales y políticos presentados como universales. La hipótesis central es que las crisis contemporáneas en Haití están articuladas de forma tal que mantienen al país como zona de influencia de Estados Unidos, lo cual se manifiesta mediante sucesivas intervenciones militares, golpes de Estado y el uso estratégico del miedo como mecanismo de control social y político. Nuestro trabajo, así, contribuye a la comprensión de las herencias coloniales y de la persistencia de la colonialidad del poder en las dinámicas contemporáneas de dominación sobre Haití.

Palabras-clave: Haiti. Influencia estadounidense; Colonialidad del poder; Modernidad; Teoría Decolonial

ABSTRACT

This work offers a critical reflection on power relations, the reproduction of coloniality as a historical legacy in Haiti, and the resistance promoted by Haitian social movements and intellectuals. Following the 1915 invasion, the United States began to directly influence the country's political-administrative and economic structures, turning Haiti into a space of domination and dissemination of American values. Using a decolonial perspective as its theoretical framework, the research analyzes how modern rationality supports a discourse of guardianship and supremacy, legitimizing foreign interventions under the pretexts of crisis, instability, and underdevelopment. Based on qualitative methodology and critical analysis of primary and secondary sources, the study seeks to understand how such discourses reinforce a global hierarchy that marginalizes the Black/Haitian subject and imposes cultural and political models presented as universal. The central hypothesis is that Haiti's contemporary crises are orchestrated in ways that maintain the country as a zone of U.S. influence, expressed through successive military interventions, coups d'état, and the strategic use of fear as a mechanism of social and political control. This work thus contributes to the understanding of colonial legacies and the persistence of the coloniality of power in contemporary dynamics surrounding Haiti.

Keywords: Haiti. U.S. influence; Coloniality of power; Modernity; Decolonial theory.

Lista de siglas

URSS: União de Repúblicas Socialistas Soviéticas

Cepal: Comissão Econômica para América Latina e o Caribe

Fraph: *Front Révolutionnaire Armée pour le Progrès d'Haïti* (Frente Revolucionário Amado para o Progresso do Haiti)

FMI: Fundo Monetário Internacional

OEA: Organização dos Estados Americanos

CIA: Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - A ABORDAGEM CONCEITUAL DA MODERNIDADE	18
1.1 Modernidade: Conceitos e origem epistemológica	18
1.2 1492 e o racismo como dispositivo de poder	28
1.3 A natureza e territorialidade: dominação como expressão da modernidade/racionalidade	32
1.4 A ciência ocidental e a construção da verdade	33
CAPÍTULO -2. REVOLUÇÃO HAITIANA: DO MOVIMENTO DE SOBERANIA COMO RESISTÊNCIA AO DESAFIO DIANTE DAS POTÊNCIAS	42
2.1 A invenção de São-Domingos como zona de influência geoestratégica	43
2.2 1791 e a ruptura de paradigma: o germe da independência	47
2.3 O desafio do novo Estado e o medo ocidental à ameaça do sistema-mundo	52
2.4 <i>Kreyòl</i> e Vodou: formação da identidade haitiana	53
2.5 Práxis da Revolução haitiana, sentidos e significados e sua revalorização no pensamento latino-americano	55
2.6 O conceito de revolução dentro do paradigma colonial e a construção de sua verdade	68
2.7 Formação do Estado haitiano e seu desafio no cenário internacional.....	61
3. A CONSTRUÇÃO DA INFLUÊNCIA ESTADUNIDENSE NO HAITI	66
3.1 América-Latina como esfera de influência da hegemonia estadunidense	67

3.1.1 Evidência da hegemonia dos Estados Unidos na América-Latina e no Caribe	70
3.1.1.1 A importância geopolítica/econômica do Haiti para os Estados Unidos	72
3.1.1.1.1 As relações Norte/Sul e as teorias da dependência	73
3.1.1.1.1.2 Haiti e as indenizações do século XIX	77
3.1.1.2 Invasão estadunidense: Hegemonia e imperialismo	80
3.1.1.3 La corvée: exploração e racismo	83
3.1.1.4 A resistência como forma de afirmação	85
3.1.1.4.1 A resistência haitiana: dos Cacos de Charlemagne Peralte aos movimentos intelectuais	86
3.1.1.4.2 Dos massacres aos golpes de Estado	92
Considerações finais	95
Referências bibliográficas	97

INTRODUÇÃO

Discutir uma temática como esta, ligada à sociedade haitiana, é mais do que um trabalho acadêmico - sobretudo no contexto em que o Haiti se encontra. Vai além de uma diplomação, trata-se de um estudo que busca adentrar na estrutura interna de um Haiti *ravagé* (devastado) pelo contexto da modernidade, desde o período da colonização até a hegemonia norte-americana, marcada pela instabilidade e pelo saque dos recursos naturais.

A proposta surge a partir das distintas vivências, que deixam marcas pelo fato de pertencermos a uma geração que atravessa um período das sucessivas intervenções militares, golpes de Estado, privatizações com demissões em massa, aumento da pobreza e massacres promovidos, financiados e incentivados pelos governos norte-americanos no Haiti. Essas instabilidades tornam o país em uma sociedade de choque, como aponta Naomi Klein.

Isso significa que tais acontecimentos que constituem um marco simbólico que desestabiliza a sociedade, impedindo-a de acumular poder suficiente para se tornar um ator central com participação na ordem internacional. Para Gullo (2015), países que não alcançam suficiente poder tem se tornado subordinados, sendo convertidos em objetos de interesses de outros Estados.

Conforme os comentários de Paul Farmer (2005), o grupo armado da extrema-direita FRAPH – Frente pelo Avanço e Progresso do Haiti foi formado e secretamente apoiado secretamente pela agência de inteligência do serviço secreto norte-americano conhecido por sua sigla CIA. Esse grupo paramilitar, surgido após o golpe em 1991, adotou o massacre como método fundamental de atual e teve como principal objetivo desarticular o apoio popular ao presidente de esquerda deposto, Jean Bertrand Aristide.

A ideia de que o país mais pobre, e mais instável se constrói a partir de uma tradição dos poderes hegemônicos, que se projetam como legítimos na criação de narrativas. Atribui-se a culpa ao próprio país, como se fosse único responsável por sua condição. Trata-se da construção de uma narrativa que estabelece uma fronteira simbólica entre negros (Haitianos) sendo incapazes, e os ocidentais, vistos como inteligentes e desenvolvidos.

Ainda que Haiti pertença ao hemisfério ocidental, ocupa uma posição periférica devido a questões socioeconômicas e geopolíticas. Ou seja, por ocupar esse espaço geopolítico, é visto

como produtor de matérias primas, um país em desenvolvimento, com altos níveis de pobreza, e dependente de produtos industrializados. Por essas características, não é reconhecido como do mundo ocidental.

Os Estados Unidos, sendo um país ocidental com laços e políticos com a Europa, tomam decisões que impõem sua hegemonia, chegando inclusive a determinar o que deve ser feito dentro do próprio território haitiano. Nesse sentido, busca-se, por um lado, reforçar estereótipos, e por outro, construir balizas identitárias a partir de uma lógica binária.

Tendo essa relação em mente, podemos entender por que as manchetes insistem em associar o Haiti à pobreza no Haiti, ao Vodou, ao terremoto de 2010 – reduzindo toda a complexidade do país a essas representações. É como se o país fosse retratado como uma terra amaldiçoada.

Ao longo tempo, esses constructos se consolidam como hegemônicos. Eis porque as propostas descolonizadoras na construção do conhecimento, buscam explicar de que forma discursos servem como plataformas de divulgação de ideias hegemônicas. As abordagens trazidas aqui buscam explicar a ascensão da Europa a partir dos processos de colonização, nos quais se constrói economicamente por meio da apropriação das riquezas, tornando-se militarmente forte e também um espaço de enunciação. Dessa forma, a Europa consegue se projetar como potência. A circulação desses discursos visa a classificar a cultura popular haitiana, sustentando a ideia que ela não carrega em si racionalidade. Para tanto, é preciso menosprezá-la e substituí-la.

O *modus operandi* colonialista considerava o Haiti como uma ameaça. Sendo a primeira república negra do mundo, o país não era bem visto. com base nessas ameaças, o Haiti passou a carecer de legitimidade no cenário internacional. Como consequência, houve uma eventual invasão por parte da França (Dorsainvil, 1953), enquanto Estados Unidos - único país independente do continente na época – se recusavam a reconhecer sua independência.

A independência do Haiti foi chocante para o mundo, cujas relações de produção eram baseadas na escravização. Essa ruptura representa uma negação à lógica e à lógica colonial ao homem negro com sua concepção de insubordinação. Como consequência desse rompimento, Haiti foi invadido no início do século XX, sob a ideia do bem contra o mal, já que a supremacia branca atribuía que ao vodou a origem dos problemas sociais.

Essa concepção promove uma binaridade entre o branco estadunidense e o afro-haitiano, buscando ocultar o universo simbólico, que está ligado à busca por igualdade racial, a construção de um paradigma econômico próprio e a afirmação do sujeito negro como agente político. Além disso, esse silenciamento visa a desqualificar o aporte do Haiti à solidariedade latino-americana e caribenha.

O padrão de poder exercido no processo de transformação do Haiti em uma de zona de influência estadunidense transforma o país em um campo de disputa, no qual a supremacia branca se impõe. Dessa forma, busca-se definir uma sociedade moldada por um ethos baseado nos valores estadunidenses. Pois, trata-se de uma hierarquização da cor, na qual, movido pelo ego, o invasor se coloca em uma posição e determina que sua língua, religião, saberes devem prevalecer.

Essa imposição se manifesta por meio da demarcação territorial, o que significa que, social e econômica do Haiti. fomos definidos como um povo distinto, especial, pelo simples fato de falarmos crioulo haitiano e praticarmos vodu haitiano – dois elementos culturais que, ao que parece, escapam dos padrões ocidentais. Ao parecer, são dois elementos culturais que fogem dos padrões ocidentais. Não por acaso, as narrativas ocidentais associam o vodu ao mal e as desigualdades enquanto o crioulo haitiano é reduzido à condição de dialeto. Pode-se afirmar, portanto, que a língua e a espiritualidade são alvos principais na dominação cultural.

Tendo esses elementos, são considerados como característica de selvagem e barbárie. Isso sinaliza o reconhecimento de uma religião como legítima, ao mesmo tempo que ignora e marginaliza outras práticas religiosas fora dos padrões estabelecidos pelo colonialidade. Propaga-se, assim, a ideia do que é a religião mediante o corpo, sendo cristão o povo que se arroga o poder de demonizar o Vodou.

No campo linguístico, essa lógica se repete: afirmar que uma língua falada fora da Europa não pode ser considerada como uma língua de fato, mas apenas um dialeto, revela um preconceito enraizado. A própria categoria dialeto torna-se, uma forma de discriminação.

A dicotomia entre nós e eles já é suficiente para justificar invasões e imposição de padrões de servidão, como ocorreu com os haitianos, obrigados a trabalhar nos campos em troca apenas de comida e roupa – o que configura como corveia. A desumanização empregada, neste caso, desvenda o caráter racial da invasão estadunidense e revela a depreciação dirigida a todos que possuem nós que possuímos religiões e línguas fora dos padrões eurocêntricos estabelecidos.

Em decorrência disso surge esta pesquisa: **A influência hegemônica dos Estados Unidos no Haiti: dinâmicas de poder e a perpetuação da colonialidade como legado histórico**. Nossa análise propõe uma abordagem crítica a partir a perspectiva descolonial. A hegemonia norte-americana constitui um dos pilares da colonialidade do poder, cujo fundamento é político e econômico, expressando-se nas relações de dominação/exploração do modo de produção capitalista.

Cabe ressaltar que nosso trabalho busca analisar Haiti como zona de influência dos Estados Unidos. Por meio desta investigação, pretendemos desconstruir ideias reducionistas que ignoram as considerações históricas, como o processo da colonização, e que utilizam a imagem projetada do Haiti como justificativa das intervenções estrangeiras. Trata-se, portanto, de uma visão parcial, que reduz o Haiti à condição de um território empobrecido, desconsiderando sua complexa trajetória histórica

Para localizar a influência estadunidense, discutiremos o período marcado inicialmente pela preponderância francesa – da colonização até a independência – e, posteriormente, o início da hegemonia dos Estados Unidos no Haiti a partir da invasão de 1915 até 1934. Essa influência prolonga-se nos distintos golpes de Estados, em 1991 e 2004, e se intensifica com a implementação das políticas neoliberais, como as privatizações de várias empresas estatais.

Em outros termos, essa influência opera tanto na esfera política quanto na econômica. Sua manifestação também se revela nos *modi operandi* da atuação da embaixada dos Estados Unidos, que muitas vezes se compota como se fosse um órgão da sociedade civil, além da presença de enviados especiais de Washington. É como se a simples relação diplomática, não fosse suficiente, sendo necessário estabelecer outros mecanismos para assegurar a manutenção do domínio estadunidense no Haiti.

O território conhecido hoje como Haiti se constituiu como um espaço de resistência frente à modernidade capitalista, algo que pode ser compreendido a partir de dois grandes períodos históricos. De um lado, destaca-se a resistência dos escravizados durante a colonização francesa, expressa em múltiplas revoltas que culminam na independência do Haiti. De outro, observa-se a resistência dos movimentos populares diante da invasão estadunidense. No caso das primeiras revoltas, trata-se de um período marcante na história do Haiti, pois representa um momento de *avant-de-garde* (vanguarda) de independência aos povos subjugados pela colonização.

Partindo desse ponto, podemos discutir como o Haiti se tornou o primeiro país a se rebelar contra a escravização, sob o lema *libète ou lanmò* (liberdade ou morte). Devido a sua forma

profundamente problematizadora, a revolução haitiana transformou radicalmente as condições sociais, políticas e econômicas nas Américas. Trata-se de uma ruptura paradigmática no modo de produção baseada na escravização em que a força de trabalho explorada de forma gratuita mediante a objetificação dos negros e negras. Do ponto de vista político, essa quebra representa a quebra do poder unipessoal exercido por Napoleon Bonaparte. Em consequência, abordaremos a influência da Revolução Haitiana sobre outros povos e sobre o pensamento social latino-americano, assim como buscaremos compreender o Haiti a partir de uma perspectiva geoestratégica para as potências ocidentais.

A imposição da hegemonia decorre da pretensão dos Estados Unidos de se posicionarem como povo branco salvador, incumbindo de desenvolver o povo afro-caribenho visto como "sem religião", "sem língua". Nesse contexto, prevalece a ideia da supremacia branca, que se impõe sobre o ser negro e que se nutre do colonialismo moderno por meio a colonialidade do ser. Para atender às exigências da narrativa do capitalismo moderno, o processo da consolidação da hegemonia dos Estados Unidos se converte em uma verdade radicalizada pelo fetichismo do progresso baseado em um modelo idealizado. sob essa perspectiva, o consumo de ideias, conceitos, e produtos originados dos Estados Unidos é racionalizado e promovido como forma de oferecer ao mundo um padrão de vida ao estilo americano.

O processo que leva a hegemonização dos Estados Unidos do Haiti abarca diversas dimensões: militar, política, econômica. As invasões são elementos centrais para manutenção do poder estadunidense no país por mais de um século no Haiti. A economia, por sua vez, desempenha um papel fundamental na difusão da hegemonia, sendo apresentada como modelo único de desenvolvimento ao ser exportado ao mundo inteiro. Esse discurso se intensifica especialmente após a Segunda Guerra, quando os Estados Unidos se colidam como maior economia em escala global.

Não faltam exemplos que evidenciem a materialização dessa preponderância no campo econômico. Um deles é a implementação do chamado Consenso de Whashington, um conjunto de medidas econômicas formuladas pelo establishment estadunidense no início da década de 1990. O termo faz referência a uma conferência realizada em Whashington, na qual o economista John Williamson (Nóbrega, 2005) descreveu propostas de orientação liberal. Muitas dessas medidas

foram impostas à maioria dos países da América Latina, inclusive ao Haiti, sustentando a ideia de que uma solução formulada pelos Estados Unidos seria aplicável a qualquer parte do mundo.

No primeiro capítulo, pretendemos localizar o Haiti para compreender como o país foi sempre relevante na estratégia das potências ocidentais no que diz respeito ao abastecimento do mercado global pelas matérias primas. Em seguida, discutiremos o surgimento dos movimentos de resistência que culminaram na independência do Haiti e na formação de sua identidade nacional. Abordaremos a cultura popular haitiana como expressão de uma matriz afro-caribenha. Por fim, trataremos do Haiti como espaço de resistência ao imperialismo, evidenciando por meio do Vodou haitiano, do idioma *Kreyòl* e dos movimentos intelectuais. Utilizaremos o método histórico-estrutural, para posteriormente, analisar a herança do sistema colonial e os elementos que problematizam a matriz afro.

No segundo capítulo, serão apresentadas as categorias teóricas e conceituais relacionadas à circulação da colonialidade na modernidade. A discussão se concentrará em torno dos seguintes conceitos: a modernidade e sua matriz epistêmica, o colonialismo, a construção da verdade; o debate a respeito do uni-versalismo – entendido como pretensão de totalidade e não como uma parte dela. Essa abordagem busca compreender como as estruturas hegemônicas se operacionalizam e de forma tentam impor seus padrões no Haiti.

No terceiro capítulo, buscamos analisar o impacto geopolítico dos Estados Unidos no Haiti e as relações de poder associadas ao legado histórico da colonialidade, a partir da revisão de referenciais teóricos. Essa forma de dominação é compreendida como uma construção histórica, cuja origem remonta à doutrina de Monroe, que afirmava que América é para os americanos. Propomos uma crítica a sua operacionalização no campo político, destacando aspectos como a ingerência, a deportação enquanto dispositivos coercitivos. Existe uma ampla gama de obras que tratam essa temática; por isso além de estudar autores que tratam da questão, também analisaremos as características e os processos da supremacia estadunidense no Haiti.

Capítulo 1 - A abordagem conceitual da modernidade

Neste capítulo, apresentamos e discutimos os aspectos epistemológicos da modernidade que, de alguma maneira, possam nos ajudar a compreender o contexto no qual Haiti veio a se constituir. Ao fazer esse resgate teórico-conceitual, situamos o contexto vigente do padrão de dominação euro-ocidental e como a hegemonia dos Estados Unidos faz parte também do projeto moderno. Esse olhar poderá iluminar alguns pontos no desenvolvimento da nossa temática. Pois, pretendemos trazer algumas ideias acerca da resistência haitiana, o processo de ocultamento do Haiti sobretudo os desafios no processo da influência estadunidense do país afro-caribenho. Sendo assim, surgem questões voltadas à construção social e histórica do Haiti.

Para dar início a essa reflexão, nos parece necessário apontar a modernidade como um fenômeno eurocentrado, apresentar seus aspectos conceituais, suas características como um modelo expandido ao resto do mundo. Isso desvela sua pretensão universalista. Vamos ver seus conceitos, compreendê-la a partir de outros aportes das ciências sociais principalmente na perspectiva latino-americana. Cabe ressaltar que o olhar latino-americano constitui um novo paradigma dentro das ciências sociais e humanas. Para discutir o conceito da modernidade, nos deparamos com dois principais campos epistemológicos. De um lado, são as obras cuja visão está centralizada em torno da Europa e a outra é um conjunto de produções intelectuais não-europeia entre as quais destaco algumas visões latino-americanas.

1.1 Modernidade: Conceitos e origem epistemológica

A modernidade procura explicar o ser humano desde uma visão linear. Trata-se de uma forma de apreender o mundo enquanto centro de conhecimento e que aposta para um diálogo intra-europeu. No entanto desconsidera o resto do mundo. Embasada na lógica iluminista, a modernidade coloca o ser humano no centro de tudo – esse humano é concebido conforme os padrões da Europa, excluindo categorias como mulher, os povos não europeus, os indígenas e os negros (Quijano, 2000; Lugones, 2016).

Desde suas origens, o projeto moderno se mostra excludente para determinado grupo, orientado para a legitimação de conhecimento produzido por um determinado grupo. Essa exclusão ganha corpo no pensamento cartesiano, no qual o filósofo René Descartes estabelece as regras do método científico moderno. A racionalidade cartesiana marca um giro nas ciências, ditando os

princípios dessa ciência (Descartes, 2020 [1637]). Esse olhar se fortalece ainda mais durante o processo da colonização na qual a chamada ciência moderna ignora os saberes dos povos negros e indígenas. A ciência passa a ser entendida como uma produção exclusivamente europeia, considerando a racionalidade ocidental como critério universal. Essa lógica estabelece uma linha balizadora entre povos com ciência – os europeus - e aqueles que não possuem conhecimento científico, reforçando uma geopolítica do conhecimento na escala global (Mignolo, 2005; Nascimento, 2019).

Tal atitude perpassa pela ciência ocidental em que só o homem branco é pensado e só seu saber é considerado como válido; o que perpassa também nas relações sociais. Nesse sentido, a modernidade se nutre e se forjou no ideal baseado na concepção do individualismo em que tudo gira em torno da iniciativa individual e que o ser humano pode se sustentar. É a ideia que continuará presente na concepção de progresso e desenvolvimento. Isso para ser mais consistente cronologicamente porque são ideias que vêm posteriormente para conduzir a modernidade ocidental.

A modernidade, assim concebida, está intrinsecamente ligada à consolidação do capitalismo como sua base material e ideológica (Dussel, 2005). Há a pretensão de que a modernidade se trata de um processo que se desenvolve na Europa mediante grandes invenções e descobertas. Esse olhar tende a colocar a Europa como o ponto central do mundo. Embora que em alguns casos se mostre crítico, são críticas que não levam em consideração outras partes do globo como América-Latina, Ásia e África (Quijano, 2000; Dussel, 2005, Mignolo, 2003).

Nos deparamos com a perspectiva de autores como Alain Touraine (1994), Sigmund Bauman (2001), Hanna Arendt (2007) e Anthony Giddens (2002). Os autores destacam a modernidade sendo uma visão dominante em que Europa constrói o mundo. As produções acadêmicas em relação às sociedades modernas, em sua maioria, refletem as experiências do próprio Ocidente em diversas transformações, abrangendo diversas áreas como política, economia, cultura e tecnologia.

Essas teorias foram formuladas no decorrer dos anos 1950 em diante e refletem os contextos históricos desses autores. No entanto, ao nosso ver, esse olhar apresenta seus limites pelo fato que Europa é considerada sendo um ator único no mundo. Além disso não há a ênfase sobre os fenômenos como a colonização das Américas e da África.

Como consequência disso, ao lermos as obras desses autores, percebemos uma visão confinada à ideia da Europa. Embora ofereçam análises importantes sobre temas como a indústria cultural, as desigualdades, as guerras, ideais de emancipação e o consumo, deixam de considerar perspectivas fora da Europa. Em relação a este, o indivíduo se apresenta como um meio em que é submetido ao sistema com o fim de alcançar a felicidade, porém apontam uma desagregação mesmo diante dos avanços tecnológicos e econômicos (Bauman, 2001; Giddens, 2002; Arendt, 2007; Touraine, 1994)

As reflexões produzidas pelos estudiosos da modernidade se baseiam em seus pressupostos no campo cultural e no campo epistemológico. Ocorreram grandes mudanças em todos os aspectos da vida social, econômica e política, na vida familiar. Essas mudanças moldaram as relações sociais, política e econômicas conforma os padrões impostos pela modernidade. A sociedade moderna representa, portanto, uma ruptura em relação à sociedade tradicional, que era fundamentada em uma ordem conservadora marcada pela rigidez da lei, pela ordem e fortes laços familiares. Com a modernidade, inicia-se um processo de transição social centrada no processo técnico, na racionalização das instituições e na fragmentação dos vínculos comunitários (Giddens, 2002; Bauman, 2001).

Enquanto autores dentro da Europa formulam críticas, Edward Said (2007), em uma das suas obras, expressa o reflexo de um Ocidente que pretende representar o mundo mediante de narrativas baseadas em suas próprias experiências históricas e culturais. Said analisa produções intelectuais originadas na Europa e nos Estados Unidos.

Em sua obra seminal *Orientalismo* (1978) cuja primeira publicação foi no final da década de 1970, Said denuncia como o eurocentrismo se manifesta na tentativa do Ocidente de explicar a si mesmo e ao outro – neste caso o Oriente – a partir de uma perspectiva unilateral e hierárquica (Said, 2007). O autor mostra como o conceito de Oriente foi construído em oposição ao mundo ocidental, e que tal construção serviu para consolidar de superioridade ocidental, baseada em uma lógica dicotômica entre o mundo islâmico e o mundo cristão.

Segundo Said (2007), os discursos ocidentais sobre o oriente evidenciam a busca de uma categoria analítica e teórica ocidental para compreender o Oriente Médio como único e homogêneo. Então, a construção do que é o Oriente é feita mediante estereótipos e são formas reducionistas já que são culturas e vivências diversas.

O autor critica, no entanto, as generalizações e as uniformidades em que apostam as produções ocidentais. O Oriente é apresentado como aquele lugar que não tem voz e não se pode se narrar, precisando de um intermediário. Dessa forma, a verdade sobre o oriente é construída a partir do ponto de vista ocidental, o que contribui para a consolidação de uma hegemonia no poder de produção de saber.

O Orientalismo busca romper com essa tradição de pensamento, ao evidenciar que o campo de estudos sobre o oriente - constituído por intelectuais autodeclarados especialistas - é, na verdade, atravessado por interesses coloniais e eurocêntricos. Para Said (2007), os orientalistas não estudam o oriente de forma neutra, mas sim a partir de uma posição de poder, reafirmando uma posição de dominação simbólica (Said, 2007).

Trata-se de um conjunto de estudos de uma variedade de áreas de conhecimento -como história, antropologia, linguística, religião, filosofia, literatura incluindo obras ficcionais como as cartas persas de Montesquieu – que busca construir uma explicação sobre hábitos, a vida social e política do mundo árabe e da civilização muçulmana. Essas publicações se constituem como um marcador epistemológico entre Oriente e Ocidente, estabelecendo uma distinção simbólica.

Nesse sentido, o Orientalismo é compreendido como um conjunto de narrativas de como o Ocidente representa o Oriente, influenciando diretamente na produção de saberes e realidades sociais. Essas construções não neutras; ao contrário estão imersas em uma lógica colonial que sustenta e legitima relações de poder (Said, 2007).

A crítica de Said evidencia que o orientalismo funciona como instrumento do imperialismo cultural ao definir o que é orientalismo. Então, seu surgimento expressa uma supremacia nas relações de raça em que o homem branco europeu se destaca conforme sua posição de poder baseado nas bases materiais. Ocupando essa posição, a Europa consegue formular e promover a concepção de um oriente como oposição a tudo que é ocidente. Ou seja, nas produções ocidentais, o oriente foi representado como o oposto ao ocidente.

Na sua obra *Imperialismo e Cultura*, que é também uma crítica ao eurocentrismo, Edward Said destaca o desempenho dos mecanismos utilizados pelo Ocidente na construção dos significados atribuídos ao Oriente sem contextualização ou sem levar em consideração questões

específicas, portanto, dada a condição da cultura imperial, é preciso se posicionar em termo de sujeito de enunciação sobre o outro:

[...] Existe uma convergência entre a enorme extensão geográfica dos impérios, sobretudo o britânico, e os discursos culturais universalizantes. É o poder, claro, que torna possível essa convergência; com ele segue-se a capacidade de estar em lugares distantes, de estudar outros povos, de codificar e divulgar o conhecimento, de caracterizar, transportar, instalar e apresentar exemplos de outras culturas (por meio de exposições, expedições, pinturas, levantamentos, escolas), e sobretudo de governá-los [...] (Said, 2011, p. 146).

Pois na análise do autor, a cultura imperial torna manipulável as representações de um mundo distante. Torna-se de um dispositivo de poder e de domínio cultural do mundo ocidental. Tal forma de produções deslocaliza o oriente enquanto sujeito epistêmico, histórico e também como enunciante. Partindo da ideia de representar o outro, o autor aponta para uma projeção da auto-representação feita por ocidental que se coloca em posição de poder.

A outra perspectiva que pretendemos discutir parte das experiências latino-americanas. Tais propostas tentam apresentar outras experiências do mundo ocultado pelas produções ocidentais. O que faz com que o movimento de acadêmicos contribuiu para uma quebra nas ciências humanas e sociais em relação ao silenciamento das categorias sociais historicamente apagadas. O grupo contribui para uma leitura crítica da modernidade que vem ocorrendo na América Latina.

A necessidade de descolonizar o pensamento tem se constituído como uma crítica ao eurocentrismo teórico das ciências sociais, da qual fez emergiram propostas como as do grupo latino-americano Modernidade/Colonialidade a sua configuração mais recente. Nesse contexto, o sujeito historicamente excluído torna-se enunciante, ou seja, as teorias descoloniais conferem um lugar de fala. Isso contrasta com o discurso moderno europeu, no qual determinadas categorias são negadas como sujeitos epistêmicos; ou seja, são consideradas como incapazes de produzir conhecimento válido.

Para essas teorias, tais grupos que não possuem uma razão, uma consciência do fazer e do pensar e uma linguagem capaz de expressar e fazer valer sua cultura; por conseguinte são grupos fora das referências normativas europeias (Mignolo, 2003; Quijano, 2005). Então, o grupo Modernidade/Colonialidade surgiu a partir de produções de intelectuais de distintos países da América-Latina dentre os quais se encontram Enrique Dussel, Walter Mignolo, Aníbal Quijano, Santiago Castro Gomez, Immanuel Wallerstein e Edgar Lander (Castro-Gómez & Grosfoguel,

2007). Como forma de resistência, são autores que formulam alternativas epistemológicas críticas ao paradigma eurocêntrico da modernidade.

No eixo de sua argumentação a ideia de colonialidade é um fenômeno ligado e também é parte constitutiva da globalidade/modernidade. Devido a isso, a modernidade remonta ao século XV, momento histórico no qual se inicia a colonização na América (Dussel, 2000).

As propostas da descolonialidade constituem um grande aporte ao pensamento latino-americano desde uma perspectiva diversa e problematizadora. Suas construções estão pautadas nas experiências históricas. De um lado, parte dos movimentos de independência partindo da ruptura de uma história não unidirecional. De outro lado, se fundamenta nas experiências e nos saberes milenários dos povos indígenas e das correntes teóricas de diversas áreas em busca de apreender o mundo desde uma epistemologia latino-americana (Mignolo, 2003).

Tal pensamento dialoga propõe um diálogo com o outro, entendido não como objeto, mas sujeito epistêmico e histórico. Dado o contexto histórico de colonialidade em que fomos colocados, o método histórico-estrutural se mostra relevante para a análise das formas de dominação (Martín-Barbero, 2004). Nesse campo, não há espaço para binaridade. O outro – seja indígena, negro ou qualquer grupo historicamente marginalizado. As múltiplas formas de ver e interpretar o mundo desde lugares e experiências diferentes, constituem contribuições fundamentais ao pensamento latino (Castro-Gómez & Grosfoguel, 2007).

Também a resistência é um caráter que pode ser considerado como descolonizador. A cultura popular, os saberes populares se revalorizam no pensamento latino-americano depois de ter sido silenciados na matriz eurocêntrica como processo de ocultamento. O pensamento latino-americano possui hoje uma gama diversa de produção que parte das categorias oprimidas pelas estruturas dominantes, buscando ressignificar sua presença e seus discursos no campo epistemológico (Walsh, 2009).

Essa forma de explicar é uma tentativa de desvelar as formas como a modernidade operacionaliza-se no contexto que estamos estudando. As propostas descoloniais contribuem para tentar entender essa modernidade sendo uma relação de opressão opondo os valores ocidentais a serem impostos como universais no resto do mundo. É a afirmação de um Ocidente enquanto ser e a negação do outro como não-ser. É a ideia de que esse não-ser não tem história, desde o ponto

de vista europeu (Freire, 2011), não tem discurso científico dessa modernidade, por conseguinte, não podem ser configurados como atores políticos. Para essa lógica, esses grupos não têm uma linguagem específica. A mídia nessa linha constitui um mecanismo usado pelos opressores e assim reproduzem os padrões sociais de dominação. A herança mantém-se e se define em relações materiais que opõem massa e classe dominante. Nessa relação, a massa passa a ser estigmatizada como sem cultura, ignorante e a elite como ser inteligente com referência. Nesse cenário, Freire pensa que:

Os colonialistas diziam que somente eles tinham cultura. Diziam que antes da sua chegada à África nós não tínhamos História. Que a nossa História começou com a sua vinda. Estas afirmações são falsas, são mentirosas. Eram afirmações necessárias à prática espoliadora que exerciam sobre nós. Para prolongar ao máximo a nossa exploração econômica, eles precisavam tentar a destruição da nossa identidade cultural, negando a nossa cultura, a nossa História (Freire, 2011, p. 89).

A partir dessa construção se estabelecem linhas balizadoras que padronizam as regras para os saberes se instalarem como legítimas. É nessa perspectiva que (Mignolo, 2004) denota a geopolítica do conhecimento sendo uma forma de apontar os distintos saberes, mas também como forma de formular críticas ao universalismo do ocidente. Há a lógica de que um espaço se pretende detentor de conhecimento e conforme a isso considerado como um dispositivo de poder, confere o poder de enunciação e de legitimação de discursos. Ocupando esse espaço, desconsidera e deslegitima outras formas de saberes. Pois, a geopolítica de conhecimento critica o saber moderno ao ponto de negar a diversidade em termo de lugares distintos na produção e conhecimento. Então, na visão de Mignolo a uniformidade do conhecimento representa a colonialidade moderna em que um único saber prevalece.

É nessa perspectiva que a Europa moderna constrói sua verdade mediante a ciência, dá significado à história mundial. Para tal, a Europa se encontra no centro dos acontecimentos. Isso significa que a modernidade se entende como um fenômeno intra-europeu (Dussel, 2005). Dá para entender que nenhuma outra cultura teve influência sobre a cultura europeia. Há uma concepção espaço-temporal em que o mundo iniciou na Europa com a ciência, a cultura e seu modelo econômico.

Nesse contexto, a Europa passa a representar como um povo escolhido, o que justifica ser civilizado com missão de salvar os outros, os incultos, sem-civilização e desprovidos de

conhecimento (Quijano, 2005). Essa narrativa justifica a violência que se materializa no extermínio, no despojo das culturas e na destruição dos modelos econômicos dos outros povos que se encontram fora das fronteiras europeias. O modelo europeu, ao se projetar ao resto do mundo, mostra sua supremacia em relação aos outros povos. Em razão disso, as narrativas de diferentes campos epistemológicos tendem a ser eurocêntricas.

A ideia de que a Europa constitui o centro de produção de conhecimento evidencia a sua superioridade no intuito de legitimar-se. Na intenção de se projetar como figura única no mundo, o projeto moderno buscou se expandir e promover a exploração do trabalho apropriando das riquezas das diversas colônias. Tal medida gera um padrão de poder e a imposição das hierarquias raciais, territoriais, epistêmica, culturais no intuito da reprodução das relações de dominação. Deste modo, a construção dessa narrativa busca colocar a Europa como centro da hegemonia global mediante a colonialidade do poder, do saber e do ser. A narrativa cria a base para a exploração no mundo e a inferiorização das experiências, dos conhecimentos dos dominados e explorados

Durante o final do século XV se dá um novo padrão mundial de dominação. Tal padrão é fruto das diferenças entre conquistadores e conquistados. É uma discussão para definir humano e não humano e a relação que se estabelece entre cultura e natureza. Isso consolida a dicotomia cultura e natureza. (Mignolo, 2001, p. 43). Surge uma hierarquia nas relações das sociedades, no trabalho. Isso envolve as relações de trabalho e de dominação (Quijano, 2005). Nesse padrão de dominação os povos racializados constituem a base das sociedades na ideia hegemônica, classista e branca. Neste sentido, cria-se a ideia de que há seres humanos com valor superior em relação a outros. Constitui mediante essas ideias a arquitetura da civilização ocidental e circula o colonialismo cultural como produto da modernidade. O pensamento moderno promove a homogeneidade e unidade, no entanto nega as formas diversas. Tais elementos constituem a matriz epistêmica do pensamento eurocêntrico. Sendo assim, não cabe reconhecer outros saberes produzidos fora das fronteiras europeias.

O pensamento moderno dita regras para convalidar, classificar saberes considerados como válidos, racionais e outros considerados como não-válidos, portanto, esses não configuram como científicos. É a partir da construção do discurso do que é verdade e do que não é, do que é bom ou

ruim. Então, a modernidade constrói as categorias sociais. Essas categorias são inventadas durante o processo de colonização.

Aparece a discussão entre a natureza e a cultura. Uns se consideram como humano, enquanto outros são subalternizados, quer dizer, os não humanos. É a invenção do outro. Ou seja, a matriz ocidental constitui uma relação de poder em que ser sujeito europeu confere poder. Essa relação de poder permite ao sujeito ocidental de proclamar discurso sobre determinado fato desde seu lugar como ser universal/universalizante (Mignolo, 2003; Dussel, 2005).

A negação do outro se dá, portanto, através de seu silenciamento e apagamento enquanto sujeito de saber, de história e de cultura, o que o sociólogo Quijano (2005) denomina como colonialidade de poder. Por ser considerado como inferior, a figura universal vê a necessidade de civilizar esse outro conforme os valores e critérios ocidentais. Segundo Wallerstein (2004), o processo de colonização se fundamenta na subalternização do não-europeu, que passa a ser a base estrutural do sistema-mundo.

Essa lógica instaurou uma divisão social no trabalho sustentada pela classificação racial. A modernidade produziu uma diferença racial em que o branco passou a ser associado à pureza, racionalidade e superioridade, enquanto o negro e o indígena são vinculados à maldade e à emoção (Fanon, 2008). Tal categorização justificou o emprego da violência e escravização dos negros. O sistema coisificou o negro ao ponto que ele é considerado como mercadoria (Mbembe, 2014), mas também força motriz nas relações de produção do sistema-mundo capitalista racista e patriarcal. As relações do sistema-mundo são relações de dominação sustentadas pela ideologia dominante em que grupos de determinada cor precisam ocupar um lugar específico definido pelo sistema de dominação. O elemento racial constitui a pirâmide do sistema capitalista moderno. A raça enquanto construção social, foi convertida em um dispositivo de poder para decidir quem pode ou não acessar direitos, salários e cidadania conferindo privilégio ao branco nessa nova configuração de poder global (Lugones, 2007; Wynter, 2003)

Quer dizer, sugere-se a ideia de uma categoria social que merece ser controlada e classificada. Isso se caracteriza como um exercício de poder. É a classificação desse corpo como outro e que precisa ser sob domínio de controle de um ser que se pretende superior. Trata-se de um corpo que deve ser manipulado, por ser considerado como inapto para atividades do espírito como ler e escrever. Para Achille Mbembe, "o poder é aquele domínio da vida sobre o qual o poder

tomou o controle" (Mbembe, 2016, p.123). Então, esses corpos são tomados como outros, em virtude disso, não são vistos como corpos de seres normais, pois isso justifica o fato de serem reduzidos como algo anormal que foge da norma. A diferença dos corpos são diferenças biológicas. Como tal, a escravização tem uma justificativa biológica.

Isso significa que o biológico é entendido como imutável, natural - e portanto, passivo. Por essa razão, torna-se necessário ter normas. As normas regulatórias, dentro das sociedades, produzem pessoas respeitáveis e não respeitáveis, humanos e mais humanos. Assim, esses corpos adquirem um status que se encaixam fora do normal.

É neste contexto que a biopolítica surge como uma forma de exceção, como um estado de sítio. O racismo, por sua vez, constitui um dos principais mecanismo da biopolítica, pois atua na regulação de quem deve estar ou ocupar determinados lugares e de quem deve ser etiquetado como humano ou sub-humano. Nesse caso, há vidas que disfrutam mais privilegiam e outras são descartadas (Foucault, 2008; Mbembe, 2014). São essas formas de controle que vão determinar como tal sujeito deve ser tratado ou não.

O resgate histórico nos permite compreender o conceito de gênero que surge a partir da modernidade. Trata-se de um conceito sociológico e antropológico. É uma categoria social e dominante. Em virtude disso, torna-se um demarcador social. Serve para demarcar limitações, proibições ou obrigações. Por isso, operacionaliza como marcador de dominação e hierárquico. Prejudica e beneficia outro grupo de forma performática (Butler, 2008). Além disso, como aponta Saffioti (2004), a ideia de gênero serve para indicar acesso ou negação a determinados direitos e espaços sociais. Isso ocorre porque está enraizado em uma narrativa que classifica os sexos de forma dicotômica e com seus papéis socialmente distintos. Tal narrativa se constrói como uma verdade, legitimando e perpetuando hierarquias sociais. Em função disso, os lugares sociais passam a ser ocupados conforme a essa lógica binária e normativa.

Nesse contexto, a disciplina dos corpos - conceito abordado pelo filósofo Michel Foucault (1975) - procede à distribuição dos indivíduos nos espaços socialmente construídos. Em virtude disso, associa-se essa narrativa a determinados povos que não possuem conhecimento racional para sair de uma etapa a outra. De acordo com Escobar (2004), o globalismo atua como força hegemônica que impõe modelos econômicos, epistemológicos e religiosos, contribuindo para destruir os saberes locais. No caso dos povos africanos e indígenas cuja filosofia é muito ligada à

natureza, há uma compreensão diferente da relação entre humanidade e meio ambiente. Nessa cosmovisão, a natureza merece respeito e não há uma separação binária entre ser humano e natureza; ao contrário, o ser humano faz parte (Ramose, 1999).

Pois, a natureza sendo relevante para atingir o domínio sobre o outro, a modernidade capitalista vai tentar apagar essa cultura por não compartilhar os critérios do ideal do desenvolvimento. Esse ideal se fundamenta na filosofia cartesiana como Dussel (2000) chama eu penso e domino. O pensamento cartesiano, de acordo ao pensador descolonial, não vê a natureza como parte de si, mas como um conjunto composto da própria natureza e os outros fora da Europa. A expansão de tal pensamento, é a expansão do próprio ideal ocidental que enfrenta o lugar como no caso do Vodou haitiano. O lugar é descrito no pensamento de Arturo Escobar como categorias invisibilizadas pela modernidade:

Um aspecto final da persistente marginalização do lugar na teoria ocidental é o das conseqüências que teve no pensar das realidades submetidas historicamente ao colonialismo ocidental. O domínio do espaço sobre o lugar tem operado como um dispositivo epistemológico profundo do eurocentrismo na construção da teoria social. Ao retirar ênfase da construção cultural do lugar a serviço do processo abstrato e aparentemente universal da formação do capital e do Estado, quase toda a teoria social convencional tornou invisíveis formas subalternas de pensar e modalidades locais e regionais de configurar o mundo. Esta negação do lugar tem múltiplas conseqüências para a teoria –das teorias do imperialismo até as da resistência, do desenvolvimento, etc.– que pudessem ser melhor exploradas no âmbito ecológico. Neste âmbito, o desaparecimento do lugar está claramente vinculado à invisibilidade dos modelos culturalmente específicos da natureza e da construção dos ecossistemas [...] (Escobar, 2005, p.2).

Pois, o lugar representa uma alternativa na forma de conceber a natureza. só desta forma, podemos ter o equilíbrio em que tudo se relaciona com as forças da natureza. Todos os elementos que compõe essa natureza são relevantes para o bem-estar do ser humano.

1.2 1492 e o racismo como dispositivo de poder

Segundo Dussel (2000), o final do século XV precisamente, em 1492 deu início as globalidades. Tal fenômeno nasce pela expansão das culturas europeias e a imposição das suas ideias como hegemônicas. A expansão dessas culturas e ideias se considera como moderna, mas também como eixo da civilização judaico-cristã. Esse processo marca uma dicotomia que opõe cultura europeia e aquelas fora da Europeia. Trata-se de uma construção histórica que estabelece a oposição entre Europa e o resto do mundo, ou ainda norte e sul, centro e periferia. A partir deste momento, a Europa passa a se projetar como padrão hegemônico.

Nesse contexto, as ciências modernas vão ser pautadas pelas experiências da Europa. Sendo assim, o conceito de civilização ganha corpo ao ponto de que a Europa estabelece padrões de vida e que a biologia constitui eixo fundamental das diferenças entre europeu e não europeu. Nas ideias de Anibal Quijano, foi um dos autores das correntes críticas à modernidade capitalista:

[...] a condição das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos europeus como o elemento constitutivo, funcional, das relações de dominação que a conquista exigia (QUIJANO, p, 117, 2005).

Diante da análise do autor, compreende-se que o elemento racial constitui um espaço de poder no qual alguns sujeitos são concebidos como mais humanos do que outros. Isso significa que categorias como raça confere um poder ao branco nessa nova configuração de poder global. Por isso, acredita-se que a raça é uma invenção moderna, estruturada como mecanismo de classificação a partir da colonização (Quijano, 2005).

A invenção da raça coloca o ser moderno – europeu, branco e cristão – em um lugar privilegiado de enunciação sobre o outro, considerado inferior. Portanto, sendo civilizado e racional, é capacitado para proclamar discurso sobre determinados fenômenos. Essa nova narrativa é fato de que a conquista cria novas concepções do mundo porque tanto dentro das fronteiras europeias e fora delas não existiam outras categorias sociais baseadas na raça.

O conceito de raça, portanto, surge como nova arma de dominação como já foi salientado. Por meio dele, o europeu legitima não só sua autoridade epistemológica, mas também o uso de violência física e simbólica contra povos racializados. Essa violência é direcionada a uma categoria específica – os não brancos – o que evidencia que a modernidade, além de violenta também se estrutura como racista e sexista (Lugones, 2010).

Para Enrique Dussel (1993), o início dessas relações se dá na invasão dos povos não-europeus. No encontro com o conquistado, o europeu projeta o outro ao seu contrário, uma vez que se auto-define como civilizado, racional, humano e superior. A dimensão religiosa, por exemplo, a plantação da cruz é para se afirmar enquanto ser salvador. Essa oposição binária entre civilização e barbárie justificou a conquista territorial, mas também a destruição de sistemas simbólicos (Dussel, 2003).

Esse período histórico representa a quebra do pensamento indígena a favor da razão ocidental baseada nas relações de dominação e de violência. Tendo essas narrativas, o branco europeu se vê na obrigação de tirar da barbárie quem não compartilha seus valores e suas características fenotípicas. As questões biológicas foram a base para marcar as distinções no processo da colonização e fundamentar mecanismos de legitimação da colônia (Fanon, 2008).

A construção da ideia de raça surge como um instrumento de dominação, sempre articulado a partir do ponto de vista do europeu. Nesse contexto, podemos afirmar que o ego europeu se coloca em um patamar em que se torna intolerante. A negação da alteridade no pensamento ocidental se justifica no seu fundamento a unidade enquanto categoria analítica. Por isso, sua premissa é universalizante e não consegue olhar o outro e aceitar o outro com suas diferenças. Sendo assim, existe uma raça, um deus só, uma ciência e tudo tem um ethos o qual dita as regras de funcionamento.

A verdade vai ser também um ponto fundamental. O que faz com que a proclamação desta não deve ser questionada e negada por ninguém. Dado ao caráter do pensamento ocidental surge a concepção sujeito-objeto em que o sujeito é quem civiliza o outro, domina e invade (Lajo, 2005). A experiência colonial mostra a cultura dos colonizadores como uma cultura desenvolvida; enquanto a cultura do negro/indígena como subdesenvolvida. Tal postura é uma relação de poder. Neste caso que o filósofo peruano argumenta:

Cuando dos occidentales se juntan, o se conocen, lo primero que está en juego es la cuestión del poder, es decir quién somete a quién; lo trágico es que también sucede lo mismo cuando se conocen un hombre y una mujer; y en los que van a ser pareja, el amor que debería ser “una cesión total de voluntades” se convierte en una confrontación o contradicción de voluntades. El “Otro”, a quien siempre se le intentará convertir en “objeto”, se defiende, declara “Objeto” al “contrario”, desatándose una reacción en cadena, una “guerra global de bajísima intensidad”. Así pues, todas las relaciones sociales occidentales son predatoras, por eso Hobbes decía: “el hombre es el lobo del hombre” (Lajo, 2005, p.8).

Por isso, o encontro entre o europeu e o Outro constitui uma relação de poder, na qual o sujeito ocidental busca transformar tanto o outro quanto a natureza em objeto. O conceito de poder, neste caso, está intrinsecamente presente na matriz do pensamento ocidental e tem como finalidade o domínio (Lajo, 2005). Esse poder pode se manifestar de forma explícita, mediante a economia,

o militarismo, domínio dos territórios, entre outros mecanismos segundo Ballestrin (2014), o que pode incluir questões simbólicas como conhecimento, linguagem e das representações culturais (Said, 2007).

Dessa forma, a ocupação de territórios é, portanto, de suma importância para projetos colonialistas. A ideia de dominar a terra está vinculada a ideia de criar normas para regulamentar. Trata-se da ideia de que aquele espaço precisa ser regido, controlado por disciplinas, o que implica a imposição de categorias espaciais que reproduzem distinções sociais baseadas na cor da pele e na classe. Nesse contexto, o negro, geralmente, se encontra no campo trabalhando de um lado, e por outro lado, a burocracia exerce o controle. Isso significa a ordem não deve se alterar e para qualquer tentativa de subversão será punida. Isso sinaliza que uma segregação onde limites são impostos dentro de um território (Mbembe, 2011).

Fica evidente também que os seres humanos devem usar o espaço territorial para impor regras e normas. Então, o espaço também se pode ler porque trata-se de uma expressão (Rolnik, 1995). Essa escrita envolve o mundo político, a economia e os princípios a serem impostos. Porém, tais princípios vem sempre de cima por isso caracteriza uma relação de poder.

Na concepção do antropólogo indígena equatoriano Luis Macas (2005), o propósito de se apropriar dos territórios tem por objetivo de destruir as diferenças para atingir a homogeneização das sociedades na imposição da língua, da religião como padrão de poder. O processo de colonização é marcado por uma violência estrutural, devido aos meios empregados para despojar os povos de suas terras e seus sistemas de cultura. A posse da terra representa uma forma de dominar a natureza que constitui um elemento essencial na matriz epistêmica ocidental. Dominar a terra, nesse contexto, significa possuir o conhecimento racional que permite transitar de uma etapa para outra.

Como consequência, o sistema cultural dos povos indígenas também foi afetado, alterando seu modelo econômico e sua religião. Cabe salientar que na filosofia indígena o ser humano é um com a natureza (Macas, 2005), devido a isso merece respeito. Neste sentido, não existe a noção binária entre ser humano e natureza, na qual o primeiro se define como superior; ao contrário, trata-se de uma interdependência. No pensamento ocidental moderno, a natureza precisa estar ao serviço do capital, movendo a economia (Gudynas, 2011). Tal lógica fundamenta a ideia de submeter os povos originários, colonizando tanto o ser humano quanto a natureza. Neste contexto,

pode se afirmar que a globalização moderna tem origem caráter expansivo. O contato entre colonizadores e colonizados estabelece uma relação profundamente desigual pelo fato que o colonizador se auto define como branco, o que o torna superior (Dussel, 2000). Essa desigualdade se traduz em uma dinâmica de dominação, que se expressa não apenas no tratamento dado aos colonizados, mas na expropriação de seus recursos em prol do capital e do mercado mundial.

As relações coloniais configuram-se como relação de dominação, evidentes como dispensados aos povos colonizados quanto na apropriação de seus recursos em prol do capital e do mercado mundial (Quijano, 2000). A intolerância instaura-se na ideia da cor, levando a desumanização dos nativos que não eram tratados como humanos, como seres inferiores (Todorov, 2003). Essa intolerância se manifesta também relacionada ao modo de produção local e às práticas religiosas, ocasionando a destruição do modo de produção dos povos originários e na apropriação de suas terras, metais preciosos como ouro e prata, além de artefatos e joias (Galeano, 2010).

Nesse contexto, a Espanha se tornou primeiro Estado moderno (Dussel, 2005), em razão da exploração dos metais saqueados nas Américas. A riqueza adquirida contribuiu no fortalecimento do Estado que garantiu a expansão dos meios de sua hegemonia como hegemônicos seu exército e expansão da frota de navios. A Europa enfrentava escassez de ouro e de prata em barra, o que tornava esses metais uma forma universal de troca, o dinheiro do mundo (Braudel, 1996; Wallerstein, 1992).

1.3 A natureza e a territorialidade: dominação como expressão da modernidade/racionalidade

Há territórios hegemônicos com poder de enunciação e território de submissão à lógica moderna capitalista. Essas regiões criadas, inventadas pelas estruturas dominantes, integram o sistema internacional de forma desigual. A conformação dessa estrutura internacional fundamenta-se em uma divisão geopolítica que se intensifica com a Revolução Industrial, momento em que o sistema capital aprofunda sua lógica exploração e acumulação.

A ideia escravização torna-se um dispositivo para mobilizar força de trabalho em larga escala, incorporando as populações colonizadas como força de trabalho. as regiões submetidas ao sistema colonial passaram a fornecer não apenas força de trabalho, mas também as matérias-primas essenciais ao centro hegemônico (Quijano, 2005).

É preciso salientar aqui que a lógica moderna nega diversidade, em base à intolerância ao outro. Neste embate, se por um lado, existe a lógica capitalista moderna em que natureza deixa de existir para se converter em recursos e matérias primas, por outro lado se consolida pensamento ocidental embutido na racionalidade e de cientificidade. América-Latina sendo produto da colonização tem uma história econômica marcada pela violência e pela exploração. Tudo, incluindo natureza e ser humano, deve servir ao capital.

Despojar as populações e se apropriar de suas riquezas, constitui um padrão nas estruturas de dominação global. Esse fenômeno se encaixa no que fato que se encaixa no que o pensador peruano Aníbal Quijano (Quijano, 2005) denomina de colonialidade de poder, conceito que descreve a persistência das hierarquias coloniais nas estruturas de poder de poder, conhecimento e ser ainda depois da escravização que, a partir da modernidade europeia, passou a legitimar a superioridade europeia sobre os povos originários. Torna-se uma discussão humano/não humano que vai ser a relação entre cultura e natureza. É a criação de uma dicotomia. A natureza também vai adquirir um caráter político tornando-se relevante para a economia política. Conforme a matriz epistêmica ocidental, a existência do mundo serve para o bem do ser humano, portanto, as demais espécies deveriam se submeter diante de sua vontade e necessidades. É a ideia de dominação mediante a colonialidade da natureza em que ela se reduz ao humano por seu bem, sua felicidade. Surge o predomínio dos seres humanos sobre a natureza dentro de uma visão euro-ocidental.

Essa visão euro-ocidental estabelece o predomínio do ser humano sobre a natureza, legitimando sua exploração. Todos esses processos formam a base para a construção de um pensamento latino-americano forjado a partir das nossas experiências. Como afirma o pensador mexicano Leopoldo Zea "*la experiencia de lo humano no puede quedar agotada en las experiencias del hombre europeo. Existen otras experiencias y otros puntos de partida para llegar al hombre. Existen otras formas de captación de lo humano*" (Zea, 1952, p. 22).

1.4 A ciência ocidental e a construção da verdade

O saber europeu consolida sua narrativa mediante a institucionalização desse saber. A partir disso, passa a promover progresso e desenvolvimento e um olhar sobre o resto do mundo por meio de categorias universalizantes. Uma vez institucionalizado, esse saber se define como padrão, tomando a realidade da Europa como o resto do mundo.

Para adquirir o status de legitimidade, torna-se necessário seguir normas e se encaixar em um padrão de ciência. Tais normas estabelecem distinções entre sociedade avançada e sociedade subdesenvolvida. São conceitos construídos a partir das experiências europeias dentro de uma concepção de um tempo e de espaço. A experiência europeia passa a ser vista e expandida como única e universal, quer dizer, pode se aplicar para toda sociedade. É a matriz epistêmica eurocêntrica que concebe e para toda sociedade e toda época. Pois, dita regras e desenha a ética das sociedades, ou seja, estabelece regras de como uma sociedade deve ser. Tudo isso, é operacionalização da ciência moderna. Tal tende a classificar as outras formas de saber que não se incorporam. Em razão disso, o saber europeu se vê como normal, moderno e o saber do outro se define como tradicional e pré-moderno.

[...] el carácter universal de la experiencia histórica europea, las formas del conocimiento desarrolladas para la comprensión de esa sociedad se convierten en las únicas formas válidas, objetivas, universales del conocimiento. Las categorías, conceptos y perspectivas (economía, Estado, sociedad civil, mercado, clases, etc.) se convierten así no sólo en categorías universales para el análisis de cualquier realidad, sino igualmente en proposiciones normativas que definen el deber ser para todos los pueblos del planeta. Estos saberes se convierten así en los patrones a partir de los cuales se pueden analizar y detectar las carencias, los atrasos, los frenos e impactos perversos que se dan como producto de lo primitivo o lo tradicional en todas las otras sociedades (Lander, 2000, p23).

Entende-se na análise do autor, que a narrativa feita pela ciência europeia tem a pretensão de ser verdadeira e oficial. Determina respostas universais, aplicáveis a todos os tempos e sociedades, desconsiderando as particularidades históricas e culturais das distintas realidades. Trata-se de uma ciência que se valida e define, desde seus próprios critérios, o que é útil e aceito como conhecimento.

Diante do exposto, entende-se a formulação da ciência ocidental com um caráter universalista e homogêneo. Por isso, representa a si mesma na escrita. Sua reflexão se constrói sem levar em consideração o sujeito não europeu. Assim sendo, essa ciência projeta-se como neutra, objetiva e racional, o que constitui o fundamento de sua própria narrativa (Mignolo, 2003).

Nesse caso, o sujeito europeu ocupa uma posição de poder, impondo normas e estabelecendo parâmetros a serem respeitados. Isso contribui para a hierarquização e classificação

dos saberes. Alguns foram caracterizados por meio de regras bem definidas. Consegue criar encaixamento para o exercício de domínio. Então, os saberes dos povos são negados e silenciados pelo poder de uma Europa que se constitui como centro de produção de conhecimento (Dussel, 2000), na qual a ciência moderna valida e se valida. Cria-se a imagem do outro como negro e indígena, definindo os lugares sociais das identidades (Hall, 2010). É uma forma de geopolítica, em que a ciência faz apreensão e interpretação de uma realidade, tratando sua própria visão como absoluta.

Essa ciência moderna reivindica uma linguagem rigorosa, fundamentada na pesquisa. Então, trata-se de tudo que resulta de pesquisa que pode ser testado. Pois, se consolida junto ao capitalismo sob uma perspectiva positivista, racional e objetiva. Por não terem algumas características, os saberes produzidos fora da Europa, são silenciados, demonizados. A ciência moderna e a técnica tornam-se, assim, ferramentas que promovem a dominação mediante a exploração da natureza (Alimonda, 2011).

A modernidade institui uma lógica dicotômica entre ser humano/natureza onde a natureza precisa ser desenhada, manipulada de acordo aos desejos de um ser que se pretende racional/desenvolvido. Essa racionalidade desafia a natureza e surgiu também como marco para criar limites para algumas categorias e privilégios para outros (Latour, 1994; Escobar, 2005). Isso significa que com a modernidade a organização e a repartição dos seres humanos passam a seguir regras estritas para permitir controle sobre as populações (Foucault, 1975). O projeto moderno não se limita à dominação territorial, mas também busca destruir qualquer outra visão que seja diferente da concepção linear/cartesiana baseada no domínio da natureza. Para atingir tal objetivo, a inferiorização de outros pensamentos se torna relevante. Desenvolve-se uma práxis de dominação da natureza ancorada no capitalismo moderno e na colonialidade do poder (Quijano, 2005).

Dessa forma, a racionalidade imposta se utiliza para legitimar os ideais de desenvolvimento pautado na matriz colonial. Mostra a supremacia de um saber que é capaz de transformar a natureza em objeto que o ser humano deve se apropriar e nega ao mesmo tempo outros saberes por considerar essa mesma natureza como parte do ser humano (Quijano, 2005; Alimonda, 2011). Essa visão embutida de colonialidade da natureza é impulsionada por um saber ocidental. Ignora-se,

assim, as formas como esses povos se relacionam com o mundo, sua cosmovisão, espiritualidade e seu sistema de organização social (Mignolo, 2003).

A concepção moderna marginaliza não apenas os conhecimentos tradicionais dos povos afrodescendentes e indígenas, mas também suas línguas, culturas e epistemologias. As línguas europeias como inglês, português francês são instrumentos que podem fazer ciência e podem transmitir racionalidade. Esse processo de deslegitimação é o que o sociólogo Boaventura de Souza Santos denomina epistemicídio – termo que descreve o apagamento e a destruição sistemática dos saberes não ocidentais, incluindo suas práticas culturais e espirituais (Souza, 1995). Para Santos, o epistemicídio é um componente fundamental da lógica colonial moderna.

Nesse processo há corpos não europeus que foram dizimados pelas estruturas opressoras vindas da colonização. Em razão disso, mesmo depois da colonização estamos sistematicamente submetidos e condicionados aos padrões institucionais por onde perpassam essa ideologia como escola igreja e que formam o aparato ideológico.

Considerando isso, a produção de conhecimento vindo dos muros universitários, faz parte da estratégia de dominação que consiste em formas de criar narrativas hierarquizantes para moldar o viver, o pensar, o fazer e suas cosmovisões com base no progresso como mecanismo legitimador. A modernidade vai se estruturar como um processo complexo que toma todas as esferas de vida como já mencionamos cuja face aparente é a economia. ela acelera as relações sociais ao ponto de transformá-la como se as outras entidades precisavam da civilização para se salvarem. Considerando isso, a nova lógica da natureza vai se transformar em um eixo de dominação global onde a geografia exerce um papel relevante.

Uma parte do mundo passou a se conceber centro de poder, portanto, confere um poder de determinar a vida dos outros habitantes da Terra. Este centro, constituído pelas potências, consolidou-se como polo hegemônico da modernidade, enquanto uma outra parte como no caso da América Latina foi posicionada como periferia, sustentando esse centro mediante a exploração dos recursos naturais e do trabalho humano (Quijano, 2005)

Enquanto o centro se orgulha de suas indústrias e se apresenta como eixo do modo de produção capitalista, as demais regiões são partes dessa hegemonia. Na geografia global, a natureza como as plantas, os rios, as montanhas, as madeiras são submetidos e extraídos pelo

sistema capitalista. Em base de uma lógica civilizatória de progresso, de bem e de o exercício de poder sobre a natureza faz se necessário porque é preciso que a lógica de dominação prevaleça e se imponha. No entanto, descategorizar, ao mesmo tempo os habitantes desses espaços territoriais, torna-se uma necessidade. O sistema global como já foi salientado vai ser imposto às populações. Mas também tal ideia mostra como seres não europeus e natureza são considerados como recurso a ser dominado e explorado.

Paulo Freire, sendo um dos grandes teóricos para se pensar as relações antagônicas que opõem opressor e oprimido, produziu muitas reflexões nas quais aponta o silenciamento dos povos pelas elites ocidentais. Assim, ele denuncia a ideia de que o sujeito construído como "não-ser" não tem história (Freire, 2011), não tem discurso científico da modernidade e, por conseguinte, não podem ser configurados como atores políticos (Freire, 2011). De acordo com essa lógica, esses grupos são percebidos como desprovidos de uma linguagem específica. As elites, na visão do autor, buscam construir de forma permanente mecanismos para a reprodução dos padrões sociais de dominação. Mesmo após o processo a colonização, essa herança permanece e se define em relações materiais que opõe massa e classe dominante. Nessa relação, as massas passam a ser estigmatizadas como sem cultura, ignorantes, enquanto a elite é vista como ser inteligente e tomada como referência.

Embora que o autor seja reconhecido como uma referência fundamental para se pensar a educação, é possível notar, em sua obra, reflexões sobre o emprego da violência no contexto da modernidade. Paulo Freire, ao se referir da violência, utiliza o conceito de necrofilia no seu livro intitulado *Pedagogia do Oprimido*, publicado em 1968, para abordar as práticas de dominação exercidas pelos opressores. Embora seja um conceito discutido no campo da educação, nesse sentido, sua aplicação ultrapassa a fronteira da educação, ajudando a compreender como a necrofilia opera como mecanismo de dominação das massas.

Freire desvenda o interesse dos opressores de transformar uma categoria social em sujeitos proibidos de ser, portanto não merecem a liberdade. Por isso, torna-se necessário converter esses sujeitos em objetos, em seres inanimados. O conceito de necrofilia, nesse sentido, em Paulo Freire, contribui para entender as relações da estrutura dominadora em um estado de inação. Na sua obra, o autor destaca o desejo do opressor de estabelecer relação de posse ao respeito do oprimido e descreve as relações necrófilas.

O opressor é definido, nessa relação, pela vocação de inanimar (Freire, 2014) o outro descrito como oprimido e este deve figurar como um ser não pensante. Para Paulo Freire, trata-se não só de uma questão de dominação, mas de um projeto sistemático de tornar inativo e inanimado. Assim, a classe dominante organiza a sociedade de modo a preservar seus privilégios mediante a necrofilia enquanto dispositivo de violência e de alienação. Trata-se de uma classe construída historicamente na lógica da sua formação social e enquanto classe manifesta uma estrutura dominadora e conservadora.

O ato de tornar os/as oprimidos/as em objeto é um exercício de posse. O autor constrói suas ideias em base do filósofo alemão Erick Fromm, argumentando que esta tendência dos opressores de inanimar tudo e todos parece a tendência sadista, que é o próprio atributo da necrofilia. Ele explica da seguinte forma: *"el fin del sadismo es convertir un hombre en cosa, algo animado en algo inanimado, ya que mediante el control completo y absoluto el vivir pierde una cualidad esencial de la vida: la libertad"* (Fromm apud Freire, 2011, p, 64).

De acordo com Freire, o fundamento da opressão é a destruição da liberdade, o que constitui um elemento fundamental da necrofilia. Em sua tentativa de explicar a operacionalização da necrofilia, Freire chama a atenção da ideia da imposição da alienação como um processo de tirar a vida do/da oprimido/a. entanto é preciso condicionar ao ponto de impedir reflexão, senão torná-lo mecânico. Assim, a obediência e a docilidade são usadas como ferramenta para aniquilar as formas de questionamento porque todo sinal de morte confere poder e permite a manutenção da ordem vigente. Em razão disso, o opressor busca sua réplica no sujeito oprimido porque nessa condição também consegue reproduzir seus valores no oprimido para reforçar o domínio das mentes.

Se, por um lado, a destruição das populações mediante o emprego da violência, do apagamento e ocultamento constitui um mecanismo de poder, por outro lado, de acordo com Paulo Freire, esses mecanismos também impedem o desenvolvimento das ideias na diversidade e no pluralismo. Nesse contexto, o autor emprega o conceito de biofilia. Paulo Freire faz referência a uma matriz que busca impor seus valores pelo fato que a diferença é entendida como uma ameaça.

Devido a isso, a ideologia dominante não tem condição para a biofilia. Para Paulo freire (2011), a concepção biofílica celebra a vida sem se preocupar com as estruturas de dominação ou com as bases materiais. Ela valoriza a diversidade porque não está no confinamento do

pensamento oficial/ideal em que tudo é fixo, único e linear. Como consequência, culpa-se o Outro como responsável, no entanto estabelece as condições de sua condição. Estabelece-se a dicotomia – entre riqueza e pobreza – mas também no campo epistêmico, desvalorizando os saberes tradicionais.

Na visão freiriana, a ausência de biofilia justifica a penetração cultural promovida pelos invasores no contexto cultural dos invadidos, impondo-lhes sua visão de mundo e impedindo a visão, a criatividade, a originalidade e a expansão de suas culturas. O propósito da invasão cultural é, portanto, a alienação, a dominação econômica e cultural, a desvalorização de padrões de vida da massa popular e a intenção de moldar os invadidos a novos padrões, novos modos de vida, demonstrando que os antigos valores eram intrinsecamente inferiores.

Para Freire, à medida que os invadidos vão se reconhecendo inferiores, vão dando valor e reconhecendo a suposta superioridade do invasor e passam a querer se vestir como eles, a andar como eles, a falar como eles, desprezando os seus padrões culturais. Desenha um mundo em que ele vive, devido a isso, o oprimido passa hospedar o opressor. Ele sonha a vida que são condições que os/as oprimidos/as reproduzem conforme as condições impostas pelo opressor. Mediante instituições consegue formalizar e fortalecer suas ações de domínio. Como estratégia para manter a dominação, os opressores fazem uso de uma consciência baseada na necrofilia enquanto classe dominante. É justamente por isso que o estado do oprimido é um estado de alienação.

Por esse motivo, Freire apela a uma desconstrução por meio de uma educação cuja práxis é libertadora capaz de superar as práticas dominantes e autoritárias. Mediante esse mecanismo, o oprimido consegue uma ruptura com a necrofilia e se torna um sujeito narrador de sua própria história com os conceitos. Por isso, o caminho é pensar a partir da cultura do oprimido é relevante porque ele é um sujeito cultural.

Ao longo desse capítulo, percebemos que o padrão de poder tem apagado certas categorias sociais historicamente, o que cria seres invisibilizados com base na cor e no sexo. O que justifica a desconsideração de seus saberes mediante narrativas que se pretendem verdadeiras e únicas. Por isso, é importante trazer a perspectiva descolonial para pensar sobre as subjetividades criadas pela modernidade capitalista. Pois, a descolonização se torna um processo de reconhecimento de experiências fora da Europa.

Nesse contexto, torna-se necessário combater o silenciamento sistemático e apagamento em que um pensamento se reivindica como único. A luta contra o silenciamento é colocar em relevo os saberes ancestrais que existem há milênios. Esse debate visa a desconstruir as concepções dicotômicas criadas pelas teorias hegemônicas em que um sistema de pensamento goza de uma legitimidade em relação a outro.

Diante disso, se revela necessário o confronto paradigmático ao padrão hegemônico euro ocidental. Refletir a partir de categorias contra-hegemônicas é uma luta notória à concepção moderna universalizante. Tal forma apresenta uma resistência que caminha, que constrói e que abre outras perspectivas para pensar um mundo diverso com povos como protagonista de sua história.

A modernidade, ao chegar em São Domingos, conhecido hoje como Haiti, instalou sua hegemonia enquanto supremacista. Pois, o que torna o Haiti um lugar estratégico para as potências da Europa. Lembrando que a Ilha foi matéria de disputa entre Espanha e França devido aos recursos naturais que ela possui. Embutida na modernidade, a hegemonia estadunidense emprega os mesmos dispositivos de poder para garantir seu domínio no país afro-caribenho.

A busca pelos negros trazidos da África para as plantações em São Domingos durante o período da colonização evidencia a relevância desse território para as potências colonialistas, que, posteriormente, se estendeu aos Estados Unidos do final do século XIX. Tal momento coincide com o processo da industrialização, momento que demandava matérias primas para seu desenvolvimento econômico (Mintz, 1986). Simultaneamente, Os Estados Unidos tentaram se consolidar e se projetar enquanto estado imperialista através da doutrina de Monroe (Lafeber, 1998).

Como parte desse projeto imperialista, houve a necessidade de construir um outro que representasse o contrário ao ideal norte-americano. Nesse sentido, o Haiti passou a ser percebido como um contraponto dos Estados Unidos, tanto no que se relaciona ao padrão religioso – em razão do vodu diante do protestantismo, quanto nos modelos econômicos e linguísticos (Dubois, 2004). Para isso, a construção do discurso se torna importante ao ponto de tentar situar o vodu como contrário a matriz religiosa americana que é batista e, no entanto, levar tal religião era de urgência dado que o vodu deve ser combatido (Hurbon, 1995). Então, se não for dos Estados Unidos não é bom.

Dessa forma, criou-se o discurso do bem contra o mal, deus contra satanás, contribuindo para a lógica maniqueísta. A circulação da colonialidade do poder permitiu que o Vodou fosse pensado pelo mundo euro-ocidental como um espaço de cenas cruéis, dos rituais das magias mais temíveis do planeta (Bastide, 1974). Essa narrativa revela a construção de um outro capaz de apresentá-lo como antagônico aos valores ocidentais baseados no bem, progresso, desenvolvimento e civilização.

Então o longo período da ocupação americana (1915-1934) fortaleceu essa imagem difundindo um Haiti ligado ao mal e à instabilidade, servindo como justificativa para desencadear perseguição contra praticantes do vodou (Clorméus, 2012). Porém, a ilha afro-caribenha se mostrou sempre resistente à modernidade capitalista euro-ocidental, mantendo sua identidade cultural diante dos processos de dominação (Trouillot, 1995).

Em base dessa análise, o Haiti foi construído como um espaço de disputa entre as potências ocidentais na promoção da razão moderna. Para entender como os Estados Unidos construíram sua influência é necessário compreender o contexto daquele período sobretudo o que motivou aos Estados Unidos a ocuparem no Haiti em 1915.

Capítulo -2. Revolução haitiana: do movimento de soberania, resistência e desafio às potências coloniais

Neste capítulo, serão abordados os aspectos históricos relacionados aos movimentos de independência e como os valores, baseados na liberdade, foram mobilizados como forma de resistência desde o período colonial até a invasão estadunidense no início do século XXI. Apesar dos mecanismos de apagamento, emergiram continuamente movimentos sociais e intelectuais voltados à afirmação identitária. Busca-se, com isso, identificar como se estruturaram a organização e a resistência haitiana diante da colonização francesa. Analisaremos, ainda, de que maneira os elementos culturais constituem o alicerce identitário da primeira república negra do mundo.

O movimento anti-escravagista foi protagonizado por escravizados conhecidos como cimarrões. Refugiando-se nas montanhas, esses sujeitos criaram para as montanhas, um espaço de empoderamento com o objetivo de construir um projeto societal (Manigat, 2001), no qual, a liberdade foi definida de forma radical, conforme o lema alimentado pela filosofia *libète ou lanmò* (Bauer, 2021) Tratava-se de sujeitos desqualificados e desconsiderados pelo sistema escravista que, sendo sujeitos portadores de saberes, buscam ressignificar o lugar do excluído dentro do sistema opressor. Nesse contexto, se realiza a primeira batalha de emancipação de negras e negros que durou mais de dez anos (Seitenfus, 1994) sendo o primeiro movimento de soberania popular bem-sucedida.

Trata-se de um momento em que se manifesta outra concepção de vida, a partir de uma perspectiva afro. Evidencia-se um confronto com o sistema de dominação legitimado pela supremacia branca, responsável origem às relações de poder (Guillaumin, 1993). Por isso, acreditamos que a força nascida dentro da colônia tem outra matriz. De um lado, vem de baixo ao contrário da matriz dominante que estabelece hierarquia entre as diferentes categorias sociais. Pois, a revolta pela independência do Haiti foi o fruto por um saber e uma espiritualidade de origem afro. São elementos que refletem as massas recém-libertas e que eram também a ideia totalizadora de ser humano já que a concepção opressora parte de uma concepção e uma geografia única para ter condição de um ser humano. A batalha dos ex-escravos se nutre pela filosofia *libète ou lanmò* e tal se insere não só na filosofia caribenha, mas também como na filosofia empírica global (Bauer, 2018).

2.1 A invenção de São-Domingos como zona de influência geoestratégica

Para situar a discussão, pretendemos contextualizar os povos tainos, suas culturas, seu sistema político e seu modo produtivo. Antes da invasão dos europeus, o território denominado Ayiti na língua dos arawak, era habitado pelos tainos. Foi uma civilização com uma organização política, um modelo econômico, uma espiritualidade e uma cultura. Em termo da organização de seu sistema político, foi um território dividido em cinco reinos com seus respectivos caciques acompanhados por seus subcaciques cuja função era não só política, mas também como médicos. Houve uma harmonia entre os caciques de distintos reinos. Era uma forma para defender a ilha em caso de ataque de piratas.

A vida sedentária marcou enormemente a organização social desses povos. Seu modo de produção se baseava na caça, pesca e agricultura também, com cultivo milho e batata doce. A espiritualidade era marcada pela celebração das festas públicas para honrar seus próprios deuses, os Zémès. Durante essas festividades públicas, destacavam-se durante essas festas, houve poemas, danças condizidas pelos sambas. Em sua pesquisa historiográfica, o historiador haitiano Dorsaintvil (1934), afirma que Anacaona, além de ser uma cacique, era a samba mais renomada.

A partir da invasão dos europeus deu um giro nas relações sociais, políticas espirituais e culturais. Depois de atingir Cuba, os invasores chegaram pela primeira vez no Haiti. Surgiu uma reterritorialização do espaço em que a ilha chamada Ahyiti na língua dos tainos, se tornou Hispaniola como homenagem à rainha Isabela de Castela da Espanha. Como símbolo da cristianização e da ocidentalização baseadas nos valores europeus, os colonizadores fincaram uma cruz. Desta forma, a ilha se converteu em primeiro território assentado pelos europeus, o qual foi ressignificado. Tal fato marca o início do domínio ocidental por meio de uma nova concepção de vida.

Os europeus empregaram meios violentos como assassinatos e estupro, para forçar os povos indígenas a aceitarem a chamada modernidade. Nesse contexto, foi introduzido o trabalho forçado nas minas, a contaminação de doenças desconhecidas, a provocação deliberada da fome além de uso de cães treinados para fins repressivos. Segundo Dantès Bellegarde (1953), a população indígena era entorno de 1 milhão de habitantes antes da chegada dos europeus. No entanto, cinquenta anos depois, esse número havia sido reduzido a apenas a algumas centenas. Outros dados históricos apontam que, em apenas 15 anos, houve uma queda de 1 milhão para 60 mil (James, 2010), configurando uma das maiores tragédias demográficas da histórica. É o que

James CRL chama de hecatombe - um processo em que o marco temporal é utilizado para justificar o extermínio desses povos com base em suas diferenças culturais.

Nos anos 1500, a ilha foi chamada de Santo Domingo. Tornou-se palco de um conjunto de conflitos entre distintas potências ocidentais como holandesa, francesa, britânica e espanhola. No meio dessa disputa, a ilha foi partilhada em 1697 entre os espanhóis e os franceses. Assinado o tratado de Ryswick (James, 2010), os espanhóis cederam a parte oriental aos franceses. A parte francesa foi conhecida como Saint-Domingues e a outra sob o domínio dos espanhóis chamada Santo-Domingo. Os nomes indicam a ideia de posse, também ocultamento de quem habitavam esse território. Com o assentamento, inicia-se uma relação de poder mediante a supremacia branca europeia.

Foi a destruição de uma civilização e a construção do espaço. Os indígenas passaram de serem detentores de um saber milenário para constituir a força de trabalho na sociedade escravocrata onde ele está sendo tratado como coisa. Tinham uma organização social em que o sexo não indica nenhum grau de poder. O exemplo de Anacaona desvenda que o sexo não importava já exercia a chefia do Managua. Mesmo assim, na ausência de um modelo econômico baseado na exploração da natureza, atribui-se à ilha a ideia de território virgem. É uma forma para silenciar as práticas sociais dos indígenas no sentido de ignorar que são sujeitos que decidem como vivem em base de uma filosofia não europeia. Eis o padrão europeu que nega o outro sistematicamente por não ter os mesmos modelos econômico, político e cultural. Para dar um significado europeu, foram introduzidos trabalhos forçados e mecanismos de destruição da cultura indígena.

Diante do quase extermínio dos povos indígenas, surgiu a necessidade de reposição da força do trabalho, o que se tornou um dos fundamentos da noção de mais-valia e da acumulação de capital (Marx, 2015). Para suprir essa demanda, os europeus desenvolveram mecanismos que permitissem a introdução novos trabalhadores. Deste modo, passaram a trazer africanos de diferentes regiões para serem escravizados, além de europeus que viam mediante contratos temporários. Esses europeus eram conhecidos como *engagés* (Seguy, 2011). O período de serviço dos *engagés* deveria durar três anos ao final dos quais obtinham liberdade, momento em que muitos se tornaram colonizadores.

Em relação aos africanos, sua escravização foi justificada com base na ideia de que seriam "bárbaros", o que conferia legitimidade para sua captura e deportação para a colônia. Em *Histoire*

du peule haitien, Dantès Bellgarde (1954) salienta que os escravizados africanos vieram em sua maioria, de três regiões: Sudão, Daomé (o atual Benin) e a região dos Bantus sendo esta última a principal origem da população escravizada. Como destaca Mbembe (2014), o negro passa a ser uma mercadoria durante o tráfico negroiro.

O processo de escravização se deu por uma gama de devastação mediante guerras sangrentas para poder caçar os africanos. Adentraram na Guiné e vão para sua costa. Logo de ter invadido este país, apontaram para outros países como Níger e Congo, se dirigiram até Angola e Moçambique. Porém, a Guiné sendo o principal espaço para as caças foi convertido em um lugar das expedições. Já no então, a fabricação das narrativas forjou discursos para justificar a escravização dos africanos (James, 2010).

Porém, a historiografia sobre a África pré-invasão diz a respeito de um clima de harmonia e de paz que reinava nas civilizações africanas. Em seu livro *História geral da África*, publicado em 2006, Joseph Ki-Zerbo (2006) a África pré-colonial como dotada de uma organização política e econômica autônoma, com sistemas complexos de governo, comércio e cultura. No entanto, a colonização, como ressalta o autor, teve consequências devastadoras no âmbito social, âmbito demográfico e econômico.

Desta maneira, Césaire sustenta no *Discours sur le colonialisme*:

Ouçó a tempestade. Falam-me de progresso, de «realizações», de doenças curadas, de níveis de vida elevados acima deles mesmos.

Eu, falo de sociedades esvaziadas de si mesmas, de culturas esmagadas, de instituições corroídas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de possibilidades extraordinárias suprimidas (Césaire, 2006, p. 25; Tradução nossa)

Aimé Césaire tece duras críticas à colonização, denunciando a aniquilação de várias culturas. Ele contrapõe a ideia de progresso defendida pela Europa, revelando como essa noção está atrelada a destruição de outras formas de vida e saber. Isso evidencia como o colonialismo desestruturou os sistemas representacionais e simbólicos de outros povos. O terror foi imposto às populações do continente africano (Ki-Zerbo, 2022).

A partir desse contexto, foi implantado o comércio de pessoas negras. Os diversos laços existentes na época foram destruídos com o avanço da escravização apesar de terem sido

construídos ao longo de milênios. Não houve distinção: até antigos chefes de tribos foram capturados e deportados. Nascido na colônia, Toussaint Louverture, que se tornou um dos chefes insurgentes, era filho de um antigo rei do reino Allada, no Daomé (James, 2010).

Foi nesse momento que as relações sociais passaram a ser estruturadas com base na cor da pele colocando a pessoa escravizada na pirâmide. O branco colonialista ocupava o topo, seguido depois pelos *afranffranchis* (afrancesados), descendentes dos franceses. O modo produtivo, baseado no trabalho forçado concentrava-se nas plantações de cana-de-açúcar, tabaco, café e, posteriormente algodão. Além disso, as atividades da igreja atuavam como forma de educação voltada à renúncia da cultura africana.

A propaganda da época alegava que, por mais cruel que fosse o tráfico, os escravos africanos eram mais felizes na América do que na sua própria civilização africana. A nossa época também é uma época de propaganda. Nós nos sobressaimos aos nossos ancestrais apenas no sistema e na organização; mas eles mentiam com a mesma habilidade e com o mesmo descaramento (James, 2010, p. 21).

Diante das análises expostas, compreende-se que o Haiti foi submetido à exploração tanto da natureza quanto dos indígenas. Dado que a dinâmica do mercado mundial exigia o uso de metais, com base a isso que eles (os metais) foram sistematicamente saqueados. Estima-se população indígena era aproximadamente estimada a 1.3 milhão, mas devido ao trabalho ao qual foram submetidos não sobreviveram. O desgaste físico atingia um grau tão severo que muitos não resistiam.

Nessa linha de análise, Dorsainvil argumenta que "Em 1625, quase todos os indígenas do Haiti haviam sido exterminados, a parte oeste em especial estava deserta e o silêncio era perturbado apenas pelo rugido dos bois ecoando pelas florestas" (Dorsainvil, 1934, p. 37, tradução minha). O desaparecimento dos povos indígenas demonstra como a força de trabalho era considerada como essencial para as relações de produção, dado seu caráter reprodutivo.

Assim, houve início do tráfico humano no comércio internacional de africanos. O extermínio dos indígenas impulsionou *La Traite Nègrière*, visando dar continuidade à exploração da força de trabalho dos negros submetidos ao modo de produção capitalista e as relações de dominação. Tal situação impediu a relação de comunicação entre os colonizados, ao ponto de indivíduos de uma mesma etnia serem separados.

O culto religioso dos africanos foi proibido como parte de um processo de imposição dos valores europeus, apresentados civilizadores e universais (Hurbon, 2006). A relação social do colonizado na colônia era baseada na exploração e produção. O escravizado era relevante na dinâmica da economia mundial.

Como destaca Laënnec Hurbon (1975) *Saint-Domingue* se tornou a colônia mais próspera do Caribe, representando um terço do comércio exterior da França graças à produção massiva de açúcar, café, índigo e couro.

Em *l'insurrection des esclaves à Saint-Domingue* (2000), Hurbon relaciona a alta produtividade a enorme concentração de escravizados. Para o autor (2000), entre 1785 e 1789, foram trazidos desde África mais de 150,000 escravizados, no entanto em 1789 eram 55,000 sendo maior número levado para as plantações de açúcar.

O desenvolvimento do capitalismo moderno passa pelo trabalho escravo nas plantações, o que fortalece o lugar das potências ocidentais na divisão internacional do trabalho mediante o comércio intercontinental favorecendo o crescimento das indústrias europeias (Williams, 2012). Em base disso que Achille Mbembe (2014) considera que a relação do negro dentro colônia era baseada na subjugação e exploração capitalista.

Até o século XVIII, as duas primeiras categorias de colonização estavam em melhores condições para gerar riqueza, pois exportavam para Europa metais preciosos e *comodities* muito valorados. As colônias da América do Norte se limitavam a cultivar grãos para consumo próprio. Na época, Santo-Domingo (atual Haiti) era uma das mais ricas colônias [...] (Nobrega, 2008, p. 199).

O comércio de pessoas escravizadas e sua exploração nas colônias coloca a França em uma posição hegemônica. Com a anexação do Haiti, a França se tornou um ator relevante no sistema internacional porque a permitiu investir no seu exército ao ponto de competir com as potências daquela época como Inglaterra e Espanha. Isto significa, os lucros tidos foram em base do trabalho escravo produzido no Haiti. o que contribui no impulso da indústria francesa revolução burguesa ocorrida na Francesa tem sua face escondida mediante a colonização do Haiti, o que significa explica a revolução francesa é compreender a colonização do Haiti como maior colônia da França.

2.2 1791 e a ruptura de paradigma: o germe da independência

Desde o início da colonização, sempre houve formas de resistência manifestada inicialmente de forma individual e, posteriormente, de forma coletiva. Surgiram então formas repetitivas de uma série de movimentos organizados com características de resistência. Entre as estratégias utilizadas estavam a sabotagem das plantações, pilhagem e o incêndio com o objetivo de destruir a produção. Como resultado, cerca de 220 000 plantações foram destruídas no início da revolução.

Essa postura constitui uma ruptura paradigmática do espírito positivo. Trata-se de uma pedagogia contra hegemônica de "eu conquisto pelo fato que eu penso" (Dussel, 2005). A revolução torna-se, assim, um contraponto simbólico expresso em eu me defino. Essa dinâmica deve ser compreendida a partir do lugar pelo negro como sujeito oprimido do sistema-mundo.

Entre as formas de resistência, destacam-se eram os cimarrões, sendo Makandal um dos pioneiros desse movimento. Em 1750, antes mesmo da Revolução Francesa, os denominados cimarrões somavam 3000 pessoas. A unificação desse grupo de cimarrões abriu caminho para que os sujeito o afro pudesse se reconstruir - como aponta o professor Carlos Bauer:

Acorde al proceso haitiano sostengo que empujados por el espíritu de la libertad plena, el hambre, la injusticia del desierto y los malos tratos, los esclavos que lograban escapar se refugiaban en las montañas de Bahoruco como un lugar de resurgimiento espiritual, económico, político y cultural. (Bauer, 2018, p.8)

O fenômeno de cimarrões desempenhava um papel significativo, já que coloca em dificuldade a força de trabalho. Para chegar nessa organização, é pensado intencionalmente porque se trata de um mecanismo de educação. Então o escape do colonizado como ferramenta de luta permite trocas de técnicas estratégicas e discutir a liberdade. O vodu, principalmente, ajudou a problematizar o cristianismo como forma de dominação. Por isso, as trocas entre escravizados transformam o colonizado como sujeito consciente de sua realidade fazendo-lhe entender a desigualdade social/étnica no qual vive. Essas resistências conduzem à independência.

Para Alejandro Carpentier (1949), Makandal, conhecido até hoje no Haiti como *Nèg mawon*, foi um dos idealizadores do movimento *marronage* em *Saint-Domingue* no processo abolicionista. Sua atuação representa um marco importante de resistência e de liberdade. Segundo James (2010), ele foi sequestrado da Guiné e, posteriormente, integrou-se ao movimento de

libertação. Assim como ele, outros escravizados fugitivos conseguiam se unir e se organizar nas montanhas por meio do fenômeno denominado *Marronage*.

Foi a partir dessa organização que teve início a primeira revolução impulsionada por escravizados no Haiti. O que foi decisivo para essa conquista foi o abandono das fazendas, a queima das plantações e morte dos brancos, é um grande momento para o início da abolição da escravização posteriormente oficializada na constituição de Dessalines (Janvier, 1882).

Como forma estratégica de guerra no meio na colônia, o *marronage* (o fenômeno de cimarrão) se tornou uma ferramenta útil de insurreição e de insubordinação em busca da derrota da França. Geralmente nos livros de história, as lutas de resistência dos escravizados se descreve como um evento pouco relevante. é um momento chave para a revolução haitiana. Os escravizados começaram a fugirem das plantações para refugiarem nas montanhas. O fato de fugir fortalece os laços ente grupos de distintas origens tribais. Na montanha de Bahoruco se forjou o espaço político, cultural e espiritual (Bauer, 2011).

Como muitos africanos sequestrados, Makandal era filho de um chefe tribal. Tinha conhecimentos das plantas medicinais e falava árabe. O colonialista que comprou Makandal em Limbé, o lugar onde Makandal foi vendido na habitação de Le Normand de Mézy (Gorender, 1990). Makanda, capital do reino de Luango no Congo e trazido no Haiti. Foi vendido em Saint-Domingues, nas costas de Cap-Français - um dos maiores mercados de escravizados na época, hoje conhecido como Cap-Haitien.

Le Normand de Mézy foi o colonizador que adquiriu Makandal para trabalhar na sua plantação de açúcar em Limbé. Lá, Makandal desenvolveu estratégia de comunicação com outros escravizados e aprofundou seus conhecimentos em plantas medicinais, aprendendo a transformá-las em veneno. Devido aos conhecimentos das plantas, era visto pelos escravizados como um médico, tornando-se uma figura amplamente respeitada e conhecida entre os escravizados (James, 2000; Carpentier, 1976). Aos dezoito anos, fugiu das plantações – um ato que se insere nas formas de resistência denominada *marronage* (Manigat, 2001).

A literatura voltada ao *marronage* (Manigat, 2001; Fouchard, 1988; Trouillot, 1982) argumenta a respeito do conteúdo político do movimento e sua dinâmica. Trata-se de um ato que

desafia diretamente o sistema opressor, mas que, fora também das plantações, também envolve estratégias de sobrevivência buscando suprir suas necessidades para depois voltar às rotas secretas.

Foi nesse contexto que Makandal iniciou sua estratégia para pôr fim a escravização a homens e mulheres. Apesar de longas jornadas de trabalho, homens e mulheres se reuniam nos lugares de difícil acesso para planejar ações e evitar a captura. Entretanto, Makandal foi capturado e queimado vivo em 1758.

Enquanto o sistema silenciou as lutas de Makandal, Toussaint Louverture passou a liderar os insurgentes. Segundo James (2010) Toussaint lutou não só pela liberdade, mas também pelos direitos políticos. Ele encabeçou, nesse sentido, os primeiros movimentos de resistência de 1791, período que marca a abolição da escravização na colônia de Saint-Domingue. É reconhecido como o precursor da independência e a partir daí adquire o nome Toussaint L'Ouverture, nome que muda também em Louverture¹ sem acento.

Em virtude de sua estratégia foi descrito como um diplomático. Tornou-se governador da Ilha em 1799 e dois anos depois, já teve o controle da Ilha. Por isso, em 1801 dotou a ilha de uma constituição, o que para Aimé Césaire (1981) significa uma antecipação dos movimentos políticos de sua época.

Após a deportação de Toussaint, seu tenente Dessalines nascido na colônia, emergiu como líder e consolidou o processo que levou a independência (Nicholls, 1996). Segundo Bayyinah Bello (2021), sua trajetória é marcada pela ascensão de um escravizado a um chefe militar. Dessalines se tornou um radical na sua concepção de independência porque reconhece-se enquanto oprimido do sistema escravagista. Foi lugar-tenente de Toussaint e participou na insurreição de 1791. Como aponta Nicholls no seu livro *From Dessalines to Duvalier: race, colour and anticolonial Independence in Haiti*, tensões políticas marcadas por divisões raciais levaram ao assassinato de Dessalines.

¹ No francês ouverture tem como significado abertura, pois Toussaint adquiriu esse nome por liderar e ter contatos com as distintas classes sociais, mas também alega-se que teria esse nome devido a seus dentes.

Segundo o historiador Leslie Manigat (2001), o país foi dividido em duas partes após o assassinato de Jean Jacques Dessalines, pai da independência do Haiti em que o Norte foi dirigido por Henry Christophe e o Oeste por Alexandre Pétion.

No livro intitulado *The Last King of Haiti: The Rise and Fall of Henry Christophe* (2025), Marle Daut oferece uma bibliografia e uma análise profunda de Henry Christophe. Segundo a autora, Christophe, um Exescravizado negro originário da ilha de Granada, foi deportado para São Domingos. Lutou pela causa da independência e ocupou o cargo de tenente sob o comando de Toussaint. Após a morte de Dessalines, tornou-se presidente da região do Norte e, pouco tempo depois, se proclamou presidente da região rei sob o nome de Henry I (Henry 1er).

Sua contribuição nas guerras da independência foi significativa. Tendo vivenciado a experiência da escravização, desenvolveu estratégias para evitar o retorno dos franceses, chegando a prender o enviado do rei Carlos IX (Dorsainvil, 1953). Para combater a recolonização e em nome da liberdade, Christophe mobilizou todos os recursos que ele como general, atuando com firmeza contra a restauração da colonização.

Enquanto Christophe governava o Norte do Haiti, Alexandre Pétion estava no Oeste, com sede em *Port-au-Prince*. Segundo Dalencourt (1928) Pétion, como presidente, mantinha vivos os ideais da revolução haitiana: liberdade, anti-escravagismo e anticolonialismo. Um trecho de uma carta escrita por Bolívar, datada no dia 4 de março de 1816, na cidade de Aux Cayes, no Sul do Haiti, torna evidente ao se dirigir ao presidente haitiano:

Me veo obligado a importunar una vez más a V.E. pidiendo le nuevos socorros; V;E; comprenderá de cuánta urgência para la ejecución de mis proyecyos. Cuento con la generosidade y benevolência de V.E. y espero que el interés que V.C. há mostrado hacia mí sirva de excusa a mi importunidad. He aqui la nota de lo que necessito, que suplico considere V.E. com la mayor atención: 4. 000 fusiles, sin contar los 3.000 para los cuales se han librado y alas órdenes; 100.000 cartuchos (por lo menos); 30.000 libras de pólvora; 30.000 de plomo (Pérez, 1953, p. 33).

O empenho de Alexandre Pétion, então presidente da nova república negra esteve centrado na luta contra a escravização e na defesa da liberdade para todos os habitantes a população da Venezuela sem qualquer distinção. O modo de agir do presidente relembra seu passado enquanto militar durante o processo revolucionário, mesmo mulato foi filho de mãe escravizada.

Lutou ao lado do exército pela batalha da independência. Por ser filho de um colono, realizou seus estudos na França o que faz com que inculcou ideias liberais². Durante seu governo o país conheceu um período, marcado por protestas das massas. A figura de Pétion é simbólica porque representa os interesses de sua classe. Assim, promove uma ruptura com as ideias de Dessalines, que havia confiscado as terras; ao contrário, ele as distribuiu entre os oficiais, que gerou entre os camponeses.

Apesar disso, Pétion mantinha as ideias antiescravagistas e anticolonialistas como os demais chefes de Estado haitianos, é nesse sentido, deu apoio ao libertador Simón Bolívar em troca de libertar as colônias espanholas³. Se Christophe decidiu romper com os legados dos franceses na cultura, a classe dominante por meio de Pétion mantém o francês como língua oficial (Hoffman, 1995). A educação para Pétion era para renovar a classe política. Desde o início da jovem república, o acesso à educação foi restrito a um grupo seleto. Em relação à grande maioria da população, essa prática representa a desigualdade social e dominação de uma classe sobre outra.

2.3 O desafio do novo Estado e o medo ocidental à ameaça do sistema-mundo

A revolução haitiana constitui um posicionamento radical contra o sistema-mundo baseado no trabalho escravocrata, portanto ela é antiescravista, anticolonialista, anti-plantacionista (Janvier, 1882). Sendo assim, procura ela visibilizar os chamados *va-nu-pieds*.

O segundo aspecto está fortemente ligado ao capital, já que a colônia era a principal base econômica da França (Hurbon, 2005; Diamond, 2006). Dado à importância das colônias para as potências colonialistas, perdê-las seria algo altamente significativo. Assim, o silenciamento da revolução haitiana funciona como um mecanismo estratégico, enquadrando-a de forma degradante, muitas vezes reduzindo-a à ideia de barbárie.

O silenciamento se dá, primeiramente, por meio da literatura eurocentrada, que muitas vezes não a menciona como uma revolução – o que já constitui uma forma de apagamento. Em segundo lugar, há o esforço de apagamento nas relações internacionais. Os Estados Unidos, por

²Pétion adotou a política de *laissez-faire* segundo o historiador Thomas Madiou (1848)

³ Tal caráter expressa o lado humanista do Haiti na sua luta anticolonialista e escravagista. Pois, sendo a primeira nação negra livre, Haiti coloca-se no *avant-de-garde* para defender o conceito de liberdade. São valores que colocam em xeque o paradigma universal onde a escravidão serve para a dinâmica do Sistema-Mundo.

exemplo, só reconheceram a independência do Haiti até a guerra de secessão, em 1865 com a abolição da escravização no país, apesar de terem realizado sua própria revolução em 1776.

Foi necessária a construção de fortalezas por interesses estratégicos por caso de uma possível invasão da França (Hurbon, 2005). Dentro dessa lógica, construir fortalezas era visto como mais urgente e viável do que investir na construção de escolas (Joint, 2009). Além disso, houve a união de forças nacionalistas após a independência, com objetivo de proteger a liberdade e a soberania recém-conquistadas.

A vigilância em defesa da independência tornou-se uma prioridade nacional, uma vez que o Haiti passou a ser visto como ameaça devido a sua postura antirracista e antiescravagista. Por esse motivo, as potências como a Inglaterra e os Estados Unidos relutavam em comercializar com o país (Vertus, 2009), temendo que outras colônias pudessem se rebelar (Bellegarde, 1914). Com base nisso, o Haiti passou a enfrentar grandes desafios para se inserir no sistema-mundo. O sistema internacional foi marcado por forte hostilidade à revolução haitiana. O rechaço da inserção no mercado mundial expressa a vontade da supremacia de manter isolado o novo estado em razão do processo revolucionário. Nesse caso, o rechaço enfrentado pelo Haiti assumiu um caráter racializado.

2.4 *Kreyòl* e Vodou: formação da identidade haitiana

O vodou formado por elementos da espiritualidade dos negros trazidos da África passa a ser combatida pelo cristianismo e os colonizadores. Enquanto o vodou era um refúgio para os escravos, os colonizadores perseguiram quem o praticava. Em base disso, o Vodou foi sempre proibido e silenciado.

Para o antropólogo haitiano Laënnec Hurbon (1987), devido ao caráter político do Vodou foi empregado tudo para impedir sua manifestação enquanto culto religioso (Hubon, 1987, p. 68). Diversas medidas repressivas foram adotadas ao longo do tempo para esse fim. Em 1704, um decreto proibiu os escravizados de se reunirem de noite para dançar. Em 1765, foi criada na colônia o chamado *Premier Légion de Saint-Domingue*, com o objetivo de impedir qualquer tipo de encontros entre os escravos entre escravizados que visassem promover o culto do vodou.

Com a intenção de converter o negro no cristianismo, foi exigido em 1664 aos proprietários de escravos que sejam batizados. Na mesma sequência, surgiu o denominado *Code Noir*⁴ redigido por Jean-Baptiste Colbert, ministro francês da época. Publicado em 1685, afirmava: "Todos os escravos que estarão nas nossas ilhas serão batizados e instruídos na religião católica Apostólica e Romana" (Métraux, 1958, p. 26, tradução minha).

Diante desse contexto, o sincretismo, como afirma Hurbon (1987), se tornou uma estratégia de sobrevivência. Mesmo após a revolução, o Vodou continuou sendo alvo de ataques e de perseguições (Clorméus, 2012). Ao nosso ver, esses mecanismos visavam afastar a grande massa de sua identidade cultural e espiritual. Apesar das ideias iluministas das potências ocidentais em relação aos Direitos Humanos como no caso da *Déclaration Universelle des Droits de l'Homme* promovida pela França, o Vodou não havia referências a respeito das culturas e espiritualidades das colônias francesas. O que significa era passível de todo tipo de violação.

Com base nessa análise, entendemos que a lei serve aos interesses dos grupos dominantes nas sociedades. Ela existe, muitas vezes, para criar barreiras e, ao mesmo, favorecer certos grupos sociais. Ao privilegiar esses grupos, a lei também legitima a violência institucionalizada como no caso da repressão aos praticantes do vodou nas colônias – uma forma de o homem branco e justificar o domínio colonial.

O Kreyòl e O Vodou são dois elementos culturais que inescrivem-se na agenda de um projeto voltado a organização social e política. O Kreyòl funciona como instrumento, um veículo de comunicação entre os *Nègres* capaz de reunir suas almas. De certa forma, contribui para entender o processo de opressão ao qual o negro foi submetido, a injustiça social. Desperta-se a consciência perante os problemas sociais como a colonização, o racismo e o modo de produção. Nessa mesma linha, Michel Hector (2000) considera que tanto o vodou quanto o kreyòl fazem parte do processo de homogeneização na luta anti-colonial.

Também o vodou, de por sua origem, deu a possibilidade de problematizar o Deus dos brancos como dizia Boukman⁵. No dia 22 de agosto em 1791 uma grande cerimônia foi presidida

⁴Code noir, o Code Noir foi um decreto aprovado pelo rei francês Luís XIV em 1685 definidos as condições da escravidão no império colonial francês.

⁵Boukman é sacerdote do Vaudou que acreditava que o deus do colonizador é malvado. Encabeçou a cerimônia religiosa em ato de resistência ativa à escravidão.

por Boukman em Bois-Caïman, sacerdote do vodu, onde os escravos mantinham como lema viver livres ou morrer. Busca-se, nesse sentido, uma organização societal onde a escravidão não existe mais e cada quem consegue a liberdade.

Para o historiador Charles Tardieu ele pensa que: " O vodu ultrapassa o simples nível de religião para se tornar este espaço de voz política capaz de se opor ao currículo de instrução religiosa judaico-cristão a serviço do colonialismo e imperialismo nascente" (Tardieu, 1989, p.19, tradução minha). Com o vodu, o sujeito se constitui consciente de sua própria realidade. O vodu enquanto cosmovisão do negro é o paradigma ao sistema-mundo. A pedagogia do sistema-mundo é a pedagogia religiosa que tem como objetivo de inculcar as noções religiosas que visam a obediência para manter os padrões de domínio. Enquanto os colonizados, por meio do vodu, desenvolviam a pedagogia de (re)existência e de resistência ativa.

Nesse sentido, em 22 de agosto de 1791, em um ritual Vodou no alto de uma montanha, em meio a floresta e em noite de tormenta o destino do Haiti foi decidido. Ali se deu o juramento de liberdade que foi a amálgama que fundiu todos os escravos haitianos. James (2010) registra em sua obra a oração que o líder Boukman proferiu naquela noite:

O deus que criou o sol que nos dá à luz, que levanta as ondas e governa as tempestades, embora escondidos nas nuvens, observa-nos. Ele vê tudo o que o branco vê. O deus do branco o inspira ao crime, mas o nosso deus nos pede para realizarmos boas obras. O nosso deus que é bom para conosco, ordena-nos que nos vingamos das afrontas sofridas por nós. Ele dirigirá nossos braços e nos ajudará. Deitai fora o símbolo do deus dos brancos que tantas vezes nos fez chocar, e escutai a voz da liberdade, que fala para os corações de todos nós (Boukman, 1791 *apud* James, 2010, p. 93).

Essa noite marca o primeiro congresso político problematizador em que Bookman questiona a pedagogia religiosa que tende a ensinar o colonizado o docilismo e que sua condição tem a ver com questões divinas.

2.5 Práxis da Revolução haitiana: sentidos, significados e sua revalorização no pensamento latino-americano

Destaca-se, nesta parte, um retrato histórico da revolução enquanto processo histórico quanto práticas vividas pelos sujeitos históricos. Desde os primeiros movimentos de independência, a revolução pode ser compreendida como uma práxis contínua que articula

resistência, emancipação e construção de um projeto político. Pensar Ayiti no seu contexto histórico, é entendê-lo não apenas como um evento pontual, mas como um processo de luta e afirmação identitária.

É fundamental considerar que não se pode refletir sobre a história do Haiti sem reconhecer os povos originários que habitavam essa terra muito antes da colonização europeia – os Tainos ou os Arawaks – que viveram por milhares de anos (Madiou, 1987). Após a colonização, Saint-Domingue foi renomeado por Dessalines como um gesto simbólico, mas representa uma dimensão relacionada à práxis revolucionária, reivindicando o território como espaço de pertencimento (Dorsainvil, 1953; Madiou, 1987; Judith, 1987).

Através desse processo que o *Kreyòl* hatiano foi desenvolvido na colônia de Saint-Domingue entre diversas etnias com uma base sintática africana, constituindo-se enquanto dispositivo de linguagem (Manigat, 2001). O processo histórico deixou sua marca na língua: de um lado, incorpora termos da língua dominante; de outro, é constituída grosso modo, de elementos da gramática africana conforme ressalta Leslie Manigat. Nessa mesma linha, Michel Hector (2000) considera que tanto o vodu quanto o *kreyòl* fazem parte do processo de homogeneização na luta anti-colonial.

Eis a razão, o *Kreyòl* mantém até hoje sua estrutura fortalecida no contexto colonial. Por isso, a palavra *nèg* que significa negro no português, no Haiti significa ser humano. Quer dizer, *nèg vle di moun*= negro significa ser humano. Isto é, enquanto chamar alguém de negro em vários países pode ser uma ofensa racista, em *Kreyòl* entende de outra forma devido ao seu ressignificado social lembrando que a constituição de 1805 designava a todos como negro no sentido genérico (Janvier, 1882). Em termo de precisão, a palavra *Nèg* não vem do francês porque *nègre* no francês significa negro e não ser humano *moun* tal como temos no caso do *Kreyòl*. Isso surgiu desde a primeira revolução haitiana onde foi estipulado que qualquer negro possa reivindicar a nacionalidade haitiana e que qualquer negro que entrasse no Haiti se torna livre.

O secretário de Alexandre Pétion afirmava em um discurso que: "Haiti, filha primogênita da África, considerando sua história e sua civilização como a primeira página da história da reabilitação de sua raça ... deve dar o exemplo as suas irmãs mais jovens (a fim de fazer da humanidade uma grande família de irmãos" (Inginac Balthazar em Fardin, p. 43, 1969, tradução minha).

Ao acolher um grupo de negros fugindo da escravização dos Estados Unidos, Joseph Balthazar Inginac - então secretário do presidente Jean Pierre Boyer - se remete à história do Haiti, à revolução haitiana, a luta da raça negra pela liberdade e da independência do país. A referência do Haiti como filha da África nos convida a revisitar a memória sendo um conjunto de acontecimentos e interpretações do passado (Pollak, 1989) e sua dimensão relacional.

Segundo Hoffman (1995), os agentes políticos frequentemente utilizam a figura de certos libertadores como bandeira política. A referência a esses nomes ocorre com frequência, como no caso de Dessalines chamado de Papa Dessalines, ou na expressão de *nou tout se pitit de Dessalines* (nós todos somos filhos de Dessalines). Seu nome é amplamente utilizado no Haiti. Outro exemplo é Capois La Mort⁶, mencionado quando se quer destacar alguém como destemido. Existe na tradição haitiana uma lenda segundo a qual Capois nunca tinha medo dos brancos colonialistas e nem à morte. Em razão disso, há o uso dessa memória história no campo político.

O campo cultural também se alimenta pelos ideais da revolução haitiana. No livro *Histoire du style musical en Haïti*, publicado em 2014, Claude Dauphin discute a origem da música popular no Haiti. O autor estabelece vínculos entre a música, os processos históricos e as tradições ancestrais. Dessa forma, a cultura se torna um campo de referência da revolução e dos heróis da independência.

Para Mennesson-Rigaud (1958), tanto as danças e quanto as canções evidenciam o lugar da música no que se refere ao patrimônio cultural haitiano. Gêneros como *racine*, *chante pwen*, *koudjay* e *ochan*, por exemplo, são formas de música de protesto. Esses estilos surgiram durante a ditadura militar na década de 1970 como campo de disputa política de acordo com Averil e Bouyssou (2000), com críticas aos abusos de poder, repressão tortura e as desigualdades sociais. Nesse mesmo período, houve uma variedade de temáticas retrazando as condições sociopolíticas e econômicas.

⁶ François foi general durante a Revolução Haitiana. Nasceu na cidade de Port-de-Paix na plantação de Laveau Lapointe. Seu nome vem do colonialista Cappouet, dono da plantação. Seu início no exercício deu lugar em 1793 depois da visita de Toussaint Louverture em Port-de-Paix. Sob o comando do coronel Jacques Maurepas, ele fez parte da 9na brigada. Logo, passou a ser tenente para depois virar capitão do 3ro Batalhão. Lutou contra as expedições e tentativas de invasões. Em razão de sua coragem e sua bravura durante a batalha de Vertière, onde o general Rochambeau do exército de Napoleão testemunhou seu gênio. Em razão disso é chamado de Capois-A Morte.

Também no campo das práticas e ideais da Revolução Haitiana, destacam-se autores que contribuíram para a luta antirracista, contra o racismo e o apagamento histórico. É o caso de Jean Louis de Vastey com o livro *Colonialisme dévoilé* (1814); Joseph Anténor Firmin (1850-1911), autor do livro *Das igualdades das raças humanas* (1885) e Louis Joseph Janvier (1855-1911), *A igualdade das raças, Os detratores da raça negra* de 1882, *Um povo negro diante dos povos brancos* de 1883.

A práxis da revolucionária se manifesta por meio daqueles que enfrentam o silenciamento da revolução com Jean Price Mars (1876-1986), da obra *Assim fala o tio* (1928), Dantès Bellegarde (1877-1966) da obra intitulada *La résistance haïtienne* (1937); Michel-Rolf Trouillot (1949-2012), autor de *Silenciando o passado* (1992), Leslie François Manigat (1923-2015), *Évantail d'histoire vivante d'Haiti* (2001). Toda essa literatura é pautada na revolução do Haiti.

La Citadèle Laferrière é uma referência das práticas da revolução. É uma fortaleza localizada na cidade de Milot. Atualmente, serve como uma espécie de peregrinação cada ano e que constitui a memória patrimonial (Delatour ; Jolibois, 2009). A peregrinação ocorre todo ano durante a semana santa. Geralmente são várias pessoas sobem até a fortaleza, localizada no topo de uma montanha.

2.6 O conceito de revolução dentro do paradigma colonial e a construção de sua verdade

Essa breve discussão em torno do conceito de revolução não tem a pretensão de levar em consideração a periodização eurocêntrica. Por isso, não abordaremos ams discutir quem trouxe primeiro ou quando passou a ser discutido. No entanto, ao se falar em grandes revoluções modernas, geralmente se pensa nos acontecimentos ocorridos na Europa principalmente na França, na Inglaterra e depois o caso da revolução dos Estados Unidos. Dessa forma, o resto do mundo acaba sendo excluído dessa narrativa.

O que nos interessa aqui é adotar um olhar crítico a respeito da literatura ocidental, que, embora discuta os sentidos da revolução no mesmo período histórico, tende a invisibilizar a Revolução Haitiana. Para muitos pensadores ocidentais, uma revolução só é considerada válida se apresentar determinada característica que o mundo deve compartilhar e caso contrário é silenciada e ignorada. Nesse sentido, o acadêmico estadunidense Howbsbawm que é muito lido na academia chama a atenção para o mundo aos valores da revolução francesa com valores universais:

Isto se deveria, em parte, ao fato de que toda revolução genuína a ser ecumênica. Para os franceses, bem como para os seus números simpatizantes no exterior, a libertação da França era simplesmente o primeiro passo para o triunfo universal da liberdade, uma atitude que levou facilmente à convicção de que era dever da pátria, da revolução, libertar todos os povos debaixo da opressão [...] (Howbsbawn, 2010, p. 115-116)

Gostaríamos de destacar alguns elementos chave para se pensar o caráter eurocêntrico da ciência. Discutir sobre o termo "todo" como pronome indefinido é relevante. Esse "todo" sugere que qualquer processo, em qualquer lugar do mundo, precisa seguir certos critérios específicos – geralmente definidos a partir da experiência europeia – para ser reconhecido como uma revolução. É como se a França representasse o mundo, aliás como se o mundo tivesse começado na França. Esse aspecto revela um aspecto fundamental da matriz epistêmica ocidental: o universalismo.

Outro elemento importante a ser destacado é que a revolução francesa de 1789 não dialogava com as opressões raciais. No mesmo período em que acontecia a revolução de 1789, a França era uma potência imperialista e participava ativamente no comércio do atlântico negro chamado *Traite Négrière*. Não dá para ignorar esse período histórico para nós negros tanto para o próprio sistema-mundo a partir do qual a França se tornou uma das grandes potências da Europa. Ignorar esse período é querendo nos silenciar e nos invisibilizar, pois trata-se período histórico em que a França possuía colônias tanto nas Américas, como no caso de *Saint-Domingue*, que foi a mais próspera colônia em termo de lucro no sistema-mundo naquele tempo, e, posteriormente, colônias também na África.

Escravizar negro traz a ideia de quem pode ser escravo, portanto, quem não deve. Temos aqui um caráter seletista justificado no perfil racializado. Também isso traz a ideia de quem é humano e não. O próprio lema *Liberté, Égalité, Fraternité* nos parece burguês. Não questiona a igualdade perante o quê e perante quem. Tanto o lema como a *Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen* ambos não questionam a escravidão, podemos dizer, portanto não se trata de uma revolução por completo. Como já mencionamos, ignorar a escravização que é um processo tão relevante pela França, é negar a riqueza do país, que veio a se torna uma potência mundial, foi construída não só pelos próprios méritos, mas sobretudo à custa do trabalho escravizado.

A literatura eurocentrada desde sua pretensão universalista concebe o conceito de revolução a partir de grandes transformações radicais ocorridas nos campos político, social,

econômico e tecnológico em relação a uma categoria considerada como sujeito em um espaço geográfico bem determinado. Geralmente, como exemplos se tende a citar a Revolução Inglesa (1642-1688), Revolução Industrial, Revolução Francesa (1789) com seu lema de *Déclaration Universelle des Droits de l'Homme* e ao final a Revolução americana (1776) com seu lema *All man is created equal*. O lema dessa revolução já explica quem é homem e quem não é.

Em geral, tal matriz epistêmica sugere como a revolução procede, onde ela ocorre e estabelece todo um aspecto normativo. Sendo assim, define quem pode fazer revolução, quer dizer, quem foge dessas regras não se inscreve nesse marco estabelecido. Vale a pena ressaltar que tal período na literatura eurocêntrica se considera como histórico. Isso deixa entender que os acontecimentos que não se encaixam naquela matriz histórica, não é vista como revolução senão rebeldia que tenta fugir da ordem imposta.

Na tentativa de entender as realidades sociais em relação aos textos, há uma tensão que vem da ideia do que confere autoridade a um acadêmico para falar sobre um determinado objeto. O sociólogo francês Pierre Bourdieu aos campos como um espaço de disputa e de legitimação para impor as regras. A ciência torna-se um poder, portanto concede reconhecimento capaz de impor regras. Para Bourdieu, as publicações são um espaço de disputa e de controle. Por trás do discurso acadêmico, há uma busca pela aquisição de autoridade e de prestígio (Bourdieu, 2003, p.199).

Essa disputa que o autor assinala se pode entender no caso do universalismo que acabamos de mencionar em uma disputa que se dá entre as experiências que se reconhecem como válidas e se vê na obrigação de demarcar os limites e as fronteiras. É necessário, nesse cenário, que as experiências fora de um determinado campo como no caso latino-americano, busquem se explicar mediante marco teórico e conceitual próprio e não fora deste, ou seja não a partir do colonialismo teórico euro-ocidental que vem das sociedades imperialistas, industriais, ex-potências colonialistas (Soares, 2005). Os pensadores latino-americanos entendem esse fenômeno que se trata de reconhecimento de certas experiências sendo epistêmicas e que a universidade as institucionaliza, isso gera uma relação de poder em termo distintivo:

La universidad, siendo una autoridad institucional marcando la distinción entre los saberes legítimos autorizados, de los saberes ilegítimos [...], esa división entre saberes autorizados y saberes prohibidos, fue radical. Mientras los primeros se recluyen en el

marco de las especializaciones disciplinarias, los saberes otros transitan fuera de los muros universitarios. (Marquez, 2005, p. 19)

2.7 Formação do Estado haitiano e seu desafio no cenário internacional

A forma como o sistema internacional vem se construindo está baseada na dicotomia entre potências metropolitanas/colônias, países desenvolvidos/subdesenvolvidos, norte/sul países do centro vs países da periferia. Tal embate promove ameaças de invasão do Haiti por várias potências ocidentais. Isso pode se entender a partir do neocolonialismo, na medida em que as potências ocidentais procuram manter sua zona de influência na periferia como no caso do Haiti. Dito isso, criam condições de intervenção política, militar além das instalações das megaempresas vindas desses países. Pois, as ex-colônias se tornam regiões periféricas dentro de sistema internacional desigual. Nesse cenário, surge a exploração das matérias primas para o consumo de bens industrializados.

A formação do Estado trilha seu caminho e surgiu diferentemente dos Estados europeus. Pois, trata-se de uma demanda coletiva dos escravizados em favor da liberdade e contra as injustiças sociais do jugo colonial. Então, efetiva-se na ruptura do poder unipessoal do rei da França que decidia a vida sobre os escravizados. O Estado haitiano nasce de um poder que emana dos negros que foram escravizados (Hurbon, 2009). Trata-se da organização de um projeto societal onde o negro se ergue e se redefine enquanto sujeito humano. Devido a isso, a formação do Estado haitiano constitui um marco para pensar novas formas no tocante dos Direitos Humanos dado que ser negro não era considerado como humano (Dubois, 2009). É a reivindicação pelos direitos à vida como fonte humana. Sendo assim, é a luta pelos direitos fundamentais como civis, políticos, econômicos, além de acesso aos meios como educação e saúde e a inserção na economia à qual o escravizado foi negado. Isso significa que o direito de existir constitui uma busca e resistência às elites dominantes do então.

Pois, pouco tempo depois da formação do novo Estado, o primeiro chefe de Estado foi assassinado devido a reforma agrária lançada. As classes dominantes o contestavam. Logo depois do assassinato, o Estado começa a ser um instrumento para a classe dominante haitiana. O pensamento marxista, como uma crítica à economia política, nos permite entender como o Estado capitalista se relaciona com a sociedade conforme as relações sociais de dominação e de exploração. O caráter do Estado capitalista se entende numa relação desigual entre proprietário de

mercadorias e operário. Dois elementos são importantes nessa relação: a expropriação da força de trabalho e a exploração. (Althusser, 1970, p. 66 (67). Diante o exposto, o Estado capitalista se entende na sua forma de manter a reprodução das classes sociais, da estrutura econômico-social cujo fundamento está no mercado e na acumulação do capital dentro de uma sociedade.

A economia internacional vai se organizar da mesma forma, uma categoria de países denominados países industrializados e como tais determinam as regras e o que é progresso conforme seus padrões de vida. Porém, não há como explicar a industrialização desses países sem ver os outros grupos chamados de países periféricos. São esses que alimentam os chamados centros, fornecendo matérias-primas (Osório, 2016).

Esses espaços vão ser campo de disputa entre quem possui a técnica e quem deve alcançar um determinado grau de desenvolvimento. Tal discussão nos remete ao espaço como construção social. Pois, se organiza de acordo com o momento dos elementos que o conformam. Para Milton Santos *"lo que interesa es el hecho de que cada momento histórico cada elemento cambia su papel y su posición en el sistema espacial, y en cada momento, el valor de cada uno debe ser tomado de su relación con los demás elementos y con el todo"* (Santos, 2009, p. 7). Em virtude disso, o comércio mundial se estrutura a partir do denominado sistema-mundo em que os países se integram conforme o funcionamento da economia global. Isso faz com que um país não tenha autonomia plena sobre sua economia, pois ela é determinada pelas regras estabelecidas pelas potências.

A revolução haitiana constitui um posicionamento radical ao sistema-mundo baseado no trabalho escravocrata, portanto ela é antiescravista. Sendo assim, procura visibilizar os chamados *va-nu-pieds, os descalços* (Fick, 2009).

O segundo aspecto está fortemente ligado ao capital. Dado à importância das colônias para as potências colonialistas, perder as colônias seria algo significativo. Por isso, o silenciamento da revolução haitiana foi utilizado como um mecanismo estratégico para enquadrá-lo em termos degradantes, reduzindo-a como algo de barbárie. Devido a isso, o silenciamento da revolução se dá primeiro pela literatura eurocentrada. Ao não fazer nenhuma menção dela como revolução é sinal de apagá-la. Segundo a tentativa de apagar a revolução se dá nas relações internacionais. Os Estados Unidos, por exemplo, vão reconhecer a independência do Haiti até a guerra de secessão

de 1865 com a abolição da escravidão nos Estados Unidos apesar de ter feito a revolução de 1776. Em relação à França vai pedir uma indenização para reconhecer nossa independência.

O caráter universalista do pensamento ocidental contribuiu para o isolamento do Haiti, o país afro-caribenho, no cenário internacional. Isso ocorre porque o sujeito europeu passou a promover seus valores e sua cultura como modelo para o resto do mundo, por meio de categorias universalizantes (Scott, 2005). Ao se colocar como figura universal, o sujeito europeu se define como padrão e interpreta sua própria realidade – histórica, social e cultural – como referente ao resto do mundo (Dussel, 1993).

Para que uma sociedade seja reconhecida como válida dentro dessa lógica, ela precisa seguir determinados padrões. Tais normas vão definir tanto sociedade avançada e como a sociedade subdesenvolvida. São conceitos construídos a partir das experiências europeias, com base na experiência em concepções de tempo e espaço. A experiência europeia passa a ser vista como única e universal, supostamente aplicável a todas as sociedades. Trata-se de uma matriz epistêmica eurocêntrica (Mignolo, 2005), que define os modelos de ser, conhecer e existir, determinando o que é considerado como legítimo para toda época. Pois, dita regras e desenha a ética das sociedades, ou seja, estabelece regras de como uma sociedade deve ser. Tudo isso, é operacionalização da ciência moderna. Tal tende a classificar as outras formas de saber que não se incorporam. Em razão disso, o saber europeu se vê como normal, moderno e o saber do outro se define como tradicional e pré-moderno.

[...] el carácter universal de la experiencia histórica europea, las formas del conocimiento desarrolladas para la comprensión de esa sociedad se convierten en las únicas formas válidas, objetivas, universales del conocimiento. Las categorías, conceptos y perspectivas (economía, Estado, sociedad civil, mercado, clases, etc.) se convierten así no sólo en categorías universales para el análisis de cualquier realidad, sino igualmente en proposiciones normativas que definen el deber ser para todos los pueblos del planeta. Estos saberes se convierten así en los patrones a partir de los cuales se pueden analizar y detectar las carencias, los atrasos, los frenos e impactos perversos que se dan como producto de lo primitivo o lo tradicional en todas las otras sociedades (Lander, 2000, p. 23).

Ao se tornar independente, a nova república enfrentou os padrões ocidentais e como consequência teve acesso restrito ao comércio devido a elite local e ao embargo imposto pelas potências do então. Esses fatores compõem parte dos desafios enfrentados pelo país, além das questões internas, que também pretendemos desenvolver neste trabalho.

Como já frisamos, na tentativa de construir um caminho alternativo à modernidade capitalista, o Haiti enfrentou sérias dificuldades. De um lado, havia muita resistência por parte da elite local, que não se identificava com a cultura popular, a qual constituía o verdadeiro marco identitário do povo haitiano. De outro lado, a supremacia branca no âmbito internacional se recusava a reconhecer independência do país afro-caribenho.

A elite econômica haitiana, composta majoritariamente por mulatos, buscava uma identidade alinhada aos valores da Europa. Nesse processo, rejeito as práticas culturais populares enraizadas no povo como no Vodou e na língua crioula, o Kreyòl. Então, busca se identificar no ideal civilizatório francês, em detrimento da cultura como bárbaro pela ótica eurocêntrica (Trouillot, 1995; Price, 1928).

Após o assassinato de Jean-Jacques Dessalines, líder da independência, a elite mulata viu nessa oportunidade para a elite mulata se reaproximar da França. Tal aproximação levou ao pagamento a indenização exigida pela França para o reconhecimento da independência. Cabe destacar que o pagamento foi viabilizado por meio de empréstimos concedidos por bancos franceses, o que gerou uma dívida externa e comprometeu o desenvolvimento econômico do país (Dubois, 2012).

A hegemonia francesa impediu que o Haiti se integrasse o comércio internacional, confinando o país e piorando sua condição sociopolítica ao longo do século XIX e início do século XX. Nesse contexto, Haiti foi invadido pelos Estados Unidos em 1915, ocupando-o até 1934. Essa invasão foi sustentada pela doutrina de Monroe (Castor, 1987) – que afirmava a América para os americanos - mas também se apoiava na retórica de civilizar o país.

A religião tradicional haitiana, o vodou, foi associada à barbárie, contribuindo para uma imagem externa negativa do país ao Vodou. O Vodou, por ser uma religião fora das fronteiras europeias, foi utilizado como símbolo de atraso cultural, o que reforçou as justificativas da

intervenção sob o pretexto de humanizar. No entanto, a invasão teve interesses econômico e seus recursos estratégicos.

No capítulo a seguir, são discutidos os motivos da escravização a partir da perspectiva teórica descolonial. Para tal efeito, pretendemos ver o conceito e a origem da modernidade que se expande ao resto do mundo junto com seus padrões de vida. Ao longo do primeiro capítulo, conseguimos localizar o Haiti e seu processo de revolução, os movimentos de luta pela independência e como os elementos identitários fizeram parte desse processo. No terceiro capítulo, abordou-se como a herança colonial e as estruturas hegemônicas se operacionalizam no país afro-caribenho.

Capítulo 3 - A construção da influência estadunidense no Haiti

Apenas depois da guerra civil abolicionista em 1865 nos Estados Unidos, a independência do Haiti foi reconhecida pelos yankees (Leonard, 2003), como já foi salientado. No entanto, na sua tentativa de se projetar como um Estado continental (Methal, 2013), os Estados Unidos adotaram várias ações na região como guerra e tentativa de anexação. Essas ações foram respaldadas em uma política externa agressiva, baseada na doutrina de Monroe.

Mesmo depois de sua independência, o Haiti permaneceu sob a influência das potências ocidentais notadamente França, Inglaterra, Alemanha e logo depois Estados Unidos no final do século XIX (Seguy, 2014). As sociedades ex-colonialistas e imperialistas buscam manter sua influência no país. Para alcançar essa meta, empregam vários dispositivos para veicular suas ideias, costumes e valores. Criam instâncias internacionais no âmbito do comércio, da saúde, direitos humanos com regras previamente definidas. Nesse cenário, entende-se que por trás dessas regras estão seus interesses e em base disso pressupõem o que deve ser dito e quem tem legitimidade para proclamar determinados discursos. São discursos que, embora se transformem ao longo do tempo, mantem a mesma operação de poder. Como afirma Luciana Ballestrin:

Fórmulas históricas clássicas de colonialismo e imperialismo - conquista de territórios, exploração de recursos naturais e mão-de-obra nativa ou escrava, disputas e partilhas geográficas, destruição das culturais locais originárias - atualmente estariam sendo reproduzidas com outras roupagens, discursos, ações e estratégias pela preservação e a serviço dos mesmos interesses econômicos e políticos dos países centrais, capitaneadas por diferentes agências, instituições e atores transnacionais. (Ballestrin, 2015, p. 194)

De acordo com a historiadora Suzy Castor (1987), no final do século XIX o congresso norte-americano tinha uma proposta para considerar o Haiti como um Estado tal como foi no caso de Porto Rico. Desde 1847 o então presidente James Belk teve o interesse na anexação em razão da posição geoestratégica do Haiti. Tal projeto foi levantado em 1904 por um senador do Estado de Idaho pela posição do Haiti no Oceano. Foi por esse motivo que Haiti foi pressionado para ceder o Môle Saint Nicolas mediante cinco cruzadores.

Historicamente, os Estados Unidos recorreram à força para impor sua vontade e seus interesses estratégicos. A invasão do Haiti, iniciada em 1915, se insere em um projeto imperialista com a ambição de projetar a expansão de seu poder no resto das Américas (Methal, 2013). É importante destacar que, à época, o Haiti não estava em nenhum conflito com Estados Unidos que justificasse uma ação militar como aponta Dantès Bellegarde no seu livro *L'occupation*

américaine, publicado em 1929. Em termo de uma base jurídica, no entanto, não houve qualquer base legal para essa intervenção militar; o que significa mesmo sendo um país soberano e membro da Liga das Nações, O Haiti foi invadido militarmente. Depois da invasão, os Estados Unidos dissolveram o parlamento, determinaram o suspenso do direito de voto, houve aumento de impostos, também houve mudanças na constituição para dar legitimidade à agressão.

A hegemonia dos Estados Unidos no Haiti se relaciona, de um lado, a configuração do sistema internacional e, por outro lado, ao histórico do Haiti enquanto um país afro-caribenho da periferia. Podemos entender que se trata de uma nação que tem sido historicamente punida por ser a primeira a fazer ruptura da escravidão há mais de dois séculos. Pois, para entender as desigualdades sociais presentes no país, revela-se fundamental entender a dívida que foi imposta pela França em troca do reconhecimento da independência, bem como a posterior hegemonia estadunidense que desencadeou a uma espiral de intervenções, golpes, de grupos armados financiados por agencias como pela CIA (Robinson, 2008). A constante narrativa de crise tem servido para justificar às sucessivas, mantendo ciclos de instabilidade econômicas, políticas e social e na saúde como apontou Paul Farmer (1995).

3.1 América-Latina como esfera de influência da hegemonia estadunidense

Em razão da configuração da economia internacional atrelada ao modo de produção capitalista, América-Latina sempre foi uma esfera de influência das potências euro-ocidentais. Depois dos processos da independência, não houve mudanças significativas na matriz produtiva da região, que continuou baseada em condições agroexportadoras. No início do século XX, essa posição de periferia foi intensificada com a projeção do imperialismo estadunidense sobre o continente.

O início da hegemonia dos Estados Unidos na região deu origem a uma série de mudanças no sistema internacional, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial. A Europa foi devastada pelas guerras: suas economias, sua infraestrutura, as cidades consideradas como centro econômico desses países. Nesse contexto, os Estados Unidos emergiram como principal potência do Ocidente (Baran; Sweezy, 1966). Isso levou aos países como Japão, Alemanha e Inglaterra, enfraquecidos no pós-guerra, passaram a abrigar bases do exército americano conseguiu se estacionar nesses países.

O sistema financeiro foi controlado pelo ocidente em especial, os Estados Unidos. O Banco Mundial, por exemplo, sempre tem sido um estadunidense e um europeu sendo chefe do FMI. Os Estados Unidos têm uma influência decisiva na nomeação de executivos do Banco Mundial. Aparentemente, o Banco Mundial parece ter características de uma entidade que defende os interesses hegemônicos dos Estados Unidos. Sendo assim, detêm o poder de veto em quase todas as decisões com quase 17% dos votos no FMI e 16% no controle dos votos do Banco Mundial (Perkins, 2005).

Tendo esses mecanismos, os Estados Unidos impulsionaram a realização da Conferência de Bretton Woods, na qual o dólar foi reconhecido como padrão de câmbio internacional. Com a criação dessas novas instituições – banco mundial, fundo monetário internacional – os Estados Unidos passaram a influenciar o sistema econômico internacional.

Detendo uma das maiores reservas em ouro e essas reservas foram a livre conversibilidade do dólar, que segundo Nilson (2009), são condições essas que incentivaram o dólar a ser o dinheiro aceito no mundo. Tais condições estruturais permitiram aos Estados Unidos reafirmarem sua supremacia enquanto como global.

Como argumenta Eric Toussaint (2004), um dos objetivos dos Estados Unidos foi garantir a estabilidade do sistema financeiro internacional para evitar a desvalorização das moedas, restringindo variações nas taxas de câmbio, e limitando cotas importações. Tal clima favoreceu a circulação do capital americano nos mercados externos por meio da importação de *commodities*. Mediante esses artificios, se materializam a propaganda do imperialismo norte-americano, evidenciando a hegemonia e a influência dos Estados Unidos.

São essas potencialidades pra promover maior acumulação de capital, desenvolvimento científico e tecnológico, produção e produtividade, capacidade militar convencional e não-convencional, competitividade ampla e diversificada em nível internacional, com menor vulnerabilidade a choques e pressões externas, que distinguem os grandes países periféricos dos demais países da periferia (Guimarães, 1999, p. 23).

O autor aponta características entre países médios da periferia e Estados menores da periferia que geram uma certa dependência. Há um patrulhamento constante por parte dos países do Norte Global. Conforme a isso, destaca-se grandes esforços para desenvolver pesquisas sobre os países periféricos o que permite impor suas próprias perspectivas do mundo. ou seja, mesmo após a independência dos países periféricos há um controle que relembra o período colonial. Cabe

ressaltar, neste sentido, que discute o cenário em que se encontra o Haiti, é preciso compreender as formas estruturais hegemônicas dos polos de poder do sistema global que é resultado de um processo histórico construído desde a concepção ocidental. Em razão disso, reflete os interesses do Ocidente. Em base disso, os Estados não gozam dos mesmos direitos e da mesma capacidade em termo de geração de riqueza. Isso se refere ao processo das estruturas hegemônicas. Na perspectiva de Pinheiro:

O conceito de estruturas hegemônicas é preferível ao Estado hegemônico se pode entender aquele Estado que, em função de sua extraordinária superioridade de poder econômico, político e militar em relação aos demais Estados, está em condições de organizar o sistema internacional, em seus diversos aspectos, de tal forma que seus interesses, de toda ordem, sejam assegurados e mantidos, se necessário pela força, sem Potência ou coalização de Potências que possa impedi-lo de agir. (Guimarães, 1999, p. 25)

Tal situação reflete a construção da hegemonia estadunidense ao longo do século XIX pela expansão de seu poder global. Essa expansão possibilitou a invasão e ocupação de vários países da região como no caso da Guatemala, Nicaragua, República dominicana etc. Enquanto prevalece a intervenção direta, nota-se que no caso da América do Sul observa-se uma estratégia voltada para a cooperação econômica e política, que gere relações de dependência - é o que nota Antonio Tota no livro *Imperialismo sedutor* (2000), ao analisar as políticas de boa vizinhança no governo de Franklin Delano Roosevelt. O autor destaca ausência de intervenções militares, no entanto, nota intercâmbio cultural e influência através de filmes e música, além da promoção de acordos comerciais e investimentos.

Os Estados Unidos tendem a invadir aqueles países que se encontram no seu espaço imediato. A violação da soberania de outros Estados é uma das manifestações da estratégia que visa a sufocar qualquer processo que ameace as estruturas dominantes. Ao longo dos dois últimos séculos há claros exemplos que explicam como a contestação das estruturas hegemônicas pode gerar reações hostis. Por exemplo, após a derrota do exército de Napoleão no Haiti pelas forças revolucionárias em 1801 para pôr fim à escravidão, a França exigiu 150 milhões de francos de ouro avaliado em mais 28 bilhões de dólares hoje (Le Nouvelliste, 2021) como indenização para o reconhecimento da independência em 1825. Tais experiências se reproduzem ao longo do século passado outros países que tentaram desafiar os donos do poder global sendo Cuba, Vietnã, Líbia, Iraque, Coreia do Norte e ultimamente Venezuela (Neto, 2007).

Em base disso, podemos afirmar que, além da tecnologia, da economia, a concentração de poder se relaciona ao mecanismo de violência, quarentena (como no caso da França indenização aplicada ao Haiti), exploração, bem como a própria perspectiva de como os interesses políticos, econômicos e militares são desenhados no sistema internacional. Nesse sentido, a concentração do poder se torna central para aprofundar as relações antagônicas entre norte e periferia (Prebisch, 1981).

Existe também um aspecto tecnológico que envolve transformações, invenções e as inovações. São estruturas/recurso científicos e tecnológicos que os países do Norte detêm, o que lhes dão capacidade para manter a ordem dominante (Guimarães, 1999). Ao dispor de infraestrutura avançada, como meios de comunicação, transporte e segurança, essas nações se tornam mais capazes de lidar com os desafios sociais e conseguem lidar melhor com os problemas do sistema internacional. Ou seja, a economia contribui para as relações de equilíbrio no sistema internacional. Isso favorece a influência política nos países periféricos pelo fato de que proclamam suas ideias criando tanto instituições e suas respectivas regras e normas.

3.1.1 A hegemonia dos Estados Unidos na América-Latina e no Caribe

O conceito de hegemonia é abordado por vários teóricos e desempenha um papel central na análise das relações de poder dentro das relações internacionais na teoria do sistema mundo quanto nos estudos culturais. Para Giovanni Arrighi (1996), a noção de hegemonia aqui adotada, refere-se especificamente a capacidade de um Estado de exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas" (Arrighi, 1986, p.28). Em outras palavras é o poder associado à dominação, ampliado pelo exercício de liderança. Já para Raymon William (1980), que desenvolve o conceito de hegemonia a partir da tradição gramsciana, se trata de uma relação de dominação cultural.

Há uma hierarquia entre os Estados e em razão disso todos os Estados não recebem a mesma atenção, isto significa que há um diferencial no exercício do poder, o que implica a existência de Estados que não gozam do mesmo grau de soberania que outros. Segundo Jaime Osorio (2017), tais países podem ser classificados como Estados sub-soberanos.

De acordo com Pinheiro Guimarães (1999), o Haiti, por ser um país marcado por grande fluxo de refugiados políticos e de imigrantes econômicos, desperta uma preocupação específica

por parte dos Estados Unidos; o que é similar para os países da América central. Na visão do autor, trata-se de um mecanismo geopolítico cujo objetivo é manter e salvaguardar a doutrina de Monroe, criando justificativas para prováveis intervenções.

A relevância do Haiti para os Estados Unidos seria para contar com seu apoio nos organismos internacionais. Em razão disso, os mecanismos institucionais como Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), funcionam como instrumentos utilizados pelos Estados Unidos para garantir votos em questões críticas na ONU. Segundo o autor do livro *Confissões de um assassino econômico* (2008), agências como a CIA exercem pressão sobre seus dirigentes, inclusive mediante medidas extremas, como assassinato. Um exemplo emblemático foi o que ocorreu em 2017 quando o Haiti votou contra a legitimidade do governo de Nicolas Maduro na Venezuela (Le Nouvelliste, 2019).

Cabe destacar que Haiti e Venezuela mantem vínculos diplomáticos logo após o período da independência do Haiti, quando Bolívar buscava libertar América do Sul dos colonialistas espanhóis. Como já foi destacado, o Haiti recém-independente, forneceu apoio a Bolívar, com armas, voluntários com a condição de que libertasse os territórios escravizados (Dalencourt, 1932).

Dado a essa relação de amizade, Venezuela reforçou sua cooperação com o Haiti mediante o programa Petrocaribe, no qual Haiti recebeu bilhões de dólares foram dados em forma de empréstimos referenciais para compra de petróleo. Tal relação demonstrou seu fruto em 2017 durante o encontro da Organização dos Estados Americanos (OEA) no qual Haiti rechaçou o apelo do secretário-geral da organização, Luis Almagro, para suspender a República bolivariana da organização geral e às eleições antecipadas no país. Esse sinal foi visto como um vínculo diplomático e histórico ao governo de Nicolás Maduro.

No entanto, dois (2) anos depois, o Haiti estava entre os dezenove (19) países a votarem contra o reconhecimento de Nicolas Maduro eleito presidente da Venezuela para um novo mandato presidencial. Lembrando que a reeleição de Maduro foi reconhecida pelo Haiti, porém foi contestada pela oposição Venezuelana; o que desencadeou múltiplas sanções internacionais contra o país, além da crescente influência dos Estados Unidos para a mudança de regime (Berdú, 2019). O voto contra o país ocorreu após uma reunião extraordinária do Conselho permanente da OEA discutindo a situação da Venezuela do segundo mandato presidencial. Na época, foi votada uma resolução que desconhece o mandato presidencial de Maduro (Magalhães, 2020).

A questão militar constitui um dos eixos da influência estadunidense na região. Tem por interesse de exercer a influência e preservar a região como espaço estratégico. Para isso, é inevitável a influência nas forças de ordem principalmente nas forças armadas. Com base na narrativa da defesa da democracia liberal e o combate ao comunismo, a escola militar americana foi instalada com o objetivo de cooperar e apoiar regimes ditatoriais. Foram desenvolvidas técnicas de contra insurgência. Foi uma escola de treinamento do exército dos Estados Unidos.

3.1.1.1 A importância geopolítica/econômica do Haiti para os Estados Unidos

Quando se fala dos interesses dos Estados Unidos no Haiti, há quem argumente que o Haiti não possui interesse estratégico para os Estados Unidos. Em razão disso, se justificaria, segundo essa perspectiva, o tratamento diferenciado devido em comparação a outros países da região. Essa dinâmica demanda um entendimento maior que pode se relacionar às estruturas de poder. Tais relações questionam as esferas internacionais, tendo influência sobre as decisões diplomáticas até as intervenções.

Porém, os acontecimentos demonstram que o Departamento de Estado observa o Haiti. um exemplo claro dessa atenção é a inclusão do país nas leis de HOPE e HELP. Tais leis, aprovadas pelo congresso dos Estados Unidos, visam incentivar o comércio e os investimentos no setor têxtil haitiano, permitindo que produtos confeccionados no país circulem no mercado estadunidense com isenção de tarifas e, em alguns casos, com tratamento preferencial (haiti.org, 2010)

De acordo com dados apresentados pelo *Centre de Facilitation des Investissements* (FI) e pela *Association des Industries d'Haiti* (ADIH), enquanto os países não elegíveis pagam uma taxa de 50-60%, o Haiti paga 7,7%. No entanto, dois elementos chamam atenção, de um lado, é a isenção fiscal até 15 anos por parte das empresas norte-americanas e de outro lado é o salário-mínimo que é de 5 dólares, considerado como mais baixo na região. A adoção da lei HELP, sancionada em maio de 2010, foi apresentada pelo Congresso dos Estados Unidos como catalisador essencial para ampliar o acesso preferencial do Haiti ao mercado têxtil estadunidense, com o objetivo mais empresas ao país.

Esse contexto remete à lógica da abertura da economia, em que a liberalização comercial e a atração de investimentos estrangeiros são promovidas com o argumento do desenvolvimento, porém implicam relações assimétricas e precarização do trabalho sendo um país periférico.

A respeito da Lei HOPE (*Haitian Hemisphere Opportunity through Partnership Encouragement*), trata-se de uma lei que entrou em vigor sendo uma resposta à desaceleração da economia haitiana em 2005. Essa lei remove os direitos alfandegários sobre as exportações de roupas fabricadas no Haiti com destino aos Estados Unidos. A iniciativa atende os interesses das empresas norte-americanas que passaram a se beneficiar de baixos custos de produção no Haiti.

Tanto a HOPE quanto sua extensão, a HELP, foram ambas aprovadas pelo Congresso estadunidense com objetivo de oferecer um tratamento preferencial às importações de alguns produtos sendo roupas, produtos têxteis. A lei HOPE, por exemplo é muito mais específico já que autoriza o acesso ao mercado norte-americano em torno de 1.500 (mil quinhentos) produtos. O número chega total aproximadamente 5.000 (cinco mil) produtos, todos com isenção de tarifas de importação. Além disso, o mercado haitiano fica abertamente livre para as exportações estadunidenses seja mediante os investimentos, ou pelas indústrias de manufatura.

3.1.1.1.1 As relações Norte/Sul e as teorias da dependência

O fenômeno do livre-comércio não é novo. Durante a Revolução Industrial, teóricos que defendem o livre-comércio começaram a formular a ideia da divisão social do trabalho internacional, segundo a qual diferentes países se especializariam em distintos setores de produção. Nesse modelo, a Inglaterra estava empenhada na produção de tecnologia, enquanto os demais países forneciam matérias primas.

Na visão dos defensores do livre-comércio, como David Ricardo, essa divisão seria beneficiária para todos os envolvidos, pois cada produziria em que possui vantagem comparativa. No entanto, na história da economia, essa lógica nem sempre foi equitativa. Por exemplo, a Inglaterra, na ideia de proteger sua indústria, proibiu a Irlanda que produzisse o têxtil, consolidando sua posição dominante (Chang, 2004).

Após a independências dos países da América Latina, essa mesma lógica foi produzida. Enquanto a periferia fornece matérias-primas, os centros industriais forneciam tecnologia. Essa dinâmica nas relações econômicas internacionais é, na visão de André Gunder Frank (1968), uma dependência do desenvolvimento; o que significa de certo modo que o desenvolvimento Norte é sustentado pelo subdesenvolvimento periférico. Para esse autor o subdesenvolvimento é próprio do capitalismo e isso se operacionaliza através do capitalismo ligado a divisão internacional do

trabalho como já mencionamos nas linhas anteriores. Então, esse diálogo pode nos permitir entender a importância da América Latina em relação ao mundo ocidental.

Críticas também foram feitas pela Teoria da Dependência. Os teóricos desse arcabouço teórico questionam o desenvolvimento como eixo principal da Comissão Econômica para América-Latina e o Caribe (cepal), repensando e explicando o subdesenvolvimento. Dessa forma, a teoria clássica foi submetida a uma nova leitura. A teoria da vantagem comparativa de Ricardo era uma leitura dominante do pensamento econômico, eles fazem uma ruptura paradigmática. É por isso Marini aponta a troca desigual que existe nas relações Norte/Sul.

Na obra *Dialética da Dependência*, publicado em 1973, Ruy Marini explica o processo comercial do século XVI pelo capitalismo nascente. Para o autor, a América Latina se desenvolve em estreita relação de dependência com o capital internacional. Nesse contexto, torna-se produtora de metais preciosos, o que contribui para o fluxo das mercadorias e o desenvolvimento do capital e bancário europeu (Marini, 1973).

Essa dinâmica inicial, segundo Marini, prepara o caminho da Revolução Industrial na Europa com a América-Latina assumido o papel de fornecedora de insumos e matérias-primas, reforçando seu lugar na divisão internacional do trabalho. com isso, os países latino-americanos passam a se mover economicamente em torno das potências europeias, principalmente, a Inglaterra. Para explicar essa dependência, Marini argumenta que: "*Es a partir de este momento que las relaciones de América Latina con los países centros capitalistas europeos se insertan en una estructura definida: la división internacional del trabajo que determinará el curso del desarrollo ulterior de la región*" (Marini, 1991, p. 7).

Em outras palavras, a forma de entender a relação entre Centro e Periferia nos exige entender os processos de colonização e como isso facilita na formação socio-econômica da América-Latina. Para o acadêmico, América Latina contribui na formação de um mercado de matérias-primas cuja importância cresce de maneira proporcional ao desenvolvimento industrial (Marini, 1973); quer dizer, ao mesmo tempo que a importância das matérias-primas se intensifica, aumenta a demanda também por matérias-primas, reforçando a posição subordinada da periferia no sistema capitalista global.

Essa relação desigual, Marini acredita que devido à exploração internacional essa situação pode permanecer na reprodução de relações econômicas que tendem a não só perpetuar, mas também ampliar o atraso dessas nações (Marini, 1973). Em suas palavras, afirma:

No es por que se cometieron abusos contra las naciones no industriales que éstas se han vuelto economicamente débiles; es porque eran débiles que se abusó de ellas. No es tampoco porque produjeron más de lo debido que su posición comercial se deterioró, sino que el deterioro comercial fue lo que las forzó a producir en mayor escala. Negarse a ver las cosas de esta manera es mistificar la economía capitalista internacional, es hacer creer que esa economía podría ser diferente, de lo que realmente es. (Marini, 1973, p. 120).

Nessa análise, o estudioso busca explicar como essa relação se dá, mas sobretudo sua construção social e histórica. Como já salientamos, são trocas desiguais que se materializam nos países dependentes. Na ideia de compensar as perdas geradas devido às transferências de valores e de mais-valia, os capitalistas recorrem aos seguintes dispositivos:

1. Intensificação do trabalho
2. Prolongamento da jornada do trabalho
3. Expropriação da parte do trabalho.

Esses três mecanismos explicam como se operacionaliza a superexploração do trabalho na América Latina a maior grau do que nos países centrais. Pois, na medida em que exista relação de comércio entre Sul-Norte existirá ainda uma relação de dominação, a qual é desigual. Então, à luz da Teoria da Dependência, podemos ver que o desenvolvimentismo é um horizonte utópico ao desenvolvimento nos países periféricos como no caso do Haiti.

No sistema internacional, o capital torna-se o meio de produção monopolizado em grande parte pelos países industrializados. Em uma perspectiva crítica, Hunt (2005), como apresentado na História do Pensamento Econômico, tenta explicar como esse sistema se estrutura para logo defini-lo. Na visão do autor, o sistema capitalista se sustenta por meio de um conjunto de forças produtivas, que têm determinados custos necessários para a manutenção desse sistema.

Além disso, o sistema requer recursos como das matérias-primas, que devem ser permanentemente exploradas na natureza. Também são indispensáveis as máquinas, ferramentas e outros implementos de produção, que são geralmente aqueles que se desgastam com o uso, portanto, terão que ser substituídos com o tempo. Nesse contexto, os obreiros, na perspectiva

marxista, precisam de uma quantidade mínima de alimentos, roupas, moradia e outros bens necessários para se manter (Althusser, 1985). Com a evolução histórica de cada sociedade, configura-se, de modo geral, uma dicotomia de duas classes antagônicas; de um lado uma maioria que vai trabalhar para produzir e sustentar o sistema (modo de produção), de outro, o excedente produzido vai ser apropriado por um pequeno grupo, o qual tem o controle de tudo.

Esse modelo será criticado por vários socialistas como no caso dos denominados socialistas utópicos. Mas, antes de chegar a essa crítica, é necessário definir o que é capitalismo na perspectiva de Hunt (1989). Para o autor, o capitalismo é um modo de produção bem particular que se caracteriza pela produção de mercadoria orientada para o mercado. Dentro dessa concepção, o autor aponta quem tem os meios de produção e aquelas pessoas que devem vender sua força sem a qual não podem viver sem vender essa força no mercado. Nessa mesma linha, Marx (2015) impõe um comportamento individualista e aquisitivo à maioria, promovendo uma relação social baseada na mercantilização de tudo, inclusive do trabalho humano. Esse cenário foi criticado pelos socialistas utópicos, denunciando o caráter alienante do sistema capitalista e defendem formas alternativas de organização social, mais igualitárias.

Nesse quesito, a operacionalização do conceito de poder dentro do sistema internacional se centra na economia. São os mecanismos empregados em busca pela geração de lucro constante. O que constitui a materialidade do poder com fundamento nas bases materiais. Os exércitos servem os interesses dos Estados em busca de riqueza. Por isso, o capitalismo na sua fase superior, como afirma Lênin (2011), é o imperialismo caracterizado pelo uso do poder econômico, da força militar e da imposição da cultura como forma de dominação global. Em decorrência disso, configura-se uma divisão internacional entre centro e uma periferia. O centro que possui o monopólio da produção de conhecimento denominado a geopolítica de conhecimento (Mignolo, 2004), busca explorar os recursos naturais da periferia, criando narrativas sobre o outro.

Sendo assim, os países do centro buscam gerar mais lucro tentando explorar a periferia para ter acesso às matérias-primas como já foi mencionado. O poder, portanto, se manifesta na divisão do mundo entre os países que concentram o monopólio das riquezas e do mercado global. Como efeito, se perpetua a desigualdade entre os países periféricos e aqueles que possuem o

monopólio do sistema internacional, o que possibilita ampliar seu poder militar nas áreas da tecnologia e de produção de mais armamentos sofisticados.

O fundamento do sistema internacional contemporâneo e seu curso se relaciona às estruturas hegemônicas. Dessas decorrem vários eventos tanto nas sociedades como entre os Estados. Obviamente, ao falarmos dessas estruturas se encontram as grandes potências como no caso dos Estados Unidos com seu poder econômico, político e militar. Por isso, é importante compreender a influência política estadunidense no Haiti.

3.1.1.1.2 Haiti e as indenizações no século XIX

A divisão internacional do trabalho condicionou os países recém libertos a ocuparem papéis predominantemente agro-exportadores. Isto é, a reterritorialização das ex-colônias, que anteriormente haviam sido os principais mercados de escravizados. Após os processos de independência, esses países se conglomeraram em torno do sistema internacional no qual são instalados outros mecanismos de pilhagem econômica dos países periféricos.

Essa dinâmica se relaciona à materialização do neocolonialismo, à medida que as potências ocidentais procuram manter suas zonas de influência. Dito isso, criam condições não só apenas de intervenção política e militar, mas também promovem a instalação de megaempresas oriundas desses países centrais. As ex-colônias se tornam, neste sentido, regiões periféricas dentro do sistema internacional estruturalmente desigual (Amim, 1976). Nesse cenário, se intensifica a exploração das matérias-primas para o consumo de bens industrializados. No caso haitiano, ficou evidente a presença de franceses, alemães, e posteriormente, estadunidenses, que participaram ativamente da pilhagem das riquezas na ilha caribenha. Segundo Franck Seguy (2014) o Haiti foi obrigado a pagar indenizações a cidadãos estrangeiros, mesmo quando esses violavam as leis locais, o que exemplifica as formas de coerção econômica.

No final do século XIX, a Alemanha passou por um processo de industrialização e, dessa forma, entrou na disputa pelos recursos naturais para abastecer sua crescente indústria. Os rivais imperialistas foram levados a uma corrida por matérias-primas; o que resultou em uma competição acirrada no cenário internacional devido com impactos significativos em regiões estratégicas como no Caribe principalmente no Haiti.

Em decorrência desse contexto, França, Alemanha e Estados Unidos desempenham muita influência na política do Haiti como destaca Suzy Castor (1987), apontando a continuidade de relações de dominação mesmo após a independência do Haiti.

Há mais de um século, ocorreu um conflito entre Alemanha e o Haiti. Tal episódio teve início em 21 de setembro em 1897, quando o empresário haitiano Emile Lüders ter se oposto de origem alemã foi preso (Menos, 1898). A detenção ocorreu após Lüders se opor a prisão de seu cocheiro Dorléus Présomé, acusado de roubo pela polícia haitiana. Por interferir na ação policial, Lüders foi condenado a um mês de prisão e uma multa de 48 *gourdes* (moeda haitiana).

Segundo relatos históricos, o governo alemão solicitou a liberação de Lüders, porém acabou sendo condenado a um ano de prisão e a pagar também quinhentos *gourdes* de multa (Menos, 1898; Perchellet, 2010). Cabe lembrar que ele mantinha contato com a chancelaria alemã, alegando que o ato foi uma violação de seu direito e, no entanto, a detenção foi ilegal e como consequência foi deteriorada sua condição de saúde. Informou nessas correspondências que a comunidade alemã no Haiti foi maltratada.

Essas denúncias tinham como objetivo mobilizar o governo alemão a tomar medidas como forma de garantir o respeito aos cidadãos. A partir desse momento, a situação atingiu outro patamar e em razão disso no dia 17 de outubro de 1897, Ulrich Von Schwerin, encarregado de negócio da chancelaria alemã, desrespeitando todo tipo de protocolo, se dirigiu no palácio para dar um ultimatum ao governo haitiano. Tal exigência pedia a libertação de Emile Lüders e caso contrário deveria pagar uma indenização 1000 dólares para cada um dos 23 dias de prisão e 5 000 dólares depois desse ultimatum, a destituição dos juízes que emitiram a condenação e a revogação dos policiais que executaram a ordem de prisão.

Diante de tantas ameaças, o governo haitiano libertou Lüders e foi enviado para os Estados Unidos. Tal atitude foi interpretada como expulsos e não como um mecanismo de proteção. O empresário foi para Alemanha afim de pleitear sua causa e exigir reparação. Alemanha reformulou suas exigências e reformulou seu ultimatum em que exige a) uma indenização de 20. 000 dólares, b) a volta de Lüders ao país com a garantia de ser protegido contra qualquer tipo de agressão, c) uma carta de desculpa pública ao Império alemão e d) a recepção do conde Schwerin por parte do presidente haitiano (Blancpain, 2001). Em uma projeção de força, a Alemanha enviou no dia 6 de dezembro de 1897 dois navios de guerra ao porto de Porto de Príncipe apresentando um ultimato

de quatro (4) horas ao governo do Haiti a respeito das exigências feitas pelo governo alemão. Sendo assim, o governo haitiano teve que pagar e dignificou a bandeira alemã com 21 tiros de canhão como foi exigido. As indenizações operam como mecanismos econômicos para saquear a economia haitiana. O caso de Lüders como é chamado no Haiti de *Affaire Lüders* faz parte de um conjunto de retratos históricos em que as potências ocidentais exercem pressão militar sobre o Haiti.

Em seu livro *Les détracteurs de la race noire et de la republique d'Haïti*, publicado em 1882, Louis Janvier relata um episódio ocorrido com o capitão alemão Batsch em 1872. Na ocasião, o governo haitiano foi forçado a pagar o valor de 15 000 dólares a dois comerciantes alemães por ter relatado ser vítima de danos no período das presidências de Geffrard (1859-1867) e de Salnave (1867-1869).

O governo de Sylvain Salnave enfrentou um cenário de grande instabilidade política, marcado por uma guerra civil que culminou com sua deposição e assassinato em 1869. Segundo Dorismond (2010), os distúrbios que houve no país, diversas potências apresentaram de pedidos de indenização por danos aos cidadãos estrangeiros residentes no Haiti. como resultado, o governo haitiano foi obrigado a pagar 251.275 francos destinados a residentes franceses, 217.775 a ingleses e 89.260 dólares a estadunidenses (Dorismond, 2010). Foi relatado pelos residentes que sofreram danos durante a revolta no governo de Sylvain Salnave.

Por ter sido a primeira república negra onde os escravizados negros baniram a colonização para construir um projeto societal, isso torna o Haiti a terra da liberdade. Nesse contexto, o cidadão estadunidense John Pelletier foi condenado a 5 anos de trabalhos forçados no Haiti, acusado de vender pessoas escravizadas para Cuba em 186- uma prática contrária aos princípios da jovem república. Considerando a história dos Estados Unidos à escravização e de sua projeção imperialista no século XIX, o governo estadunidense exigiu, em 1879 que o Haiti indenizasse no valor de 2.466.80 dólares a favor de Pelletier (Dorismond, 2010).

Outro retrato histórico em relação a indenização foi em 1883 quando ocorreu uma pilhagem em Porto Príncipe. O então ministro de relações exteriores Jules Ferry ameaça o Haiti com invasão militar e exige 3. 000. 000 de francos como forma de reparação. Da mesma forma, Haiti teve que pagar 6.000 *piastres* após a detenção de Mevs, um contrabandista estadunidense e logo depois a viúva de um britânico cujo nome é Maunder no valor de 160.000 dólares.

As exações das potências contra o Haiti não se encerraram imediatamente; ao contrário, a lista continua a crescer com as indenizações. No dia 22 de julho de 1911, ocorreu o caso de Emile e Hermann Peters chamado *Affaire Peters* no Haiti (Perchellet, 2010). Eles incendiaram fogo na sua própria serraria a vapor, na cidade de Thomazeau, localizada a alguns quilômetros da capital, Porto Príncipe. Em seguida, inventaram a história do enfrentamento entre as tropas do Estado e os rebeldes da região, o que nunca de fato ocorreu. Inicialmente, o valor exigido foi estimado 30.000 e 50.000 dólares. Devido aos fatos alegados, o governo haitiano acabou cedendo à pressão externa e pagou 125.000 dólares aos dois. Diante desse breve retrato histórico, o Haiti virou palco das potências Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos.

3.1.1.1.1.2 Invasão estadunidense: Hegemonia e imperialismo

Os elementos apontados acima indicam de que forma as potências ocidentais buscavam sufocar economias nacionais por meio de pressões e imposições. As análises feitas acima indicam como os Estados Unidos construíram o pretexto para sua invasão no Haiti em 1915.

Essa invasão do Haiti está ligada ao processo de configuração hegemônica dos Estados Unidos. Trata-se de um processo de expansão mediante o uso do poder bélico para alcançar seus fins imperialistas. Em razão disso, o final do século XIX é caracterizado por um conjunto de intervenções, invasões e de conquistas aos países da América Central e do Caribe.

A partir da perspectiva conceitual hobbesiana de "estado de natureza", acadêmicos da corrente realista nas Relações Internacionais interpretam esse fenômeno como resultado da ausência de um poder soberano capaz de garantir a paz e segurança para todos os Estados (Amaral, 2007).

Para essa corrente teórica, a invasão de um Estado a outro ocorre devido aos jogos de poder; o que resulta que o Estado com maiores meios econômicos e militares tendem a subordinar os demais. Nesse sentido, o mais forte seria, de acordo com a pesquisadora Ariane Figueira (2011), aqueles que se quantificam conforme suas fontes, sua posição geográfica e população.

Vale ressaltar, como sinala a autora, as fontes tangíveis de poder como desenvolvimento industrial, tecnológico, científico e educacional; são características para designar um país desenvolvido e poderoso. Nessa perspectiva, a noção de poder é muito relevante e se operacionaliza com o objetivo de tirar vantagens nas relações internacionais. Isso estabelece um

diferencial enorme nas discussões entre os Estados: a diplomacia, e empregar a força quando for necessário e o poder econômico.

O país norte-americano acelerou sua fase de desenvolvimento capitalista em um patamar que lhe confere um lugar relevante no sistema internacional. Trata-se de um período em que a economia do país se fortaleceu devido à expansão de sua indústria. É um momento em que exerce uma enorme influência nos países da região, em especial no Caribe. O que permite, de um lado a circulação de seu capital como no caso das transnacionais, e de outro lado, a exportação de seus produtos. Para a historiadora Suzy Castor (1987), o momento da expansão estadunidense condiz ao período denominado *BIG Stick* materializado sobretudo no Caribe. Essa política expansionista leva ao desembarque das tropas estadunidenses no Haiti em 1915, processo que durou até 1934. O caso haitiano não é o único da América-Latina. Dado à configuração de sua geografia com terras tropicais, ricas e férteis, sua proximidade geográfica e em razão de sua localização a respeito do canal de Panamá se considera como espaço imediato dos Estados Unidos.

Em 1901, teve início a primeira invasão militar norte-americana na Nicarágua. Dois anos depois, em 1903, ocorreu a separação da Colômbia do Panamá, viabilizada por meio de uma intervenção militar dos Estados Unidos (Fiori, 2004). Esse processo deu origem a um novo Estado denominado República do Panamá junto ao canal inter-oceânico, abrindo novas rotas comerciais estratégicas para o comércio global.

Trata-se do início de um modelo imperialista baseado na expansão de influência e no uso da força para impor sua vontade, invadindo outros países. Além dos interesses econômicos, houve interesses de natureza geoestratégica no Haiti. Isso se deve à posição geográfica do Haiti que se localiza perto do canal do Panamá (Castor, 1987). Por exemplo, em 1891, o governo americano, através de cinco cruzeiros de guerra, exigiu ao governo haitiano do então a cessão do Môle Saint-Nicolas. Essa demanda foi rechaçada pelo então ministro de relações exteriores, Anténor Firmin, defensor das igualdades raciais (Firmin, 1905). Conforme sua posição geográfica, possui uma relevância estratégica por estar perto do Canal do Vento e de Cuba.

O historiador haitiano Leslie Manigat (1987) argumenta que o domínio estadunidense e sua forma progressiva consiste no aumento de número de funcionários americanos nas instituições no Haiti para evitar o nacionalismo popular visto como sentimento anti-estadunidense. Os mecanismos empregados para a disseminação da cultura a través de um conjunto de ferramentas

que ele domina de "pragmatismo anglo saxão" que engloba investimento, a proliferação das igrejas evangélicas, influência na política interna. Isso deu início a um novo horizonte cultural em que os americanos começam a se impor.

Por ser um país de língua francesa, Os Estados Unidos se desempenham numa política que dará lugar a uma elite mulata mediante a educação. Tal processo visa a reeducação da classe dominante (Manigat, 1987). Então, a presença estadunidense garante a influência mediante sua cultura. Foi relevante a introdução também das igrejas evangélicas para o prestígio "moral" para poder impor e orientar nesse sentido os gostos e como satisfazê-los. Instala-se a partir desse momento a dominação dos Estados Unidos no âmbito cultural, político e econômico.

Nesse contexto, as igrejas evangélicas começaram a surgir em ritmo progressivo. Segundo Jean Fils-Aimé (2018), pesquisador haitiano do Vodou as estatísticas mostram como os Estados Unidos construíram sua influência: em 1920 por cada 200 habitantes havia 1 %, em 1930 por cada 200 habitantes, houve 7%, em 1955 por cada 200 habitantes 12%, em 1970 foi de 15%, 1978 de 25% e no ano 2000 chegou a 45%. As escolas protestantes financiadas pelos Estados Unidos e as escolas americanas denominadas internacionais contribuem nessa influência (Fils-Aimé, 2018).

A ocupação estadunidense, no seu caráter racista, imperialista mostra sua pretensão civilizadora com a missão de levar o desenvolvimento, a moral para um povo descrito como bárbaro devido a sua religião afro-caribenha, o Vodou. Essa invasão se dá no objetivo de levar o evangelho caracterizado pelo fetichismo do progresso que na verdade é a imposição da cultura americana. É preciso destacar que aquele período coincide com o período no qual Estados Unidos viviam o apartheid onde ocorreram vários massacres contra a população negra nos Estados Unidos. Um desses casos foi o massacre de Tulsa de 1921 onde a supremacia branca (The Black Wall St Times 2021) queimou populações negras e suas empresas. Durante esse mesmo período, por exemplo, ocorreu o massacre de Caracol (cidade no Haiti) onde foram massacradas 5 mil pessoas pelos marinheiros estadunidenses. Porém, para apagar essas memórias construíram anos depois um parque industrial no local.

A tarefa como povo desenvolvido se realiza mediante da violência e da invasão militar. O subsecretário dos Estados Unidos defendeu que: "A grande tarefa da ocupação é melhorar as condições de anarquia, selvageria e opressão para promover o estabelecimento da paz na

república" (Castor, 1987, p. 58, Tradução minha). O cunho racista de uma tal declaração é associar a cor negra a violência e a selvageria.

Enquanto isso, como povo cristão, os Estados Unidos demonstram preocupação em mover a proliferação das igrejas evangélicas, causando campanha de perseguição. A religião, nesse contexto, desempenha um papel relevante. Em razão disso, criar uma identidade e promover uma nova classe social foi de suma importância. A religião se utiliza como aparato ideológico para disseminar sua cultura e impor, ao mesmo tempo, uma estrutura de caráter imperialista.

Atingir essa meta implica a padronização de regras e a hierarquização das culturas por meio do que é bom e ruim. Nesse contexto, o Vodou, enquanto religião de matriz africana, é associado ao que é ruim, negativo embora houvesse resistência popular contra esse projeto de deslegitimação cultural.

O Haiti tem sido uma ex-colônia francesa, passou a sofrer pressão de uma nova potência imperialista: Os Estados Unidos. Estes, por meio da introdução de sua cultura imperialista, busca substituir a França como potência imperialista no Haiti. A invasão dos Estados Unidos ao Haiti desenvolve-se uma relação de dominação na medida que eles passaram a ditar regras sobre economia e a política. Naquele período, deu início a uma instauração da intolerância racial, classista e identidade com base na religião. Cabe frisar que durante a ocupação dos Estados Unidos, cresceu o eixo econômico, porém a partir dos mulatos que saíram fortalecidos como classe dominante no Haiti: monopolizam os cargos públicos, os espaços acadêmicos, serviços diplomáticos, o comércio exterior (Duvivier, 2015). **CONTINUAR ATÉ AQUI E PENSAR NA IDEIA DE HEGEMONIA DE GRAMSCI**

Os anos da invasão contribuíram para alimentarem o racismo no Haiti estabelecendo, de um lado, dentro das funções públicas ao ter direito de nomear cidadãos estadunidenses na administração pública. Isto indica que os Haitianos são desprovidos de capacidades. Ou seja, queda na exportação e envio de expertos estadunidenses no país para exercer cargos públicos. Isso traduz a materialização da supremacia branca estadunidense

3.2.1 *La corvée*: exploração e racismo

Quando as tropas estadunidenses invadirem o país afro-caribenho, o camponês passou por um processo violento em razão da transformação social. As relações sociais mudaram ao ponto de

ter a separação entre o camponês e sua terra. É a inauguração da expulsão dos camponeses de suas terras, condições que os vulnerabilizam (Hoffmann, 2016). Nesse contexto, o camponês haitiano deixou de ser protagonista no que diz respeito a sua terra. Ele passou a ocupar uma posição de subalternidade à medida que foi transformado em um assalariado, conforme aponta Karl Marx no conceito de acumulação primitiva, no qual o produtor é separado de seus meios de produção de forma violenta (Marx, 2013)

Com a ocupação estadunidense, as relações sociais tradicionais foram drasticamente desestruturadas, com a ruptura abrupta entre camponês e seus meios de produção como destacado antes. Esse processo inaugurou a usurpação da força sistemática de trabalho dos camponeses mediante a prática chamada *La Corvée*. Segundo Audebert (2011), em razão dessa exploração, muitos camponeses foram forçados emigrar para outro país, principalmente, para Cuba, onde passaram a trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar. As novas formas de trabalho geradas através desse contexto produziram um camponês desprovido de seus meios trazem enormes consequências. Para Castor, a prática da *Corvée* se equivaleu a escravização e foi observada somente no Haiti. Por isso, acreditamos que essa nova relação social tem uma forte componente racista. Para a historiadora Suzy Castor:

Agravação da situação, miséria camponesa, o campesinato enfrentava a nova situação de exploração e de repressão. Considerado como um conjunto de seres inferiores ou como uma manada de bestas de carga, o campesinato conheceu efetivamente os golpes do BIG STICK. (Castor, 1987, p. 113)

Todo esse processo de preconceito, apropriação da força de trabalho tem sua origem no capitalismo moderno. A desapropriação, como aponta Marx (1988), é um mecanismo violento, pois ocorre com o respaldo do Estado em qualquer embasamento jurídico capaz de impedir esses atos. No caso haitiano se trata da atuação de um poder imperialista que não possui apenas componentes de classe, mas também de raça. Não há como separar a economia da violência nesse contexto. A criação da *corvée* é, em si, uma manifestação da violência. Pode-se destacar que a população camponesa foi reduzida em escravizadas, por meio, desse regime, que se baseava no ódio do camponês negro haitiano.

A *corvée*, enquanto mecanismo de dominação, foi instrumentalizada para a construção de rodovias que ligavam nas principais cidades do Haiti. Apesar dos esforços dos militares, os

camponeses manifestaram sua resistência. Como consequência, as tropas fizeram o uso da extrema violência. Foram obrigados a trabalhar fora de sua residência e um período prolongado do que era previsto pela lei. A implementação da *corvée* se configurou, portanto, como uma relação de trabalho semelhante à escravização.

3.1.1.2 A resistência como forma de afirmação

A fome, as dívidas provocadas pela corveia, nutrem o desejo de se libertar geram um descontentamento acerca dos camponeses. Neste caso, sua resistência vai contribuir as distintas formas de desobediência dentro da sociedade contra a corveia que dura até 1919 (Castor, 1987). Cabe ressaltar que a resistência à ocupação começou desde o primeiro dia do desembarque das tropas invasoras em 1915. Os oficiais Pierre Sully, Eduard François et Joseph Pierre Sully se destacaram por meio de uma resistência férrea aos invasores norte-americanos. Diante do tamanho poder do exército agressor, os mencionados oficiais não conseguiram avançar.

Destacam-se diversas formas de resistência contra a invasão norte-americana. Em primeiro lugar, trata-se de um movimento armado vindo das massas populares especialmente do meio camponês denominado Caco. Tal movimento composto pelos camponeses da região do Norte, tomaram o controle das montanhas de difícil acesso. Em razão disso, foram chamados de Tacos fazendo referência ao pássaro *Tacco* devido as suas habilidades de se esconder nas folhas das arvores para acatar seus inimigos, nome que se torna depois em Caco.

Os camponeses conhecidos como Cacos constituíram um exército revolucionário e se engajaram na luta contra o imperialismo norte-americano no solo haitiano no período da invasão. Foram catalogados de bandidos pelos estadunidenses, no entanto para os historiadores haitianos como Manigat (1987), os reconhecem como o principal núcleo de resistência frente à invasão norte-americana. Vale destacar que houve, nesse caso, duas formas de resistência: de um lado, a resistência armada liderada pelos cacos, protagonizados pelo ex-soldado Charlemagne Péralte; de outro, a resistência intelectual e jornalística.

A primeira manifestação dessa resistência intelectual ocorreu com a fundação do jornal *La Patrie* no dia 13 de agosto por Georges Sylvain, Fleury Féquière et Marcelin Jocelyn. Em seguida, foi criado o jornal *Haiti Intégral* por Elie Guérin e Félix Viard, no dia 18 de agosto. Pouco tempo

depois, surgiu o jornal *La ligue* liderado por Chrysostome Rosemond, Furcy Châtelain e Constantin Dumervé.

O sentimento nacionalista cresceu como consequência da invasão estadunidense. Contudo, os ocupantes passaram a ver o movimento revolucionário camponês como uma ameaça à manutenção das relações de poder estabelecidas. Conseqüentemente, diversas medidas repressivas foram adotadas como forma de conter a insurreição (Duvivier, 2015).

Uma dessas medidas foi a campanha de difamação contra os cacos, que passaram a ser etiquetados como bandidos e fora da lei. Essa rotulação teve por interesse de deslegitimar o movimento e torná-lo inimigo da população, o que, por sua vez, serviu para justificar a perseguição e execução sumária. Como parte da repressão, os estadunidenses impuseram a lei marcial em todo o país para perseguir e instalaram tribunais militares nas principais cidades onde atuava o exército revolucionário, como Léogane, Saint-Marc, Gonaives, Port-de-Paix (Hoffman, 2016). Ainda assim, os insurgentes dotados de técnicas de guerrilha, conseguiram se organizar e multiplicaram seus ataques, como caso do quartel localizado na cidade de Grand-Rivière du Nord.

Desconhecendo as táticas de batalha utilizadas pelos cacos, as tropas estadunidenses foram obrigadas a adaptar e melhorar suas práticas de batalha. Em um dos episódios, cercaram os insurgentes em uma fortaleza colonial chamada Fort-Rivière, onde mais de 50 líderes foram assassinados. Porém, muitos insurgentes conseguiram se refugiar nas montanhas, mas o exército invasor sendo maior em termo quantitativo e de equipamento, apostaram em conter o avanço dos cacos nas grandes cidades. Nessa circunstância, Ismael Codio, um dos chefes militares dos Cacos, foi assassinado pelas forças estadunidenses no Sul do país. No entanto, tal brutalidade da repressão não deteve as forças revolucionárias. Em 1916, os cacos atacaram a capital, Porto Príncipe, onde incendiaram o escritório do batalhão das forças militares estadunidenses, demonstrando que a revolta estava viva.

3.1.1.3 A resistência haitiana: dos Cacos de Charlemagne Péralte aos movimentos intelectuais

O chefe militar revolucionário Charlemagne Péralte é uma das figuras mais emblemáticas do movimento pela desocupação do território haitiano (Alexis, 2021). Tornou-se muito popular entre as massas camponesas, principais vítimas da invasão. e por isso os processos de

recrutamentos se iniciam neste mesmo meio. Essa aceitação consolidou um nacionalismo e um patriotismo, enraizado em uma consciência coletiva que associava a defesa do território à dignidade do povo haitiano.

As estratégias de luta utilizadas pelos cacos lembram os mecanismos empregados pelos quilombolas durante o período da colonização. Segundo Suzy Castor (1987), suas estratégias possuem as mesmas características as de Che Guevara com mobilidade constante, relação estreita com a massa, ataques surpresos, emboscadas e camuflagem. Compreendendo a superioridade das forças inimigas em termo de equipamento bélico, as forças revolucionárias não buscam enfrentamento direto. Os cacos buscavam desgastar as tropas inimigas, o que desafiou os invasores cuja instrução acadêmico-militar não condiz à essa nova realidade baseada na guerra de guerrilha. Os cacos sabiam como se movimentar nas montanhas e atacar no momento oportuno.

Dada a sua natureza popular, esta guerra utilizou, entre outras coisas, certos métodos próprios, de autêntica origem haitiana, devido ao gênio dos combatentes, às circunstâncias e à prática do *marronage* que reapareceu em todas as áreas vizinhas do próprio teatro de guerra (Castor, 1987, p. 148, tradução minha)

As táticas eram diversas sendo incêndio das casernas, destruição de instalações telefônicas. Porém, os invasores tentaram todos os meios para reprimir. Sendo assim, utilizaram mecanismos como oferta econômica para atrair o líder Charlemagne Péralte, porém tal dispositivo não teve resultado. Mediante uma infiltração, o líder dos Cacos foi assinado. Isso não parou a luta porque surgiu Benoit Batrville, ex tenente de Péralte. Este último também foi assassinado pelas forças invasoras. Tal quadro indica as forças do império estavam empregando todos seus meios e técnicas para por fim à insurreição. Para isso, os fuzis Krag Jorgensen sendo os mais avançados da época foram utilizados, metralhadoras, bombas feitas de materiais incendiários. Como mecanismo de minar os esforços dos camponeses que lutam contra a invasão do Haiti, no dia 4 de janeiro de 1919, foi imposto um acordo ao Haiti para o envio forças aéreas no país. Nessa esteira, aviões de combate foram usados pelo imperialismo estadunidense sendo a primeira vez na história o uso de tal tática como forma de reconhecimento de bombardeamento. O torna o Haiti um laboratório das forças estadunidenses

Porém, as ações sangrentas sustentadas não puderam conter o nacionalismo haitiano. Em razão disso, diversos esforços vindos da elite intelectual. Como resposta à invasão, surgiu uma onda de críticas por parte da mídia em protesta contra a violação da soberania. São grupos sociais

que fazem parte da pequena burguesia liberal. Impulsionados pelo sentimento nacionalista, seus escritos estão pautados na crítica da invasão sendo George Sylvain, Elie Guérin, Joseph Jolibois, Georges Petit e Edgar Edouard Pouget. Outros estudiosos como Dantès Bellegarde, Sténio Vincent, Symour Pradel são de outra corrente ideológica.

No início dos anos 1920, em razão da influência da revolução russa de outubro de 1917, vários jovens se nutriram das ideias socialistas, marxistas e nacionalistas de acordo com a historiadora Suzy Castor (1987). Os pensadores que compõem essas correntes são Jacques Roumain, Anthony Lespès, Emile Roumer, Phillippe Thoby-Marcelin.

A imprensa escrita foi um dispositivo relevante na mobilização para uma consciência nacional. Além dos jornais fundados desde a invasão estadunidense, foram criados *La Nouvelle Ronde*, *La Trouée*, *La Revue Indigène*, *Le Petit Impartial*, *Le Courrier Haitien* em Porto Príncipe e *Stella* em Cap-Haitien, a segunda maior cidade do país. O propósito desse grupo de jornais era informar a grande massa sobre as atrocidades do imperialismo estadunidense no período da invasão do Haiti, mas também manifestar seu repúdio aos massacres e as violações constantes dos Direitos Humanos. Porém como ressaltam acadêmicos haitianos que pesquisaram sobre o tema (Dantès Bellegarde, 1983; Suzy Castor, 1987), houve dois elementos que contribuíram no impedimento dessa campanha. De um lado, houve o alto índice de analfabetismo no país sendo uma barreira para atingir a maioria da população, de outro lado, a perseguição contra aqueles que publicam nos jornais, o constitui um limite no avanço em razão das multas impostas a esses meios de divulgação e as ameaças de prisão.

Os meios de comunicação usaram suas divulgações sendo *l'Union Patriotique*, *La Ligue Nationale d'Action Populaire* e *La Ligue des Droits de l'Homme* exigiram o retiro das tropas invasoras e a reorganização das forças armadas do Haiti. Quanto ao jornal *L'Union Patriotique*, realizou um trabalho de investigação, de denúncia em uma campanha acerca dos países da região como República Dominicana, Cuba, México, Equador, Peru, Colômbia, Argentina e dentro dos próprios Estados Unidos. A ideia era denunciar a política externa agressiva do império estadunidense no Haiti.

A reivindicação da cultura popular voltada a africanidade se fortaleceu no campo intelectual da época. Nesse contexto, a cultura se torna um mecanismo de defesa da identidade haitiana especialmente entre os estudiosos que buscavam resgatar os elementos da haitianidade

diante do imperialismo. Enquanto denunciavam a dominação estrangeira, por meio de seus escritos, esses intelectuais também manifestaram suas críticas à elite local, que negava a existência de uma identidade cultural no Haiti, alinhando-se aos valores ocidentais. Como resposta, suas produções acadêmicas expressaram práticas de defesa da cultura e resistência com atenção à haitianidade.

Nesse sentido, os estudos do sociólogo Bourdieu (2011) são fundamentais para entender o papel da cultura como um instrumento de dominação e de reprodução social. Em seu livro *Reprodução* (2008), Bourdieu introduz o conceito de capital cultural, mostrando como a cultura opera como um bem simbólico, reproduzindo privilégios e distinção dentro da sociedade.

Como aponta Bourdieu (2011), a cultura não é um dado, mas uma construção social que legitima a estrutura de poder vigente. Cabe lembrar que, por meio da cultura, entende-se as relações de domínio dentro de uma sociedade e como a cultura de determinado grupo prevalece. De acordo com Bourdieu, isso contribui na manutenção da estrutura dominante como também na reprodução desta. O autor entende isso como poder simbólico dado nas relações sociais. Esses grupos, por terem determinado acesso, têm privilégios que constituem uma legitimidade e essa impõe-se sobre os grupos dominados. Esse processo se dá mediante uma construção social expresso através do poder material. Por isso, devemos nos atentar a não enxergar como naturalmente dado.

Em seus estudos, Gramsci preocupou-se com o desempenho dos intelectuais considerando-os como agentes de ação política das classes oprimidas ao teorizar e discutir sobre o papel destes na sociedade de classes. Para Gramsci, esses têm uma enorme relevância na sociedade.

Diante do exposto, na perspectiva de Gramsci, não há intelectuais neutros e independentes, por isso são apresentados como parte integrante das relações sociais com a função de organizar e representar os interesses de classe. Em razão disso, para Gramsci é relevante o intelectual orgânico que, por ethos, deve manter-se vinculado a sua classe social de origem.

Ainda de acordo com o raciocínio de Gramsci (1982), que concebe uma revolução por parte da classe operária e tal mudança pretende atacar a hegemonia cultural instalada - portanto tal revolução deve-se fazer também no campo da cultura - o autor postula que quem tem a capacidade de fazer essa mudança são os intelectuais. Eles desempenham um papel bastante importante em vários campos dentro da sociedade, como na área econômica e social. Sua função é muito

vinculada a sua classe; o que leva o autor a considerar que nenhuma práxis social é neutra. São reflexos da sua camada. Esses intelectuais são aqueles denominados tradicionais, são representantes da continuidade histórica de grandes mudanças. Nessa altura, entende-se que os intelectuais são aqueles que pensam o mundo e causam essas mudanças. Isso significa que os intelectuais são motores da continuidade da classe à qual pertencem. Isso acontece através de uma consciência de classe, é ela que contribui nas maneiras de pensar.

É nesse ponto que Gramsci afirma: “todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais.” (Gramsci, 1982, p.7) O autor italiano aponta que todo homem fora de sua profissão desenvolve uma atividade intelectual, eis o motivo pelo qual não há homens que não são intelectuais. Mas, há distintos graus de atividades intelectuais. Ele aponta que os operários não têm seus intelectuais tradicionais. É a partir desse ponto que chama a atenção para a necessidade de um intelectual crítico capaz de transformar seu mundo físico e social através de uma práxis geral.

Suzy Castor (1988) foi uma das autoras que pesquisou sobre a temática da defesa da cultura popular da década de 1930. De acordo com ela, as práticas culturais como forma de resistência é um fenômeno antigo e historicamente reconhecível. Para a autora haitiana, as publicações e divulgação dos intelectuais da época constituem uma estratégia que objetiva resistir ao imperialismo cultural, de um lado imposto pelo eurocentrismo e de outro pela hegemonia estadunidense.

Roger Gaillard (1993) também analisou o engajamento do movimento dos intelectuais e destacou que tal movimento surge como necessidade de incorporar a cultura popular. O indigenismo vai ser a manifestação de tudo o que é da cultura nacional, da haitianidade - em que se inspiram os e as intelectuais: nos costumes e expressões artísticas como música, religião e danças. (Gaillard, 1993). Nas palavras do autor: "No Haiti, chamamos indigenismo a vontade, entre os criadores estéticos, de se inspirar nos costumes, valores pertencentes à vida, à cultura nacional" (Gaillard, 1993, p. 9, tradução minha).

De acordo com o mesmo, o movimento denominado indigenismo tinha existido ao longo do século XIX, ou seja, desde a independência do país caribenho em 1804, tal movimento surge com o lançamento da *Révue Indigène* (Revista Indígena) em 1927 com a publicação de 6 números.

Vale a pena destacar que o termo *indigène* empregado se associa ao que é autóctone, pelo fato que esse termo foi depreciado na literatura eurocêntrica. Sendo usado nos textos haitianos da época, expressa o que é nacional sobretudo durante a ocupação americana em 1915.

Já nesse contexto, os intelectuais haitianos dos anos 1930 mostram-se profundamente engajados. Jacques Roumain, um dos pensadores da *Révue Indigène* resalta os elementos culturais nos camponeses. Em seu livro *Senhores do Orvalho*, Jacques Roumain (1954), um dos defensores da haitianidade dos anos 1920, buscou mostrar a vida do camponês, sua cultura e sua espiritualidade sobretudo nos momentos de plantio e da colheita. O autor resalta a consciência coletiva mediante a cooperação entre os membros das comunidades.

A revolução haitiana, mas principalmente o Vodou e o *Kreyòl*, passam a ser campos de disputa e se tornam lugares socialmente ocupados. São esses os elementos fundantes da identidade haitiana. Quer dizer, sendo elementos da cultura popular, constituem a linha divisória das classes sociais, e por serem considerados inferiores pela classe dominante, encontram nela rechaço. Pois, de acordo com o pensamento hegemônico, não contêm capacidade científica, portanto não podem produzir desenvolvimento, por isso – a classe dominante - recorre ao francês como língua culta. Em resposta ao rechaço da cultura popular haitiana por parte da elite, historiadores, antropólogos e sociólogos vão pautar suas escritas através da cultura popular.

É preciso destacar que Jean Price Mars é conhecido como pioneiro desse movimento de intelectuais. Ele inaugurou o movimento e conceitualizou seu arcabouço teórico. Suas pesquisas contribuem muito para a revalorização da cultura popular haitiana através de várias obras entre as quais *Ainsi parla l'Oncle*. Publicada em 1928, *O Ainsi parla l'Oncle* (Assim falou o Tio) é uma referência a Zaratustra, porém neste caso, não é aquele super homem, senão um camponês haitiano. O autor buscava restaurar a cultura popular mediante um personagem folclórico do Haiti, *Tonton Bouki*, velho contador de histórias. Pautado na revolução haitiana, o autor chamou a atenção das raízes africanas do que é haitiano. Os colonizados mantinham sua resistência nos cantos, tradições e lendas vindas da África. Então, tal estudo visa o resgate da cultura popular desprezada pelas elites. Em sua reflexão, o pensador mostra a visão de cada sociedade em relação aos contos de acordo com o seguinte trecho: "Os antigos basutos (povo da África Austral) afirmam que se as histórias forem contadas durante o dia, cairá uma cabeça do narrador ou que a sua mãe se

transformará numa zebra. Esta é uma referência para a África. mas também na Irlanda, acredita-se que traz sorte" (Price-Mars, 2009, p. 19).

Sendo um sociólogo engajado, busca mostrar o universo simbólico de cada sociedade. Diante do exposto, o autor nos apresenta uma perspectiva comparada de uma mesma lenda com significados distintos em duas sociedades. Traz a ideia de que não há cultura superior. Porém foi durante a colonização que se fortaleceu essa concepção dicotômica entre o natural e o cultural baseada no pensamento cartesiano "eu penso, logo existo" (Dussel, 2005). Tal pensamento estabelece a hierarquia do cultural sobre o natural, o branco sobre o negro/indígena e a natureza. Essa ideia leva à expansão do capitalismo como fenômeno global. Ele se vê como um "eu penso" e tem como objetivo tutelar o outro.

Cabe ressaltar que *Ainsi parla l'Oncle* tornou-se um clássico. Ele estudou o Vodou, os cantos, as lendas vindas da África. O autor põe em relevo os dois elementos invisibilizados pelas elites; de um lado, o Vodou como superstição que deve ser banida e o *Créole*, língua considerada pelas elites como um dialeto do qual se tem vergonha de falar. O resgate da cultura popular se faz na ideia de estabelecer o caráter de religião do Vodou como qualquer outra religião, tornando-o aceito, e de reconhecer o *Créole* como língua nacional. O *Créole*, além de uma expressão do viver, do sentir, passa a ser um elemento de resistência à dominação. Nas palavras de Joseph Handerson:

Sobre quais bases materiais, culturais e éticas constrói-se a identidade cultural no Haiti? Até 1987, o francês era a única língua oficial do país. A língua "Créole" era discriminada pela elite dominante e dirigentes do país. Perguntar a um haitiano o que pensava do Vodou, do Créole, era uma forma de pedir-lhe sua classe social, sua visão política, seu conceito da luta política e sua visão do futuro da sociedade haitiana [...] (Handerson, 2013, p. 64)

Diante dessas análises, a questão da identidade haitiana emergiu no contexto pós-colonial, no entanto opera como um patrimônio imaterial. Nesse contexto, as tradições ancestrais servem como um ato de afirmação.

3.1.1.4 Dos massacres aos golpes de Estado

Massacres e golpes de Estado no Haiti são a cristalização do núcleo duro da política externa dos Estados Unidos a respeito do Haiti. Trata-se de uma demonstração da hegemonia estadunidense no país. Segundo Leslie Manigat (1957), o século XX haitiano é marcado por uma

forte influência na política haitiana frequentemente imposta em razão do pragmatismo americano. um exemplo emblemático foi o massacre ocorrido em Marcheterre, na cidade de Les Cayes, no sul do país onde 3.000 camponeses foram massacrados pelas tropas estadunidenses (Julien, 2011)

Em resposta à ocupação estrangeira, os camponeses organizavam protestos na localidade de Marcheaterre contra a ocupação, o alto custo da vida que agravava as condições sociais como miséria, e o aumento da carga tributária sobre os agricultores. A repressão ocorreu no dia 6 de dezembro de 1929, gerando muitas críticas. Nesse contexto o escritor Milo Rigaud afirma: "... sob o pretexto de civilizar os haitianos, as tropas americanas ocuparam "pacificamente" o Haiti, derramando o nosso sangue. Na verdade, o único objetivo era impor uma base naval em Môle Saint Saint-Nicolas. Os resultados: dilapidação dos nossos bens, anarquias e miséria" (Rigaud, 1933, p. 8).

Enquanto a isso, Jean Fernand Brière escreveu o Poème à la Croix Marcheaterre, publicado em 1933 em que expressa dor e ao mesmo tempo a resistência dos camponeses de Les Cayes. A esse respeito, as tropas foram retratadas dentro da literatura como racistas, demônio e brutais (Larrier, 1989).

Após 19 anos da invasão estadunidense, consolidou-se a herança chamada politique de doublure, que consiste na manutenção do poder político por representantes negros, enquanto a classe dominante composta majoritariamente por mulatos, controlam o aparato do Estado (Hoffman, 1976). Em resposta a essa estrutura de poder, emergiu o movimento Noirisme que define as relações de poder no Haiti como baseadas na raça. Esse movimento intelectual foi protagonizado por Lorimer Denis (1904-1969) e François Duvalier (1907-1971), e buscava valorizar a herança africana, cimento da cultura popular haitiana. Trata-se de uma contraposição à cultural aceita e legítima exercida pela classe dominante.

François Duvalier ascendeu ao poder e instrumentalizou o *Noirisme* para consolidar seu poder, promovendo a maioria negra e o vodu como pilar da identidade cultural. Durante a guerra fria, seu governo se beneficiou do apoio estadunidense por interesses estratégicos, com o argumento de combater os comunistas. Após décadas no poder, seu governo chegou ao fim – o que coincide com a queda do muro de Berlim. A caída do muro de Berlim já carrega consigo uma carga simbólica e política, representando a vitória do bloco dos países ocidentais contra a URSS. Sendo assim, a democracia passou a circular como qualquer bem de consumo global e despertou

um sentimento de contágio (Hurbon, 2002). Se o mundo tinha muita esperança em razão de um mundo marcado pela Guerra Fria, no Haiti a multidão clamava o julgamento dos criminosos, como aponta Hurbon.

A transição política haitiana após a queda de Jean-Claude Duvalier, em 1986, foi marcada por um período de intensas disputas pelo poder e por tentativas de consolidação democrática em um contexto de instabilidade institucional e social. O Haiti, governado por quase três décadas pela dinastia Duvalier - primeiro por François Duvalier (1957-1971) e, posteriormente, por seu filho Jean-Claude Duvalier (1971-1986) - enfrentou um regime ditatorial caracterizado por repressão política, corrupção e clientelismo (Trouillot, 1990). A derrocada do regime de Jean-Claude Duvalier foi impulsionada por uma forte mobilização popular contra a repressão e a crise econômica que assolava o país, culminando na sua saída para o exílio na França em fevereiro de 1986 (Faton, 2002).

Nesse contexto, Édouard Glissant afirma, em um poema publicado em de 1997:

A terra matriz dos países antilhanos, Haiti.

[...] Que carregou tantas palavras bonitas e terríveis, a palavra macoute, a

palavra lavalas, a palavra *déchouquer* (Glissant, 1997, p. 63)

Nessa mesma linha, Hurbon (2002) sustenta que a queda de Jean-Claude Duvalier despertou muita alegria em razão de uma memória dolorosa marcada pelas torturas e várias perseguições. Esse período é marcado por duas fases: o entusiasmo e o desencantamento (Hurbon, 2002). Trata-se de um período agudo em que as aspirações sociais foram destinadas pelas tentativas de construção e de consolidação democráticas em um social de instabilidade e de disputas pelo controle do poder.

Com o exílio do ditador Jean Claude, militantes de cunhos ideológicos marxistas, socialistas e de altermundialistas tiveram a oportunidade de retornar ao país. Muitos desses militantes haviam morado no exílio por anos, em vários países da URSS. É o caso de René Théodore que passou uma parte na sua vida na Rússia em Moscou. A chegada desses grupos críticos coincidiu com um período de intensa repressão política (Witney, 1996). O Front Révolutionnaire Armé pour le Progrès (FRAPH), uma organização paramilitar de extrema direita,

atuou com o objetivo de sufocar essas massas críticas que retornavam ao país depois de longos anos fora do país. Sendo um grupo da extrema direita, o massacre foi o dispositivo empregado para exterminar os militantes dos movimentos.

Os Estados Unidos empregam, conforme seus interesses econômicos e geopolíticos, tanto grupos autodeterminados pró-democracia quanto organizações de extrema direita. Para esse fim, recorrem a diversas formas de manipulação política, midiática e militar. Noam Chomsky, pesquisador estadunidense, faz uma análise crítica e comparada em relação aos massacres ocorridos, destacando o papel ambíguo do governo dos Estados Unidos. Um exemplo emblemático é o caso de Emmanuel Toto Constant, líder do *Front Révolutionnaire pour l'Avancement et le Progrès* (FRAPH), responsável por milhares de assassinatos durante o período de transição política.

Apesar das acusações e processos judiciais contra Constant no Haiti, ele teve seu visto estadunidense aprovado (Staff, 1996) e residiu nos Estados Unidos, país que negou sua extradição inúmeras vezes. Em contraste, como observa Noam Chomsky (2017), o governo norte-americano adotou uma postura radical ao Afeganistão exigindo supostos terroristas responsáveis pelos ataques 11 de setembro de 2001. Para Chomsky (2017), as 4 ou 5 mil pessoas assassinadas pelo então líder do Fraph Emmanuel Toto Constant parece não ter o mesmo peso que os estadunidenses. Toto Constant foi só uma peça para desestabilizar o país em 1991.

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo central analisar a influência hegemônica dos Estados Unidos e as relações de poder nas relações entre Estados Unidos e o Haiti, buscando compreender as dinâmicas de poder que se manifesta no país afro-caribenho desde a invasão de 1915 até as outras formas de dominação operando sob forma de coerção. Buscamos colocar em evidência, com base na perspectiva descolonial, que a influência dos yankees no Haiti não se confina apenas nas intervenções militares ou na interferência política do país, mas está vinculada a uma lógica de poder mais abrangente e estrutural, que tem a ver com o legado histórico da colonialidade.

Na elaboração desta pesquisa bibliográfica, foi relevante localizar Haiti nos distintos períodos históricos. Sua revolução deixa legado na região latino-americana e constitui um grande período histórico. Foi possível situar o espaço e seu significado social no decorrer dos tempos. Foi

o primeiro território invadido pelos europeus. Os recursos naturais foram um dos motivos para o assentamento desse território logo que se tornará uma zona de disputa entre as potências capitalistas. Disputa que foi relevante para o abastecimento de seus mercados. O que constitui um legado na divisão internacional do trabalho em que deu lugar a países que ditam regras e países que subordinam. É o que explica o subdesenvolvimento no contexto latino-americano.

No entanto, observamos que ainda que Haiti se tornasse primeiro país da região a derrotar escravidão, continua subordinado em base das estruturas hegemônicas estabelecidas. Isso leva a intermináveis crises ao ponto ao ponto de ser uma zona de influência geopolítica dos Estados Unidos com uma política baseada na intervenção e desde o século XIX. Eis a razão pela qual o Haiti foi invadido em 1915, após ser assediado por diversos processos de indenizações por parte de cidadãos estadunidenses. Desde então, o país vive sob a hegemonia dos Estados Unidos; o que leva a desestabilidade, crises institucionais e miséria e na contemporaneidade ao fracasso do Estado. o que faz com que em um período de 15 anos, o país viveu duas intervenções militares além de dois golpes de Estados financiados pelos Estados Unidos com o objetivo de exercer sua hegemonia.

Além dos interesses geopolíticos, há motivos econômicos também. Sendo um país desestabilizado, Haiti se torna um país de livre comércio com início das privatizações e a instalação das empresas estadunidenses no país. O que permite a exploração da força do trabalho e sua precarização. Pois, foi possível observar a relação de dominação econômica, militar e geopolítica dos Estados Unidos com o propósito de tutelar para poder promover os valores estadunidenses como únicos para o mundo.

Enfim, este trabalho tem como objetivo contribuir para uma crítica descolonizadora no que se refere às relações internacionais, com relação ao caso haitiano, desafiando as explicações culpabilizadoras. Dessa forma, nosso trabalho se torna útil tanto para pesquisadores quanto para leitores de outros âmbitos que estão a fim de compreender de que forma a circulação da colonialidade perpetua ainda no século XXI. Por isso, o Haiti é considerado como símbolo de dominação, mas também de resistência.

Referências bibliográficas

ALEXIS, Yveline. **Haiti fights back: The life and legacy of Charlemagne Péralte**. Rutgers University Press, 2021.

ALIMONDA, Héctor. **La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la Ecología Política**, 2011.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, v. 2, 1985.

AMARAL, Oswaldo E.. **O conceito de bloco no poder e o estudo das relações internacionais**. Cadernos cemarx, nº4 — 2007, p. 125

AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico**. Forense-Universitária, 1976.

_____. **Geopolítica del imperialismo contemporâneo**, 2003

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Forense universitária, 2007.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Editora Unesp, 1996.

AUDEBERT, Cédric. **La diaspora haïtienne: vers l'émergence d'un territoire de la dispersion?. Le défi haïtien: économie, dynamique sociopolitique et migration**, p. 193-212, 2011.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. Unesp, 2002.

BABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BALLESTRIN, Luciana. **Democracia e Desigualdade**. Revista de Estudos Políticos Vol. 5|N.1.ISSN2177-2851, 2015

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A importância geopolítica da América do Sul na estratégia dos EUA**, 2ª edição, Brasília, 2010

BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul Marlor. **Monopoly capital: An essay on the American economic and social order**. New York: Monthly Review Press, 1966.

BASTIDE, Roger. **As Américas negras: as civilizações africanas no Novo Mundo**. DIFEL, Editora de Universidade de São Paulo, 1974.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Editorial Planeta, 4.ed., 2004

BELLEGRARDE, Dantès (1877-1966) **La résistance haïtienne**, 1937

BALLESTRIN, Luciana. **Colonialidade e democracia**. Revista Estudos Políticos, v. 5, n. 1, p. 191-209, 2014.

BERDÚ, Guilherme Paul. **Disputas hegemônicas, imperialismo e intervenções no século XXI: as eleições presidenciais na Bolívia em 2019 e a atuação da Organização dos Estados Americanos (OEA)**. 2023.

BERGER, L. Peter e LUKMANN, Thomas. **La construcción social de la realidad**, 1. ed., 1968, Buenos Aires

BLANCPAIN, François. **Un siècle de relations financières entre Haïti et la France (1825-1922)**. 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência por uma sociologia da clínica**. Conferencia e debate organizados pelo grupo Sciences en Questions, Paris, INRA, 11 de março, 1997

_____. **O poder simbólico**. 11 ed., Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2007, 322p.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. Editora Zouk, 2.ed.rev., Porto Alegre, 2011

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**, 6.ed., Petrópolis, 2008

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRIERRE, Jean Fernand. Chansons secrètes; **Nous garderons le Dieu; Black soul**; Belle; Les aieules; Dessalines nous parle--; Pétion y Bolivar; La source; La nuit; Or, uranium, cuivre, radium. **(No Title)**, 1933.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **Between two ages**. Viking Books, 1970.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 2 ed. Rio de Janeiro, 2008

CARPENTIER, Alejo. (2009), **O reino deste mundo**. São Paulo: Martins Fontes. Tradução de Marcelo Tápia.

CASSÉUS, Joël. **Accumulation primitive, racialisation des rapports sociaux et domination extérieure en Haïti**. Cahiers de sociologie économique et culturelle, v. 51, n. 1, p. 43-62, 2011.

CASTOR, Suzy. **L'Occupation américaine d'Haïti**. Port-Au-Prince, 3e édition française, 1988, 320 pp.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (Ed.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Siglo del hombre editores, 2007.

CASTRO GÓMEZ, Santiago, “**Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro**”. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Coleccion Sur Sur, CLACSO, 2005.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. Unesp, 2004.

CHOMSKY, Naom. **Mídia: propaganda política e manipulação**- SP: Editora WMF Martins Fontes

CLORMÉUS, LEWIS AMPIDU. Éclairage sur la situation du vodou durant l'occupation américaine d'Haïti (1915-1934). **Le devoir d'insoumission. Regards croisés sur l'occupation américaine d'Haïti (1915-1934),(197-224)**. Québec: Presses de l'Université Laval, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. New York: Routledge, 2000.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: Edusc, 2002.

DALLEO, Raphael. **American imperialism's undead: The occupation of Haiti and the rise of Caribbean anticolonialism**. University of Virginia Press, 2016.

DASH, Michael. **Through the Looking-Glass, Haitian-American Relations in the Literature of the Occupation.** *Komparatistische Hefte*, n. 9-10, p. 41-56, 1984.

DAUPHIN, Claude. **Histoire du style musical d'Haïti.** Mémoire d'encrier, 2014

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. 1995a. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia.** *Vol. I.* Rio de Janeiro: Ed. 34.

DESCARTES, Rene. **Discurso do método & Ensaios.** Editora Unesp, 2020.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. **A Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: a ciência, o direito ea política na transição paradigmática.** Edições Afrontamento, 2000.

DORISMOND, Edelyn. **Quelques «figures» pour la compréhension de l'histoire d'Haïti.** *SOCIETE, LANGUES, ECOLE EN HAITI*, p. 43, 2010.

DORSAINVIL, Justin Chrysostome. **Manuel d'histoire d'Haiti,** Port-Au-Prince, Frères de Chrétienne, 1934

DOS SANTOS, Theotonio. **Teoria da dependência: balanço e perspectivas.** Insular Livros, 2020.

DUBOIS, Laurent. **Haiti: The aftershocks of history.** Metropolitan Books, 2012.

DUBOIS, Laurent. **Avengers of the new world: The story of the Haitian revolution.** In: **Avengers of the new world.** Harvard University Press, 2009.

DUSSEL, Enrique. **Europa, modernidad y eurocentrismo.** In. LANDER, Edgardo. (comp.) **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2000, p.41-53

DUVIVIER, Max U. **Trois études sur l'occupation américaine d'Haïti (1915-1934).** Mémoire d'encrier, 2015.

ENGELS, Friedrich. **O processo global da produção capitalista/**editado por Friedrich Engels. v. 3, t 1-2

ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, p. 133-168, 2005.

- _____. **Más allá del tercer mundo: globalización y diferencia.** Bogotá, Colômbia, 2005.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**/Frantz Fanon; tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, p. 194, 2008.
- FARMER, Paul. **Political violence and public health in Haiti.** New England Journal of Medicine, v. 350, n. 15, p. 1483-1486, 2004.
- FICK, Carolyn E. **The making of Haiti: The Saint Domingue revolution from below.** Univ. of Tennessee Press, 1990.
- FIGUEIRA, Ariane Roder. **Introdução à análise de política externa,** volume 1. São Paulo: Saraiva, 2011
- FIORI, José Luís. **O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. O poder americano.** Petrópolis: Vozes, p. 67-110, 2004.
- FILS-AIMÉ, Jean. **Vodou, je me souviens: le combat d'une culture pour sa survie** essai. Éditions Dabar, 2007.
- FIRMIN, Antenor. **De L'égali té des races humaines. Anthropologie positive.** Édition présentée par Jean Métellus. Québec: Mémoire d'encrier, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Editora Vozes, 1975.
- _____. **Nascimento da biopolítica:** curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRANCISCO, Carlos Bauer. **La huella de Haití, el latino-americanocentrismo y la historia universal.** Anais eletrônico do Congresso epistemologias do Sul, V.2, n-1, 2018.
- _____. BAUER, Carlos Francisco. **La filosofía y teología de la liberación haitiana en la historia y en la filosofía mundial.** *Matemática e Ciência: construção, conhecimento e criatividade*, 2019, vol. 2, no 2, p. 36-55.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Ed. Paz Terra, SP, 2019
- _____. **Pedagogia da autonomia.** 52^a – Rio do Janeiro: Paz Terra, 2015
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** L&PM Editores, 2010.

GAILLARD, Roger. **Charlemagne Péralte le caco**. R. Gaillard, 1982.

GEORGES, Jacques-Raphaël. **Cacoïsme littéraire: la fonction du personnage américain dans le roman haïtien à partir de 1915**. Peter Lang, 2004.

GEGGUS, David Patrick. **Haitian revolutionary studies**. Indiana University Press, 2002.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Unesp, 2002.

GINDINE, Yvette. **Images of the American in Haitian Literature during the Occupation, 1915-1934**. Caribbean Studies, v. 14, n. 3, p. 37-52, 1974.

GLISSANT, Édouard. **Traité du tout-monde. Poétique IV**, p. 63, 1997.

GOMES, Wilson. “**Nem anjos nem demônios**”. In: **Alberto Antoniazzi e outros: Nem anjos nem demônios**. Editora Vozes, 1996.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. R.J., 1982

GROSGOUEL, Ramón. **Transmodernity, border thinking, and global coloniality**. Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 80, n. 3, p. 18, 2008.

GROSGOUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**. Revista crítica de ciências sociais, n. 80, p. 115-147, 2008.

GUDYNAS, Eduardo. **Buen Vivir: today's tomorrow. development**, v. 54, n. 4, p. 441-447, 2011.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. – 1999 – **Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional**, 4 ed., Porto Alegre /Rio de Janeiro: UFRGS/Contraponto, 2002

_____. **O mundo multipolar e a integração sul-americana**. Temas & Matizes, v. 7, n. 14, p. 58-72, 2008.

GULLO, Marcelo (2018). **Relaciones Internacionales: una teoría desde la periferia sudamericana**, Editorial Biblos, Buenos Aires, 319 páginas

_____. **La Insubordinación Fundante: breve história de la construcción del poder de las naciones**. Fundación Editorial El perro y la rana, 2015, Caracas, Venezuela

HARVEY, David. **Los Limites del Capitalismo y la Teoria Marxista**. México: Fondo de Cultura Economica, 1990. 469 p.

_____. **A condição pós-moderna**. [Trad. Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves] São Paulo: Loyola, 1992.

_____. HARVEY, David. **Justice, Nature and the Geography of Difference**. Oxford: Blackwell, 1996.

_____. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

HERAZ GOMEZ, Leticia. **Cultura política y democratización en América Latina**. México: REDALYC, 2004

HILL, Juan. Weldon Johnson, "Government of, by, and for the National City Bank," 295, and. **Taking Haiti: Military Occupation and the Culture of US Imperialism, 1915-1940**, p. 310, 2001.

HOFFMANN, Léon-François. **Les Etats-Unis et les Américains dans les lettres haïtiennes**. J.-M. Tremblay, 1980.

_____. **Histoire littéraire de la francophonie: littérature d'Haïti**. J.-M. Tremblay, 1995.

_____. Jacques Roumain et l'occupation américaine. **Devoir d'insoumission Le**, p. 163, 2016.

HUNT, Emery Kay. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. 2.ed. Rio do Janeiro, 1989.

HURBON, Laennec. **Dieu dans le Vaudou Haïtien**. Port-au-Prince: Éditions Deschamps, 1972.

_____. **O Deus da Resistência Negra: O Vodou Haitiano**. São Paulo: Paulinas, 1987.

JAMES, C. L. R. (2000), **Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos**. São Paulo: Boitempo

JANVIER, Louis Joseph. **L'égalité des races**. Rougier, 1884.

_____. (1882). **Les détracteurs de la race noire et de la république d'Haïti**. Marpon et Flammarion.

JULIEN, Jean. Chapitre IX Jacques Roumain: **le militant. Jacques Roumain et Haïti: la mission du poète dans la cité**, p. 131, 2011.

KARL, M. Marx. et al. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

KUMAR, Chetan. **Building Peace in Haiti**. Lynne Rienner Publishers, 1998.

LAFEBER, Walter. **The new empire: An interpretation of American expansion, 1860-1898**. Cornell University Press, 1998.

LAFONT, Anne; FAUVELLE, François-Xavier. **LE XXI e SIÈCLE: PEUT-ON RÉPARER L'HISTOIRE?**.

LAJO, Javier. Qhapac Ñan: **La ruta inka de sabiduría. Centro de Estudios Nueva Economía y Sociedad – CENES**. Primera Edición Lima, 2005

LANDER, Edgardo, **Ciencias Sociales: saberes coloniales y eurocéntricos**. In. LANDER, Edgardo (editor). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: Unesco/Clacso/Faces UCV, 2000.

_____. et al. (Ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales= Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais, 2005.

LARRIER, Renée. **Haitian writers and the American occupation: Literary Responses to a Political Crisis**. *CLA Journal*, v. 33, n. 2, p. 203-214, 1989.

LAROCHE, Maximilien. **La littérature haïtienne: identité, langue, réalité**. Leméac, 1981.

LATOUCHE, Serge. **A Ocidentalização do mundo**. Vozes. Petrópolis. 1994.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Editora 34, 1994.

LEFEBVRE, Henri. **Prefácio: a produção do espaço**. *Estudos avançados*, v. 27, p. 123-132, 2013.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo**, Campinas, Brasil 2011

LE NOUVELLISTE. **Haïti vote des sanctions contre Nicolas Maduro et 27 de ses proches**, 2019. Disponível Em: [Haïti vote des sanctions contre Nicolàs Maduro et 27 de ses proches](#) Acesso em: 26 de maio 2022

LUGONES, Maria. **The coloniality of gender**. *Feminisms in Movement*, v. 35, 2016.

MACAS, Luis Fernando. **La necesidad política de una reconstrucción epistémica de los ancestrales**. En: Pablo Dávalos (compilador) *Pueblos indígenas, Estado y democracia*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MACHADO, Adilbênia Freire. **ODUS: Filosofia Africana para uma metodologia afrorreferenciada**. 2019.

MADIOU, Thomas. **Histoire d'Haïti: 1492-1799**. Editions Henri Deschamps, 1987.

MAGALHÃES, Francisco de Assis Kuhn. **Venezuela sob o governo Maduro: sobrevivência política e pragmatismo da necessidade (2013-2019)**. 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MANIGAT, Leslie F. Leslie François Manigat (1923-2015), *Évantail d'histoire vivante d'Haïti*. _____. **La substitution de la prépondérance américaine à la prépondérance française en Haïti au début du XXe siècle : la conjoncture de 1910-1911**. In: *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, tome 14 N°4, Octobre-dcembre 1967. pp. 321-355

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. In: Ruy Mauro Marini. *Vida e obra*. Roberta Traspadini e João Pedro Stédile (Orgs.). 2ª edição. São Paulo : Expressão Popular. 2011.

_____. **Dialética da dependência**. *Germinal: marxismo e educação em debate*, v. 9, n. 3, p. 325-356, 2017.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. In: *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 2008. p. 356-356.

MÁRQUEZ, Francisca. **El desafío ético del respeto a las muchas verdades**. *Universasidad, ciencia y otros saberes*. Polis. Revista Latinoamericana, n. 41, 2015.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**/ Karl Marx; tradução de Regis Babosa e Flávio R. Kothe. – 3. Ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Boitempo Editorial, 2015.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufjf.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>, 1998.

MENARD, Nadeve. **The occupied novel: The representation of foreigners in Haitian novels written during the United States Occupation, 1915–1934**. University of Pennsylvania, 2002.

MENNESSON-RIGAUD, Odette. 1958. « **Le rôle du vaudou dans l'indépendance** », *Présence Africaine*. Vol. 1-2, no 18-19, p. 43-67

MÉNOS, Solon. **L'affaire Luders**. Imprimerie J. Verrollot, 1898.

MIDY, FRANKLIN. **La marche d'Haïti vers une occupation**. *Devoir d'insoumission* Le, p. 35, 2016.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais-projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Ed. ufmg, 2003.

_____. **The idea of latin America**. John Wiley & Sons, 2009.

_____. Desafios decoloniais hoje. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.

MILLET, Kethly. **Les paysans haïtiens et l'occupation américaine d'Haïti, 1915-1930**. [La Salle, Québec]: Collectif Paroles, 1978.

MINTZ, Sidney W. **Sweetness and power: The place of sugar in modern history**. Penguin, 1986.

MOURA, C. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo**. afro. Afro-Ásia, [S. L], n. 14, 1983. Disponível em: <https://periódicos.ufba.br/index.php/afro/asia/article/view/20824>. Acesso em 6 jan. 2022

NASCIMENTO, Abdias do. **Quilombismo: Documentos de uma militância Pan-Africanista** [Quilombismo: Documents of a Pan-Africanist militancy]. 2019.

NETO, José Ribeiro Machado. **Cuba: Nova Inserção No Pós-Socialismo E Visões Antidemocratizantes**. *Meridiano 47*, v. 8, n. 80, p. 16, 2007.

OMOREGBE, Joseph I.; NOGUEIRA JR, Tradução Renato. **Filosofia africana: ontem e hoje. Filosofia Africana: uma antologia**. Massachusetts/Oxford: Blacwell Publishers, 1998.

OSORIO, Jaime. **Sobre o Estado, o poder político e o Estado Dependente**. Temporalis, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.

_____. **Sistema mundial e formas de capitalismo: a teoria marxista da dependência revisitada**. *Revista Direito e Práxis*, v. 7, n. 13, p. 494-539, 2016.

_____. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PERCHELLET, Sophie. Haïti: **Des siècles de colonisation et de domination**—CADTM. 2010.

PERKINS, John. **Confissões de um assassino econômico**. Editora Cultrix, 2005.

PETRAS, James. **Estado imperial, imperialismo e império**. *Concurso Internacional de Ensayo Pensar a contracorriente*, p. 78-105, 2006.

PREBISCH, Raúl. **Capitalismo periférico: crisis y transformación**. Fondo de cultura económica, 1981.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América-Latina. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>

RENDA, Mary A. **Taking Haiti: Military occupation and the culture of US imperialism, 1915-1940**. Univ of North Carolina Press, 2001.

RAMOSE, Mogobe B. **African philosophy through Ubuntu**. 1999.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação** (Os Economistas ed.). PH Sandroni, Trad.) São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

RIGAUD, Milo. **Jésus ou Legba? ou les Dieux se battent, école du symbolisme afro-haïtien, roman**. *Poitiers* (cité par A. Ntonfo, p. 79), 1933.

ROBINSON, Randall. **An unbroken agony: Haiti, from revolution to the kidnapping of a president**. Basic Civitas Books, 2008.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos; 203)

ROITMAN ROSENMAN, Marcos. **La estructura social en el orden oligárquico**. In: _____. *Pensar América Latina*. El desarrollo de la sociología latinoamericana. Buenos Aires, CLACSO, 2008.

RUFER, Mario. Nación y condición poscolonial: sobre memoria y exclusión en los usos del pasado. **Genealogías críticas de la colonialidad en América Latina, África, Oriente**, p. 275-296, 2016.

SAID, Edward W. Cap 1. **Territórios Sobrepostos, Histórias Entrelaçadas IN Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SAINT-FORT, Hugues. **L'Impact de l'occupation américaine d'Haïti (1915-1934) sur le créole haïtien (kreyòl): Enrichissement lexical et nouveaux besoins matériels**. Journal of Haitian Studies, v. 21, n. 2, p. 290-306, 2015.

SAINT-VICTOR, Alain; EXENTUS, Renel. **Haïti: migration et surexploitation**. Nouveaux Cahiers du socialisme, v. 27, p. 29-35, 2022.

SAFFIOTI, Heleieth IB et al. Gênero e patriarcado: violência contra mulheres. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 43-59, 2004.

SANTOS, Milton. **Por Uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007. **Da Totalidade ao Lugar**, v. 1, 2000.

SANTOS, S. Boaventura. **Pela Mão de Alice**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SANTOS, Milton. **Espacio y Método. Algunas reflexiones sobre el concepto de espacio**. *Gestión y ambiente*, v. 12, n. 1, p. 147-148, 2009.

SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. *Educação & realidade*. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99, 1995.

_____. **O enigma da igualdade**, Princeton University, 2005. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a02v13n1.pdf> Consultado em: 25/05/2021

SCHMIDT, Hans. **The United States Occupation of Haiti, 1915-1934**. Rutgers University Press, 1995.

SHANNON, Magdaline W. **Jean-Price Mars, the Haitian Elite and the American Occupation, 1915-35**. Springer, 1997.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. Gaia, 2003.

SILVER, Beverly; ARRIGHI, Giovanni. **O fim do longo século XX**.

VIEIRA, Pedro A.(org. Et al.). **O Brasil e o Capitalismo Histórico: Passado e Presente na Análise dos Sistemas-Mundo**. São Paulo, SP: Editora Cultura Acadêmica, p. 77-96, 2012.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **O calcanhar metodológico da ciência no Brasil**, 2005

SOUKAR, Michel et al. **La prison des jours**. Mémoire d'encrier, 2013.

TCHATCHOU, Marcel. **Black bodies and the market system**. 2024. Tese de Doutorado. University of Missouri--Columbia.

TODOROV, Tzvetan; PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. AMACIO, Tunico. O Brasil dos gringos.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Trad. Elia Ferreira Edel. Lisboa, Instituto Piaget, 1994.

TROUILLOT, Michel-Rolf. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**, 1995; tradução de Sebastião Nascimento. – Curitiba: huya, 2016. 263p.

WAGNER, Roy. Cap. 3 - **A Invenção da Sociedade IN A Invenção da Cultura**. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System I Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century, With a New Prologue**. 1974.

_____. **World-systems analysis: An introduction**. duke university Press, 2020.

_____. **Eurocentrismo e seus avatares: os dilemas da ciência social. In: O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI**. Rio de Janeiro, Revan, (1997) 2002.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, estado, sociedad**. Universidad Andina Simón Bolívar, Sede Ecuador: Abya-Yala, 2009.

WILLIAMS, Raymond. **Teoría cultural. Marxismo y literatura**, v. 19, p. 91-164, 1980.

WYNTER, Sylvia. **Unsettling the coloniality of being/power/truth/freedom: Towards the human, after man, its overrepresentation—An argument.** *CR: The new centennial review*, v. 3, n. 3, p. 257-337, 2003.

ZEA, Leopoldo. **Conciencia y posibilidad del mexicano**, México, Porrúa y Obregón, 1952, p.22